



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DO SERTÃO CENTRAL
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HISTÓRIA E LETRAS

FRANCISCO RAULE DE SOUSA

**VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA NA MÍDIA CEARENSE: UMA ANÁLISE EM
PRAGMÁTICA CULTURAL DO CASO DANDARA EM FORTALEZA-CE**

QUIXADÁ – CEARÁ

2021

FRANCISCO RAULE DE SOUSA

VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA NA MÍDIA CEARENSE: UMA ANÁLISE EM
PRAGMÁTICA CULTURAL DO CASO DANDARA EM FORTALEZA-CE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras, da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História e Letras. Área de concentração: Cultura, Memória, Ensino e Linguagens.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Lima do Bonfim.

QUIXADÁ – CEARÁ

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Sousa, Francisco Raule de.

Violência Linguística na mídia cearense: uma análise em Pragmática Cultural do caso Dandara em Fortaleza-CE [recurso eletrônico] / Francisco Raule de Sousa. - 2021

Um arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 139 folhas.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras, Quixadá, 2021.

Área de concentração: Cultura, Memória, Ensino e Linguagens..

Orientação: Prof. Dr. Marco Antônio Lima do Bonfim.

1. Violência linguística. 2. Pragmática Cultural. 3. Caso Dandara. 4. Relexicalização. I. Título.

FRANCISCO RAULE DE SOUSA

VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA NA MÍDIA CEARENSE: UMA ANÁLISE EM
PRAGMÁTICA CULTURAL DO CASO DANDARA EM FORTALEZA-CE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras, da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História e Letras. Área de concentração: Cultura, Memória, Ensino e Linguagens.

Aprovada em: 30 de abril de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Marco Antônio Lima do Bonfim

Prof. Dr. Marco Antônio Lima do Bonfim (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE/MIHL

Expedito Eloísio Ximenes

Profa. Dr. Expedito Eloísio Ximenes (Membro interno)
Universidade Estadual do Ceará – UECE/MIHL



Documento assinado digitalmente

Daniel do Nascimento e Silva

Data: 04/05/2021 14:21:34-0300

CPF: 613.274.923-34

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Daniel do Nascimento e Silva (Membro externo)
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC/ PIGLA-UFRJ

Dedicado à memória dos corpos que, mesmo tombados, deram vida a essa pesquisa. Em especial à Dandara dos Santos, gota de sangue em um oceano caudaloso de violências.

AGRADECIMENTOS

Às minhas duas mães, Mãe Nilta e Mãe Toinha, por provarem diuturnamente que o patriarcado é dispensável, inútil e danoso.

À minha irmã Valéria, por ser apoio e afeto todos os dias.

Ao meu irmão Ronilson, que mesmo de longe envia sua torcida para que tudo dê certo.

Ao Instituto de Formação de Educadores (IFE), unidade acadêmica da Universidade Federal do Cariri (UFCA), em Brejo Santo – Ceará, meu ganha pão.

Aos/Às queridos/as alunos/as, pela compreensão dos momentos de ausência, em que precisaram colocar falta em mim, por entenderem que também ainda sou estudante.

Aos grupos de estudo, que me ensinam todos os dias que eu preciso (des)aprender mais, GEDIRG (Grupo de Estudos Discurso, Identidades, Raça e Gênero) e NEEHDREM (Núcleo de Estudos sobre Educação, História, Diversidade, Raça, Etnia e Movimentos Sociais).

Ao Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras, o querido MIHL, resistência no Sertão Cearense, com nossas pesquisas e corpo docente nota MIHL.

À Universidade Estadual do Ceará, que me acolheu desde a graduação e agora no Mestrado, FECLI e FECLESC, respectivamente.

Aos/Às colegas amados/as da Turma IV do MIHL, por tanto crescimento juntos/as.

Aos/À professores/a que contribuíram significativamente para minha aprendizagem, através de aconselhamentos para a melhoria da pesquisa e do sujeito pesquisador que tento ser. Em especial aos/à que estiveram em minhas bancas de qualificação e defesa: Prof. Dr. Marco Antônio Lima do Bonfim (meu orientador), Prof. Dr. Iran Melo, Profa. Dra. Ana Maria, Prof. Dr. Expedito Ximenes e Prof. Dr. Daniel do Nascimento e Silva.

“Elas são as meninas brincando de bonecas sentadas na esquina. Elas são as mesmas meninas com a gilete debaixo da língua. Elas são as mesmas meninas: espelho, batom borrado, seguem sua sina. Elas são as mesmas meninas de salto agulha pisam na ferida”.

(Banda Rosa de Pedra)

RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo compreender o funcionamento da violência linguística contra corpos trans no jornal O Povo, focalizando o caso de transfeminicídio cometido contra Dandara dos Santos, no Bairro Bom Jardim em Fortaleza – CE. Foram analisados atos de fala (AUSTIN, 1976) transfóbicos, que relexicalizam e performatizam tanto o corpo de Dandara como de outras mulheres trans e travestis assassinadas. A partir da fundamentação teórico-metodológica da Pragmática Cultural (ALENCAR, 2014; BONFIM, 2011), analisamos o jogo de linguagem (WITTGENSTEIN, 1989) notícia, por meio dos atos de fala transfóbicos, que relexicalizam e seguem [re]ferindo os corpos trans. Os resultados apontam para aspectos de uma Pragmática da Tortura Transfóbica, bem como de uma Gramática da Culpabilização do corpo trans, por entender que este “embaça a favela”, entulhando a comunidade e a cidade, além de estarem nos lugares errados, com corpos, vestuário e nomes imprecisos e cuja memória de suas existências são comparadas à corrupção, prostituição e sujeira na cidade.

Palavras-chave: Violência linguística. Pragmática Cultural. Caso Dandara. Relexicalização.

ABSTRACT

The research that is presented understand how linguistic violence against transgender bodies works in the newspaper O Povo focus on news about a case of transfeminicide committed against Dandara dos Santos, in the neighborhood of Bom Jardim in Fortaleza – CE. There will be analyzed acts of transphobic speech that relexicalize and perform not only Dandara's body, but also the body of other trans and transvestites that were murdered. Starting from the theoretical-methodological foundation about the Cultural Pragmatic (ALENCAR, 2014; BONFIM, 2011), it was analyzed the news language game on the identification of the transphobic speech acts that relexicalize and continue hurting trans bodies. The results show aspects of Pragmatics of Transphobic Torture as well as a grammar of blame of the trans body for understanding that this one is badly seen in the slum, stuffing the community and the city for being in the wrong places, with bodies, clothing and inaccurate names and whose memories of existence are compared to the corruption and prostitution of the city.

Keywords: Linguistic Violence. Cultural Pragmatic. Dandara case. Relexicalization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Comentários na notícia do caso Larissa Rodrigues (Ex. 01).....	34
Figura 2 –	Comentários na notícia do caso Larissa Rodrigues (Ex. 02).....	37
Figura 3 –	Cartaz de divulgação do evento (Site Brasil 247).....	46
Figura 4 –	Notícia sobre o caso Fernanda Campos.....	62
Figura 5 –	Capa do Relatório Anual do Grupo Gay da Bahia.....	84
Figura 6 –	Notícia sobre comparação entre os casos.....	97
Figura 7 –	Reprodução de gráfico do relatório da ANTRA.....	99
Figura 8 –	Mãe de Dandara exibe uma foto 3X4 da filha.....	100
Figura 9 –	Caso Bruna Surfistinha.....	104
Figura 10 –	Escultura "Máquina de sonhos: Dandara (2019) Artista: Rubem Robierb.....	105
Figura 11 –	Comentários de internautas sobre a Rua Dandara.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATRAC	Associação das Travestis do Ceará
GGB	Grupo Gay da Bahia
GRAB	Grupo de Resistência Asa Branca
MNDH	Movimento Nacional dos Direitos Humanos
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo e Assexual

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO OU POR QUE ME FAÇO VER.....	13
2	NÓS SOBREVIVEMOS! A EMERGÊNCIA DO CORPO TRANS NO CEARÁ E O DISCURSO MIDIÁTICO.....	19
2.1	Dando <i>close</i> na “Bicha Eletrônica”.....	22
2.2	Folheando jornais em busca de babados.....	28
2.3	Conectados, mas nem tanto: “alguém aí pode me informar o que é uma mulher trans?”.....	32
2.4	O proibido: mudando o canal, virando a página e clicando no botão [x] no canto superior direito da tela.....	38
2.5	Uma notícia U Ó.....	43
3	PRAGMÁTICA CULTURAL, CORPOS PERFORMATIVOS E VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA.....	48
3.1	Pragmática: Ciência do uso Linguístico.....	48
3.2	Nova Pragmática ou qualquer outra.....	55
3.3	Pragmática Cultural.....	58
3.4	Violência Linguística: sangue escorrendo na esquina de um não-lugar.....	61
3.5	Corpo e vulnerabilidade linguística.....	69
3.6	Relexicalização performativa de corpos.....	76
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	78
4.1	Natureza da Pesquisa.....	78
4.2	Constituição do <i>Corpus</i>	81
4.3	Seleção do <i>Corpus</i>	82
5	ANÁLISE EM PRAGMÁTICA CULTURAL DO CASO DANDARA: “FORAM PELO MENOS TRÊS SESSÕES DE TORTURA”.....	86
5.1	“SESSÃO” 1 – “Tu tá embaçando aqui, a favela, baitola...”.....	87
5.2	“SESSÃO” 2 – “Dandara Kettley. Como gostava de ser chamada...”.....	98
5.3	“SESSÃO” 3 – “Plenário Dandara, já que é um cabaré mesmo”.....	105
6	CONSIDERAÇÕES PARA O FIM [DA TRANSFOBIA].....	111
	REFERÊNCIAS.....	116
	ANEXOS.....	124
	ANEXO A – NOTÍCIA 1 (N1).....	125
	ANEXO B – NOTÍCIA 2 (N2).....	127

ANEXO C – NOTÍCIA 3 (N3)	130
ANEXO D – NOTÍCIA 4 (N4)	132
ANEXO E – NOTÍCIA 5 (N5)	133
ANEXO F – NOTÍCIA 6 (N6)	135

1 INTRODUÇÃO OU POR QUE ME FAÇO VER

Apresentar os dados sobre a violência contra a população trans no Brasil, para dar início a esta pesquisa, quase nos põe à beira do terror e da insegurança. É tal como quando assisti pela televisão o caso do assassinato de Dandara dos Santos e, em um impulso aterrorizante por estar sozinho em casa, corri até à porta para me certificar de que ela estava realmente trancada. Por um instante a vulnerabilidade cotidiana de sujeito LGBTQIA+ assolava todas/os/es que também pareciam ir junto com Dandara no carro-de-mão, conduzida à morte.

Era noite e recentemente eu mudara para a segunda cidade diferente de minha cidade natal, encontrava-me hospedado na casa de um colega de formação, com o qual eu havia feito contato pelas redes sociais, ele viajou também a trabalho para outra cidade me deixando, gentilmente, muito à vontade em sua casa. A sensação era de trânsito mesmo, apesar de já estar instalado e com total apoio do meu amigo também professor e gay. (Sim! A gente se ajuda muito! É de nossa sobrevivência!).

O fato de estar sozinho em uma cidade distante da minha, longe dos meus familiares e sem conhecer ninguém a quem eu pudesse recorrer em qualquer caso de emergência fez com que eu me sentisse completamente desolado. Entretanto, eu nunca havia pensado na possibilidade de um ataque lgbtomofóbico¹ letal contra mim. Apesar das situações de violência ao longo da infância nas escolas e na rua, foi quando me deparei com a notícia cruel do caso Dandara, lendo e assistindo ao vídeo, que a insegurança me tomou de súbito. Ao assistir as cenas, senti como se a qualquer momento os algozes de Dandara pudessem invadir também a casa onde eu estava e usarem de tamanha perversidade contra mim. Naquele momento, o que me chegou não foi somente a notícia como informação, foi também o temor e a percepção de que meu corpo também estava em iminente perigo.

Já havia algumas horas que o vídeo de Dandara sendo agredida circulava na internet, mas eu ainda não tinha tido coragem de parar para assistir e entender o que havia verdadeiramente acontecido. O terror que me tomara não era só pela notícia, mas foi também motivado pelas cenas veiculadas pela TV e pelas redes sociais no momento do crime. As cenas foram gravadas pelos próprios acusados e vazaram nas redes sociais, causando enorme repercussão na mídia nacional e internacional, tanto pelas imagens da tortura, das súplicas da

¹ Usarei esse termo quando me referir de modo geral à violência contra a população LGBTQIA+ e o termo transfobia quando me referir, especificamente, a corpos de mulheres trans.

vítima por ajuda e pelos ditos dos agressores que, simultaneamente, iam se performatizando² em atos de violência física.

Toda a violência não se iniciou, entretanto, no momento que é dado o play na gravação do vídeo. Essa constatação não se volta apenas ao caso em questão, mas aos inúmeros atos de violência e injúrias que sofrem, cotidianamente, pessoas transexuais, como Dandara, ao longo da história. O vídeo retrata apenas uma parcela dos processos de negação, anulação e apagamento de vidas julgadas inviáveis (BUTLER, 2019) pela matriz de inteligibilidade heteronormativa (BUTLER, 2003) e, conseqüentemente, pela violência. A historicidade cumulativa sobre a anulação desses corpos alimenta todos os termos que ferem e paralisam. É um contínuo de violência, cuja câmera mais potente não consegue captar e as redações dos jornais, através dos fatos descritos em noticiários, não sabem o quanto elas próprias, por vezes, autorizam a atualização de mais violência por essas e outras mídias.

As estatísticas sobre crimes letais contra pessoas trans escondem outras sombras da problemática de seus extermínios. Os desdobramentos dessa violência não acontecem apenas quando se caracteriza como lgbtfobia ou transfobia, mas também é recorrente em casos de suicídio e situações de margem, que acabam por penalizar sujeitos por suas identidades de gênero e orientação sexual, estas possuem suas nuances veladas de outras violências que, apesar de não estampar as notícias com agressores evidenciados, mascaram a violência paralisante que motiva significados.

Além dos números que colocam o Brasil como o país que mais extermina sua população LGBTQIA+ nas últimas décadas, os casos de lgbtfobia têm se apresentado nos mais diversos contextos, chegando a interferir em relações familiares e nas manifestações de afetividade entre irmãos e até entre pais e filhos. De acordo com narrativas noticiadas pela mídia, há relatos de fatos nos quais pessoas chegaram a serem agredidas ao manifestarem, publicamente, gestos de abraços e beijos com outro familiar do mesmo sexo e serem confundidos com gays, por violentos homofóbicos.³

As mudanças no convívio social, e nas percepções de como é permitido ao Outro se relacionar, têm sido alvo de preocupações exageradas por governantes, ao priorizarem

² “A pressuposição da existência do sujeito para que ele seja ferido, logo, confere-lhe uma forma de existência e sobrevivência na linguagem” (SILVA, 2005, p. 17). “A linguagem possui, por seu turno, a capacidade de produzir os efeitos que ela nomeia ao [re]iterar normas ou conjunto de normas” (BUTLER, 2001, p. 167). São essas duas perspectivas que abordo sobre performatividade no presente trabalho. Tais perspectivas terão suas discussões mais aprofundadas ao longo dos capítulos teórico-metodológico.

³ Caso ocorrido em 2011 em São João da Boa Vista – SP, onde um senhor de 42 anos trocava carinho com seu filho de 18 anos, durante uma feira agropecuária e teve a orelha decepada ao ser agredido por jovens que os confundiram com um casal gay. <https://espaco-vital.jusbrasil.com.br/noticias/2778458/pai-e-filho-sao-confundidos-com-casal-gay-e-agredidos-por-grupo>.

agendas que não atendem aos reais problemas nacionais sobre questões econômicas, sociais e de corrupção. Estes governos canalizam energias para questões periféricas que revelam seu conservadorismo exacerbado e seu empenho no controle e na docilidade dos corpos (FOUCAULT, 1987).

Em meio a essa problemática, as estatísticas de extermínio de pessoas trans tornam-se cada vez mais avolumadas e, somado a isso, surgem discursos que buscam amenizar, justificar e até mesmo autorizar a violência sob a classificação de crime passionai, decidindo, portanto, sobre essas vidas. As estatísticas ficam a cargo de grupos de militantes, que acompanham os casos na busca por justiça e também por elucidarem à sociedade o que está em jogo na sangrenta guerra contra pessoas trans. Os relatórios periódicos sobre os casos noticiados são divulgados juntamente com informações relevantes sobre a comunidade LGBTQIA+, os avanços e empecilhos para que se possibilite a percepção de sujeitos abjetos (KRISTEVA, 1982) como aqueles e aquelas que, além de avolumar as estatísticas, têm seus corpos performatizados sob violências que lhes antecipam e são prenúncios de suas mortes.

No Ceará, por exemplo, o GRAB – Grupo de Resistência Asa Branca, além de estar à frente da organização anual da parada da diversidade, dar orientações para pessoas soropositivas, ministrar cursos e palestras, também realiza esse acompanhamento do mapa da violência no estado. Outro coletivo que se destaca no Nordeste é o GGB – Grupo Gay da Bahia que encampa a luta e a responsabilidade de divulgação dos relatórios sobre a crescente violência contra a população LGBTQIA+ em todo o Brasil.

Visto por este ângulo, no que concerne ao acompanhamento estatístico realizado pelas instituições de militância, duas questões importantes podem ser discutidas, são elas: o modo como é construído o mapa da violência contra o sujeito LGBTQIA+ no Brasil, com foco nas pessoas trans femininas, e como elas me encaminham para esta pesquisa na investigação de construções de notícias sobre crimes letais contra pessoas trans no Brasil, e como estas performatizam o corpo trans violentado e seguem ferindo-o.

Uma das reflexões e discussões pertinentes que endossam essa pesquisa é a contestação que alguns grupos reacionários fazem do monitoramento dos casos de lgbtfobia e transfobia. Enquanto a militância assevera que os dados apresentados revelam apenas uma pequena parcela dos casos de violência no Brasil e no mundo, os contra-argumentos afirmam que os dados não apresentam, por parte dos órgãos que os tabulam e os divulgam, rigor e parâmetros específicos de classificação do que possa ser considerado um crime letal de lgbtfobia ou transfobia.

Em janeiro de 2018, Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia, declarou ao site G1 que o banco de dados do GGB se baseia em notícias publicadas na mídia, internet e informações pessoais. A justificativa para isto, de acordo com o militante e também pesquisador das áreas de história e antropologia, é a ausência de estatísticas governamentais sobre crimes de ódio, deixando, portanto, tais mortes sempre subnotificadas. Mott acrescenta, ainda, que tais números são alarmantes, mas apenas a ponta de um iceberg de violência e sangue. Assim, ele contraria os grupos reacionários ao assegurar que o levantamento de dados sem apoio de órgãos governamentais esconde a realidade dos números, ao invés de apresentar exageros, como criticam aqueles.⁴

Na esteira dessas críticas, esses grupos consideram a possibilidade de alguns registros de morte de LGBTQIA+ serem feitos à revelia de uma investigação minuciosa dos casos, assim, levantam o questionamento dubitável sobre a possibilidade de que casos como afogamento, atropelamento e até mesmo de crimes classificados pela polícia como crimes passionais, envolvendo casais homoafetivos, estejam sendo inseridos aos índices, fazendo com que se dê uma falsária robustez aos dados.

Visto dessa forma, segundo esses grupos, os relatórios anuais apresentados sobre a violência contra a população LGBTQIA+, no Brasil, interferem não apenas na dubiedade das informações, mas também gera uma insegurança desnecessária, principalmente entre a comunidade em discussão. Trata-se da tentativa, assim como acontece com a questão do racismo no Brasil⁵ em que se tenta a todo instante que seja assimilado o mito da democracia racial⁶, de negar a existência de mais essa intolerância que assola e dizima a população trans. A prática do negacionismo de problemáticas que assolam a população tem sido, inclusive, uma constante até mesmo no que se refere às questões de saúde como se acompanhou, recentemente, a pandemia de COVID-19 e o esforço constante de negá-la como preocupante e urgente de resolução.

⁴ <https://exame.abril.com.br/brasil/levantamento-aponta-recorde-de-mortes-por-homofobia-em-2017/>.

⁵ Em diálogo com o que Silvio Almeida denomina como: “forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertencem” (ALMEIDA, 2018, p. 25).

⁶ Ao analisar a circulação e uso da expressão “democracia racial”, Sérgio Guimarães afirma que: “A denúncia da democracia racial como mito dá-se no contexto das críticas à democracia política como farsa e passa a ser a principal arma ideológica dos negros para ampliar sua participação na sociedade brasileira seja em termos materiais ou culturais.” (GUIMARÃES, 2002, p. 1). Além desse autor, Petrônio Domingues (2005) também realiza pesquisas identificando como tal mito se transformou em ideologia oficial das relações raciais no Brasil. No que tange às questões de raça e gênero, estudadas de modo simultâneo, indico as pesquisas de Ferguson (2004) que cunhou o termo *queer of color* critique na obra *Aberrations in black: toward a queer of color critique*.

Outro ponto relevante, que justifica meu olhar para este campo e *corpus* de pesquisa, é identificar que os subsídios que alimentam as estatísticas sobre essa temática, para que se tenha o termômetro do horror enfrentado cotidianamente pela população LGBTQIA+, apontam para a veiculação de um gênero textual que sofreu diversas mudanças de conceitos quanto à constituição de seu conteúdo, mas que, na empreitada de evitar se imiscuir da opinião estritamente pessoal de quem a produz, circula comumente na sociedade brasileira desde a década de 1950: a notícia, aqui, vista como um jogo de linguagem com suas regras específicas de constituição (WITTGENSTEIN, 1989).

A construção dessa notícia tem como objetivo, além de informar, desenlear a construção de um fato que narra, descreve e, principalmente, é constituído por atos de fala (AUSTIN, 1976), que se organizam em um jogo de linguagem que relexicaliza (FAIRCLOUGH, 2001) e se refere e fere corpos trans, atualizando contextos de violência. Para isso, inserem em seu corpo textual depoimentos de agentes do estado (policiais, legistas, delegados etc), sociedade civil (moradores, testemunhas, acusados, familiares de ambos - vítimas e acusados/as), bem como abrem espaços de comentários *online* sobre as notícias ao final da matéria.

Ou seja, participa dessa construção discursiva quem possa contribuir para que a matéria seja, do ponto de vista material da notícia, concluída. Na construção dessas notícias, são inseridos discursos de diversos segmentos, constituindo-a como um gênero discursivo que muito tem a desvelar sobre como a sociedade pensa, diz e faz violência e suas reações, os denominados atos perlocucionários (AUSTIN, 1976).

Tomando por base essa discussão sobre a relevância das notícias na construção do mapa da lgbtfofia, esta pesquisa justifica-se ao partir dos seguintes pontos: 1) Os índices elevados de violência contra a população trans no Ceará, nos relatórios mencionados anteriormente, aponta-o na posição de 2º Estado que mais comete crimes letais contra gays, travestis e transexuais. Enquanto isso, relatórios mais recentes, divulgados pelo ex-coordenador da Diretoria de Promoção de Direitos Humanos das Pessoas LGBTQs, apontaram que a cada 16 horas uma pessoa LGBTQ é morta no Brasil. 2) A ausência total ou a falta de disponibilização de dados precisos sobre os casos de crimes letais contra pessoas trans levam as organizações não-governamentais a recorrerem a um monitoramento dos crimes através de notícias locais. 3) As notícias locais servem aos números no que concerne ao rigor estatístico, entretanto, é urgente pesquisar sobre a forma como essas notícias performatizam mais violência nos atos de fala presentes nas notícias. 4) A violência contra pessoas trans não é estanque na notícia primeira sobre o crime, ela desencadeia uma série de outras ações que

poderão deflagrar, além de outras violências, também em ações afirmativas que dão aos grupos ânimo para exigirem justiça e criação de legislações e providências que evitem a reincidência de novos casos.

Ao noticiarem fatos e notícias policiais, a mídia tanto faz a seleção de itens lexicais para figurar na estampa da manchete, como para desenvolver os textos que circulam no entorno do fato. Ao se referir ao corpo trans violado, os veículos de notícias não se encontram isentos da execução de discriminação que põe esses corpos em um *continuum* de violência (SILVA, 2017), além da já sofrida, motivo da veiculação da notícia. Para tanto, são operacionalizadas lexicalização, “relexicalizações” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 240) ou também denominadas como inovações lexicais que circulam na mídia, referindo (e re-ferindo, ferindo novamente) o corpo trans e os violentando à medida que esses atos de fala (AUSTIN, 1976) circulam.

Os capítulos estão divididos de forma a dar um panorama da emergência do corpo trans na mídia local, focalizando a TV, o jornal impresso e o jornal *online* (Capítulo 2), em seguida, discuto sobre aspectos linguísticos atinentes à Pragmática Cultural, performatização do corpo trans e violência linguística (Capítulo 3). Após explicar o percurso metodológico, o qual se divide em tópicos (seções) que remetem às sessões de violência sofridas por Dandara dos Santos (Capítulo 4), desenvolvo a análise das notícias também fazendo a correspondências com as três sessões de violências nas quais Dandara sofre, conforme aponta a análise, atos de fala transfóbicos que a violentaram em seu corpo, nome e identidade de gênero e em sua memória através de perlocucionários que também a homenageiam e a faz viva (Capítulo 5).

No capítulo a seguir, discutirei como corpos trans são performatizados na mídia brasileira, dando ênfase à mídia cearense nos espaços de televisão, jornal impresso e jornal *online*, em todos eles seguindo semelhantes processos violentos de tentativas de apagamentos de suas existência, seja por meio da patologização, criminalização ou extermínio do corpo trans. Apesar de, em certa medida, divergirem em tempo, espaço e contexto, estes corpos comungam dos mesmos suportes midiáticos, temáticas e repercussões no trânsito e construção da materialização de textos jornalísticos que circulam na “Terra da Luz”, digo, na Terra do Luto, já que estamos falando de um dos Estados que mais extermina mulheres trans.

2 NÓS SOBREVIVEMOS! A EMERGÊNCIA DO CORPO TRANS NO CEARÁ E O DISCURSO MIDIÁTICO

Em alinhamento com Charaudeau (2013), a definição de notícia é entendida como o conjunto de informações que se relacionam em espaço temático comum e que segue seu curso de circulação ampliando-se com informações novas, daí a tradução de *news* para o inglês e a expressão “boas novas” em contexto de leituras bíblicas. Esse conjunto de informações toma por base um mesmo tema, proveniente de uma dada fonte específica e podendo ser diversamente tratado, acrescido de informações e atualizados (CHARAUDEAU, 2013).

Esses veículos de informação são importantes recursos utilizados em pesquisas que buscam desfazer práticas diversas de silenciamento da população trans, e se constituem enquanto *corpus* passíveis de análise para se pensar questões de gênero nas ciências humanas, sobretudo na história e nos estudos de linguagem. No estado do Ceará, o interesse pela temática sobre os corpos trans se encontram presentes em algumas pesquisas em campos diversos entre história, jornalismo e linguagem (VALE, 2005; CAVALCANTE, 2018; VERAS, 2015; 2019).

Para esta seção, os exemplos apresentados serão livres entre notícias, artigos de opinião e comentários feitos por colunistas ou leitores, de modo a ilustrar, de maneira mais ampla, o cenário midiático de emergência desses corpos. Ao final das exemplificações entre canais de TV, jornais, revistas e sites de notícias, será apresentado o caso Dandara dos Santos⁷, mulher trans de 42 anos que foi morta no Ceará por um grupo de adolescentes homens CIS⁸. Assim, acredito ser possível apresentar um panorama sucinto das emergências e apresentação de corpos trans na mídia.

A explanação que realizei aqui apresenta a influência nacional de alguns veículos de comunicação, apresento exemplos de programas ou casos nacionais em comparação com os do Ceará, suas principais temáticas associadas ao universo trans e, finalmente, o quanto de violências são simultaneamente perpetradas seja por meio da nomeação das vítimas ou dos

⁷ Embora o nome de Dandara tenha sido amplamente divulgado como Dandara dos Santos, em uma das entrevistas concedidas à mídia, para o site do jornal Estado de Minas, sua irmã, Sandra Vasconcelos, justifica que "esse nome deve ser porque ela lutou muito e virou santa". Assim, demonstra ter sido um ajuste da imprensa juntando seu nome social com seu sobrenome de registro. Outras versões de jornal *online* a nomeiam como Dandara Ketthen ou Dandara Kataryne. Apesar de seu nome ser semelhante ao da companheira de Zumbi do Palmares e também sua irmã destacar a escolha de seu nome na associação à luta, menciono que Dandara dos Santos era branca.

⁸ Conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento (JESUS, 2012, p. 14).

modos como elas são referidas. Observaremos o uso de algumas escolhas lexicais que possam se referir (fazer referência e ferir novamente) aos corpos trans já violentados em sua carne, para usar um termo de Butler (2003) quando a filósofa menciona a questão dos “estilos de carne”, dando ênfase à ideia dos corpos como marcados pelo gênero.

Em uma cadeia circulante de informação, os textos midiáticos sobre o corpo trans são massivamente replicados nos jornais, em suas modalidades impressas e *online*. Dentre outras justificativas para que isso aconteça, as quais serão abordadas em capítulos posteriores, pode-se considerar, por hora, que isso ocorre porque além dos canais de TV serem distribuídos em seus diversos pontos das regiões brasileiras, denominados como filiais, ligados a uma emissora maior, circulam mecanismos textuais que mobilizam tanto a instância institucional do jornal, como a instância pessoal do próprio repórter ou colunista que a escreve, descreve e se inscreve entre necessidades de credibilidade, liberdade de expressão de imprensa e da tentativa de reconstrução dos fatos (CHARAUDEAU, 2013).

No tocante à instância institucional, no Brasil, é comum que jornais impressos também estejam sob o domínio e direção das mesmas empresas que financiam e capitaneiam as emissoras de TV, rádio e outros veículos de informação, a depender do potencial financeiro dos grupos de políticos e empresários a elas vinculados. No Ceará, por exemplo, os dois maiores jornais: O Povo e Diário do Nordeste têm como seus fundadores Demócrito Rocha e Edson Queirós, respectivamente, homens que transitaram entre política e o empresariado de destaque da capital cearense. Ambos os diários foram fundados na década de 1980 (NUNES, 1994).

Adentro agora na discussão de suportes midiáticos e como estes, em algumas situações, apresentaram questões de gênero e corpos dissidentes. Imaginariamente, é como se tivéssemos a oportunidade de ligar a TV em um passado próximo e, em seguida, folheássemos alguns jornais impressos amarelados. Buscando nos inserir em contextos mais modernos, buscaremos também por exemplos a partir do acesso de um site de jornal que possui veículo impresso de título homônimo, Jornal O Povo.

O manuseio desses veículos, ao longo da leitura desta seção, nos fará observar como os corpos trans foram emergindo na mídia local entre fascínio, ojeriza, marginalidades, patologização, *glamour*, resistências e silenciamentos em suas diversas configurações, ou seja, sons e imagens poderão ser difusos e diversos ao longo da leitura, entre músicas de auditórios, marchinhas carnavalescas, mas também de tiros, pauladas e lágrimas, cheiro de sangue até.

Nota-se que as escolhas feitas pela mídia indicam aquilo que é relevante à

sociedade. Existindo baseadas em escolhas lexicais ativadas na manutenção do poder dominante dos grupos majoritários. Consideremos que “a mídia hegemônica brasileira está a serviço de um violento processo de exclusão de sujeito do domínio da modernidade brasileira” (SILVA, 2010. p.19). Trago aqui essa questão das escolhas lexicais por ela ser um dos pontos nodais na seção de análise.

Admitamos que o número de garotas trans que tombam nas esquinas escuras das ruas desses Brasis,⁹ por exemplo, não são apenas números. Se assim o fosse, formariam apenas um somatório junto a milhares de outras mortes não passíveis de luto (BUTLER, 2016) e que são também mortes que ninguém se sente na obrigação de responder por elas (MBEMBE, 2017). Ampliando a reflexão, não se trata de números apenas porque queiramos, como de costume, seguir mencionando que “Vidas LGBTQI+ importam!”¹⁰, e que existem famílias e amores por trás das quantificações dos relatórios. Uma das discussões a que me proponho a fazer é que não são apenas números porque precisam se reafirmarem com seus nomes lidos como femininos, e o apagamento ou negligência desses nomes as localizam no mundo e limitam suas existências definindo quanto mais de socos, ponta-pés, cortes e tiros terão que enfrentar as que restarem.

Para que sejam além de corpos tombados e que realmente importem até mesmo não estando mais de pé, é preciso observar como são nomeados. Às vezes, enquanto “travesti que vendia drogas”, “cabeleireira que sustentava traficante ou usuário de drogas”, “travesti usuária de drogas”, ou nas situações em que as nomeiam falseando seus próprios nomes sociais escolhidos por elas e tomados para si: “travesti que gostava de ser chamada pelo nome de Gisele” e, nesse “gostar de ser chamada”, o gosto também de Ser e de Existir, mas que é revelado como uma farsa ideológica de seu nome masculino nas notícias. Esses são apenas alguns exemplos de como as notícias articulam-se lexicalmente para se referir às pessoas trans que figuram em suas páginas impressas e *online*.

Passemos agora às reflexões gerais sobre alguns veículos midiáticos e suas atuais configurações e dinamicidade. Atualmente, apesar da centralidade dada à rede de computadores, os telejornais permanecem resistentes, produtivos e buscando adequação em suas formatações para acompanhar a internet. Hoje, o ato de ligar a TV à noite para saber das notícias sobre tudo que aconteceu ao longo do dia, transformou-se em uma mera averiguação do modo como emissora A ou B irá lidar com a informação, construir as chamadas e

⁹ Faço essa escolha lexical para denotar a amplitude de divergências sociais, culturais e linguísticas presentes em nosso país.

¹⁰ Expressão que tem ganhado repercussão em campanhas e manifestações sociais. Usa-se o nome do grupo social o qual a campanha defende acrescido da informação de sua importância.

desenlear as manchetes já saturadas nos sites, *posts*, até mesmo memes e demais modos de circulação das informações que já aconteceram na palma da mão ao longo do dia.

O jornal impresso também amplia suas possibilidades de acesso ao trazer, no topo da informação ou no rodapé, *links* para o acesso ao jornal *online*, o e-mail e as redes sociais da ou do colunista para contato com leitoras e leitores, e-mail da redação para envio de possíveis pautas, reclamações e sugestões. Por seu turno, a notícia *online* exhibe no envolto da tela imagens de propagandas estáticas idênticas às que compõe o jornal impresso. São essas adaptações e caminhos todos que permitem a coexistência desses veículos quando, em determinadas épocas de seus surgimentos, pensou-se que a virtualidade, a internet e as conexões por fibra óptica acabaria com o físico, papel e tinta. Não acabou.

O embate de coexistência dos veículos de informação é revelado nos casos em que notícias inteiras são compostas por *prints* de conversas mantidas entre envolvidos em acusações, por exemplo. Além de notícias *online*, cuja composição de sua estrutura é massivamente de áudios de *whatsapp* ou de vídeos e fotos sobre crimes; em geral, registros amadores feitos por leitoras, leitores, por testemunhas, por câmeras urbanas, por vítimas e até mesmo pelos acusados, como se observa nas notícias veiculadas sobre o caso Dandara, onde há o vídeo das agressões, tortura e morte. É a repetição exaustiva e dolorida dos atos de fala transfóbicos, os quais serão aprofundados no capítulo de análise deste trabalho. A seguir, veremos como algumas pessoas trans apareceram e foram sendo performatizadas no interior de alguns veículos de comunicação e informação.

2.1 Dando *close* na “Bicha Eletrônica”

Democrática e acessível, a TV é um veículo com informações variadas, que também circulam nos jornais impressos. A televisão brasileira sempre esteve entre fascínio, não aceitação, humor e seriedade sobre as questões voltadas à identidade de gênero e sua orientação sexual, em busca de falas de especialistas que pudessem apontar as causas, (d)efeitos e até mesmo caminhos de cura.

A inclusão de personagens homossexuais em novelas, por exemplo, tornou-se prática comum desde a década de 1980, não obstante as tentativas de censuras e as vezes que as autoras e autores precisaram dar cabo das personagens antes do previsto, após algumas pressões do público, sobretudo nos casos em que se tratava de relacionamentos entre mulheres e, principalmente, se fossem mulheres idosas lésbicas se relacionando. Em um dos casos da teledramaturgia brasileira, o casal de lésbicas foi tão mal recebido pelo público telespectador,

que o autor precisou matar ambas na implosão de um shopping.¹¹ Mocinho, mocinha e vilã, encenados por homens e mulheres, permaneceram por muito tempo como tríade inviolável para se falar de amor e, até determinado ponto, de desejos nas telenovelas brasileiras.

A versão moderna dos folhetins trouxe desde casos velados de relacionamentos homoafetivos até mulheres *trans* recém-chegadas da suíça, após realização de procedimento de redesignação de genitália, como foi o caso da personagem Ramona, interpretada por Cláudia Raia na novela “As Filhas da Mãe”, da Rede Globo. Nessa época, Cláudia Raia concedeu uma entrevista a uma revista de famosos, afirmando sobre sua desenvoltura corporal de músculos desenvolvidos, cultivados pela prática de balé desde a mais tenra idade e que, por isso, seria ela “a única bicha que já nasceu pronta, operada”¹². Essa percepção da atriz revela como as discussões sobre gênero, por vezes, ainda centra-se em torno da genitália.

Ao descrever, nos idos dos anos de 1960 na televisão brasileira, a irreverência do apresentador Chacrinha, Trevisan (1986; 2000; 2018) destaca as atitudes do comunicador ao se vestir, dentre muitas fantasias, a de noiva e também de lançar, de modo insinuante, bananas, bacalhau e pirulitos à plateia enquanto entoava canções que remetiam a identidades de gênero de lésbicas e gays em famigeradas marchinhas de carnaval.

Através do referido programa de auditório, a sociedade brasileira ia sendo solapada pela tela em preto e branco, que João Silvério Trevisan apelidou de “Bicha Eletrônica” (TREVISAN, 2018, p. 289). A televisão instalada nas casas era portal de uma infinidade de percepções que as famílias tomavam como programas de entretenimento, mas que carregavam itens expressivos de manifestações de existências diversas.

A partir de algumas músicas cantadas pelo apresentador da Discoteca do Chacrinha: “Maria é sapatão, sapatão, sapatão! De dia é Maria e de noite é João” e “Olha a cabeleira do Zezé, será que ele é? Será que ele é?”, unido ao coro da plateia interagindo, em resposta, com gritos de “bicha!” e a consideração feita pela atriz Cláudia Raia, é possível identificar uma fresta investigativa de como os corpos *trans* são performatizados na mídia, ao longo de décadas, através de seleções lexicais diversas.

Ao olharmos para essas pessoas *trans* exibidas na mídia através das músicas: Maria Sapatão, Zezé Será Que Ele É, Ramona - a bicha que nasceu operada e tantas outras e outros, podemos notar que se trata da percepção desses corpos apenas a partir de suas ações de nomeação e de corporeidades, seja pela mudança do nome denotando que o que Maria faz

¹¹ Novela Torre de Babel, exibida em 1998 pela Rede Globo.

¹² <https://acapa.disponivel.uol.com.br/atriz-claudia-raia-sou-a-unica-bicha-que-ja-nasceu-pronta-operada/>

durante o dia difere daquilo que ela faz na parte da noite, remetendo à prática sexual lésbica e, no caso da música sobre o Zezé, a ação de deixar o cabelo em imperante cabeleira como definição corporal do Ser, ser bicha. Evidencia-se essa constatação por meio da suscitação de olhares duvidosos de interrogação – “será que ele é?”. Agora, vamos a terra onde “homem é homem, menino é menino, viado é viado e baitola é baitola”.¹³

No Ceará, houve um programa de auditório tão semelhante ao do Chacrinha que o apresentador recebeu uma denominação social, o chamado apelido, que o aproximava diretamente com o Velho Guerreiro, fato que corrobora com a hipótese apresentada anteriormente de que a mídia reproduz modelos heteronormativos, sobretudo no uso de termos pejorativos. Em todos eles, figurava alguém que demonstrava assimetria com as normas de padronização social de gênero.

O programa de auditório comandado pelo apresentador Irapuan Lima ficou no ar durante 17 anos, no Ceará, e era exibido aos sábados, pela TV Cidade; a programação dava espaço para shows de calouro, apresentações artístico-culturais das cidades do interior do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza, com premiações inusitadas, como pacotes de macarrão da marca Fortaleza. A participação de algumas travestis cearenses no programa de Irapuan Lima foi destacada nas entrevistas dadas por travestis de Fortaleza na pesquisa de Veras (2004), segundo elas, como momento de *glamour*. Embora a pesquisa do Professor, Doutor em história e também gay, Elias Veras, não tenha dado ênfase a esse aspecto da performatização corpos trans na mídia cearense e no referido programa televisivo, podemos considerar aparições marcantes do público LGBTQI+ na mídia televisiva cearense, conforme mencionaram as próprias entrevistadas.

Por sua irreverência, o apresentador foi apelidado de Chacrinha do Norte e, dentre suas dançarinas, denominadas Irapuetes, uma evidente reprodução do que eram as Chacretes, destacou-se mais uma assimilação artística do sul ao norte, a dançarina e assistente de palco Xuxa Cearense, como foi apelidada Lionah Dias. Destaco esses dois apelidos, dados ao artista e à artista cearense, para evidenciar a necessidade que há de que nossa arte seja enquadrada em moldes da mídia hegemônica do sul, uma vez que era, e ainda é, das grandes emissoras desse lugar que nos chegavam as manifestações diversas de cultura e de toda sorte de novidades no mundo do *glamour*, sobretudo quando exibido na “Bicha Eletrônica”, momento de auge para qualquer artista. Isso evidencia o que já mencionei acima sobre os discursos

¹³ Alusão à música de Falcão chamada: “Holliday foi muito”. Destre muitas expressões usadas nos jargões do cantor, a palavra “baitola” que se refere, grosso modo, à homossexualidade masculina é um dos mais usados. “Baitola” foi um dos termos usados pelos agressores de Dandara enquanto a agrediam.

mediáticos no Ceará replicarem aquilo que a mídia hegemônica brasileira veicula.

Mais recentemente, em 2012, o programa de palco cearense da TV Diário, comandado pelo já falecido apresentador Ênio Carlos, exibiu o que ele denominava de 1º Reality Show da televisão brasileira com 9 *Drags*¹⁴. “Glitter: em busca de um sonho” oferecia como premiação a realização de um sonho escolhido previamente pelas participantes. Ao longo dos episódios, as participantes realizavam provas concorrendo a diversos prêmios e, em sua concepção seguia os moldes das edições de programas de reality shows da mídia hegemônica brasileira e internacional, mas com a tônica de ser tudo muito simples, breve e feito, explicitamente, para diversão das pessoas através da exposição das *drags* com seus jargões e performances caricatas.

A exibição do quadro na TV proporcionou às participantes aquilo que, certamente, as entrevistadas na pesquisa de Elias Veras (VERAS, 2015) descreveram: a sensação de glamour por estarem aparecendo em uma mídia de tão grande repercussão como é a TV. Havia um momento do quadro que se chamava “Cara a Cara”, na ocasião, as participantes duelavam, apresentando justificativas sobre por quê a sua oponente não deveria permanecer no *Reality* e, em um dos duelos foi apresentado o argumento de que uma delas não precisava estar ali por já ter condições pessoais e financeiras de realizar seus sonhos, estaria, segundo a participante, “apenas para aparecer um pouco mais”.

A exibição e experimentação do feminino, vivenciado pelas participantes do quadro Glitter, além de lembrar o formato de outros *Reality Shows* da TV brasileira, também dialoga com os concursos de beleza que acontecem em todo o Brasil. Até a década de 1970 alguns desses concursos aconteciam de forma clandestina, entretanto, passou a figurar como entretenimento lucrativo. Atualmente, é comum realização de *Miss Gay*, *Miss Trans*, *Beleza Trans* e outras denominações que tem como objetivo inserir a comunidade LGBTQI+ no universo do cultivo da beleza e suas implicações para o mundo da moda e até mesmo do consumismo exarcebado, pondo em dinâmica o chamado *pink-money*¹⁵, obviamente, refere a travestis e trans que têm poder aquisitivo para investirem nesses concurso e em todas os gastos que eles implicam.

Embora não tenha sido esse o caso do quadro apresentado na TV Diário, os *realitys* e concursos movimentam muito dinheiro e logística em suas exibições. O quadro *Glitter*, em

¹⁴ De acordo com Love (1992), o uso do termo é aplicado a homossexuais que adotam apenas por algumas horas uma figura feminina incorporando trejeitos e maneirismos como forma de manifestação artística ou crítica de cunho lúdico ou profissional. No caso das participantes do programa, não se tratava de algo tão passageiro como o termo dado a elas se refere, pois algumas permanecem com suas identidades e nomes femininos até hoje.

¹⁵ Termo cunhado pelos setores de economia para classificar o poder de consumo de pessoas LGBTQI+, o que revela aspectos relacionados ao consumo.

termos gerais, promoveu o encontro de 9 garotas travestis sob a denominação de *Drags*, pondo-as na TV para participarem de competições e, enquanto se duelavam, “em busca de um sonho”, conforme o lema do quadro, despertavam risos da plateia e do público telespectador, ao usarem muitos jargões, performances femininas e simularem discussões gratuitas sobre temáticas diversas do mundo trans, como por exemplo: uso de adereços como bolsas, perfumes, óculos de marca *versus* produtos pirateados; maquiagens, perucas e roupas extravagantes *versus* figurinos mais básicos.

Acrescentam-se, ainda, algumas provas que valiam premiações, eram adaptações lidas como ações cotidianas do universo masculino, para que as meninas demonstrassem desempenho ao serem expostas a elas, por exemplo: jogar futebol¹⁶ e trocar pneu de carro parecem ter sido escolhidas como atividades chave do universo masculino. A produção do quadro esteve ao encargo de Lena Oxa, a quem as participantes chamavam de madrinha. O sonho das participantes, em sua maioria, era a montagem de um salão de beleza completo. A vitoriosa foi D'moon, que tinha como sonho realizar uma viagem em um cruzeiro.

O quadro perde a oportunidade de trazer ao público cearense elucidações sobre o que é o universo das travestis e das pessoas trans, ou até mesmo de *Drag Queens*, como assim eles denominaram as participantes. Apesar de despertarem tantos risos, a TV Diário poderia ampliar o debate contribuindo com a reflexão sobre o respeito e a valorização da existência e direitos das participantes e de suas pares. Apesar do quadro e das participantes situarem-se em um estado tão sanguinolento com as pessoas trans, não foram mencionadas algumas questões como, por exemplo, que a maioria delas tinha como grande sonho ter seu próprio salão de beleza, o que denotava a falta de emprego e abertura no mercado de trabalho em decorrência de suas identidades.

Por fim, gostaria de citar alguns nomes de pessoas trans, que se destacaram na mídia televisiva cearense por estarem à frente de atividades na comunidade LGBTQIA+, por suas atuações em projetos e ações que visavam garantir existências e valorização da vida de outras pessoas trans e travestis ao apregoar que a identidade de gênero não está acima de seus potenciais humanos, e que suas conquistas precisam ser mostradas como resultado de luta e resistência, mas, principalmente, do chamamento para que outras pessoas trans também conquistem seus lugares. Apesar de, na atualidade, existirem muitas delas engajadas nas redes sociais, na política e em projetos de envergaduras que sustentam os debates e os embates por melhores condições para nossa população, destacarei apenas algumas.

¹⁶ Em depoimento, um dos agressores de Dandara, disse que estava saindo de casa para jogar futebol quando seguiu um grupo que ia passando para matar um homem (Dandara) que foi encontrado roubando (Ver análise).

Janaína Dutra, Luma Andrade, Thina Rodrigues e Gisele Almodóvar (Silvero Pereira).¹⁷ Todas do interior do estado do Ceará e, em alguns dos casos, precisaram partir para Fortaleza em busca de melhores condições para suas famílias, de estudos e de trabalho. Tenhamos em mente que esta não é a sorte de todas; esse destaque que trago é para fazer justamente o contraponto entre a hora em que a TV apenas humoriza suas existências ou interrompem sua programação para noticiar vidas interrompidas, sem considerar esse construto violento que segue produzindo de modo velado e risível.

Ressalto que todas estas apresentadas militam ou militaram enquanto estiveram vivas, para que a população LGBTQIA+ fosse respeitada e se mantivesse viva, desfrutando de seus direitos e tendo suas diferenças, exercendo o “potencial performativo de sua materialidade” (PINTO, 2014). São elas: Janaína Dutra, já falecida, foi a primeira trans formada em direito no Ceará. A professora Luma Andrade, primeira mulher trans a obter o título de doutora no Ceará, atualmente professora da UNILAB de Redenção-CE; Thina Rodrigues¹⁸ que militou como presidente da ATRAC – Associação de Travestis do Ceará e Silvero Pereira, como assim é conhecido no meio artístico e que tem em Gisele Almodóvar uma personagem de suas atuações cênicas.

Em algumas entrevistas, Silvero diz ter sido uma criação que se confunde com sua própria existência. Inclusive, foi em um dos debates ao final de uma apresentação de Silvero Pereira que me senti instigado a (me) entender mais desse universo, e isso é parte de minha construção enquanto pesquisador. No último espetáculo teatral que assisti, Silvero abria as primeiras cenas apresentando estatísticas de trans assassinadas no Brasil. Silvero Pereira atua também na TV e no Cinema brasileiro, despontando como artista que vem conquistando espaço não só profissional, mas também ocupando espaços de resistência e discutindo pautas caras a toda a comunidade.

Feitas essas considerações sobre o modo de apresentação de algumas cenas televisivas de corpos LGBTQIA+, é necessário reconhecer esse espaço como responsável por performatizar corpos trans, assim como para possíveis mudanças sociais no modo como são

¹⁷ Optei por usar o nome do artista como ele faz uso, Silvero Pereira, Gisele Almodóvar, é como se apresenta enquanto personagem feminina de alguns seus espetáculos.

¹⁸ Travesti negra que militou pelos direitos das pessoas trans e de toda a comunidade LGBTQIA+. Foi vítima de Covid-19 e nos deixou no ano de 2020. Graças às leituras e ao curso dessa pesquisa, descobri que Thina era natural da cidade onde resido atualmente, Brejo Santo-CE. Thina partiu de Brejo Santo para Fortaleza para viver sua essência de mulher trans (VERAS, 2004). Quando redigi esse trecho pela primeira vez, Thina ainda estava viva. Foi dolorido voltar ao texto para mudar o tempo do verbo e criar esta nota anunciando sua passagem. A administração municipal de Brejo Santo não sabia da naturalidade de Thina. No dia em que ela morreu, enviei mensagem para a Secretaria de Cultura (equipe que tenho mais acesso) pedindo que divulgassem uma nota de pesar, fui prontamente atendido pelo secretário David Júnior. Thina Presente!

vistos, sobretudo em seus resgates das manchetes policiais, da patologização de suas identidades e das reportagens sobre procedimentos cirúrgicos e hormonais, além dos documentários que fazem associação direta e única à criminalização, prostituição e outras situações de margem. A seguir, veremos como jornais impressos e *online* atuam sobre o que estamos discutindo até o momento.

2.2 Folheando jornais em busca de babados

Ao longo de sua criação, o texto jornalístico se refaz da oralidade ao texto escrito para, em seguida, circular nos acessos tanto de pessoas que se interessam pela temática da notícia como também entre aquelas que não sabem ler. Estas últimas entram em contato com o mesmo texto escrito através de sua modalidade falada pelos repórteres em vídeos televisivos ou que circulem em redes de compartilhamento de mídias. Uma vez que alguns editoriais são usados como “uma espécie de protótipo da maioria dos textos que vierem pela frente” (FERREIRA, 2005, p. 252), os textos são os mesmos impressos, escritos na versão *online* do jornal e lidos nas chamadas.

Embora em intensa circulação, fatos noticiosos que circulam entre a grande massa e nos grandes centros periferizados, acessados por pessoas em diversos níveis de estudos e leitura, pode lhes dar a falsa ilusão de estarem bem informados quando, na verdade, o que existe é uma “sociabilidade eufórica e a ilusão de que até mesmo os analfabetos se tornam mais bem informados” (SODRE, 2006, p. 78). O sociólogo baiano menciona, integralmente:

O fluxo noticioso que organiza a visibilidade dos fatos reais (o movimento aparente da realidade) faz elipse no circuito social que transforma a informação em possibilidade decisória, criando assim grande dissimetrias entre os centros tecnoburocráticos controladores e as periferias (as massas). A distância real entre as duas ordens produz uma indiferença de fundo. A quantidade e a velocidade da informação ajudadas pela forma-espetáculo, suscitam uma sociabilidade eufórica e a ilusão de que até mesmo os analfabetos se tornam mais bem informados (SODRE, 2006, p. 78).

Focalizando o contexto da mídia impressa, tais como jornais e suas colunas de opiniões e notícias, a recepção do corpo trans e a abertura desses veículos, para interação entre leitores e a presença de colunas específicas, para comentários de casos em contextos nacionais e regionais nos diz do quanto a notícia se alimenta de construções sociais, seja no contexto político, cultural e, nos casos que iremos exemplificar como tentativa de “educar os

corpos” (LOURO, 2019, p. 20).

De igual modo, Rajagopalan (2000) também menciona a forma como, indistintamente, a diversidade de público leitor da sociedade acessa e é influenciado pela mídia, reconhecendo e dando destaque aos impactos que a linguagem causa sobre os acontecimentos. “Mesmo aqueles entre nós que são analfabetos ou privados por outros motivos quaisquer do acesso a outras formas de divulgação de informação, estão, mesmo assim, longe de estarem imunes à influência esmagadora de mídia” (RAJAGOPALAN, 2000, p. 100).

Esses jornais se constituem como veículos *sine qua non* para reestruturar a experiência ou para reencarnar a própria violência (ALENCAR; SILVA, 2014). Tais mediações semióticas, de acordo com Asif Agha (2011) são quadros de participação de atividade comunicativa, cujos enlaces comunicativos envolvem: enunciados falados mediando relações entre comunicadores co-presentes, artefatos impressos, as diferenças de tempo e espaço, tecnologias eletrônicas, graus variados de consciência mútua, de direcionalidade de contatos e de possibilidade de reciprocidade.

É oportuno refletir sobre como a mídia cearense performarizam corpos trans violentados, e em quais circunstâncias são apresentados e relexicalizados à população cearense ao longo dos anos e se há lugar para esses corpos em outros lugares que não sejam nas notícias sobre crimes. A mídia cearense é assim denominada por ter seus veículos de comunicação ligados ao nome de seus acionistas, donos de jornais e de outros meios de comunicação, entretanto, segue os moldes da mídia hegemônica latente no imaginário nacional brasileiro, *quiçá* mundial.

Essa empreitada de manipular os corpos e transformá-los, de modo análogo, em apenas mais uma gravura impressa nos jornais ao deleite dos editores em seus moldes, tamanhos, forma, cores, destaques e apagamentos que lhes apeteçam, faz parte do projeto ideológico de manipulação, o qual, de acordo com Boldt (2013), ocorre por meio da ideologia e de suas seleções, nas quais o “agora-dito remonte e, de alguma forma incorpore ou ressoe o já-dito e chegue à frente, antecipe, e de alguma forma incorpore o a-ser-dito” (BAUMAN, 2005, p.145). Ao abordar as questões de manipulação da mídia, é preciso perceber que também existe uma abordagem na qual manipular é fazer se impor frente ao que se apresenta como dominante, reconhecendo em consonância com Bonfim (2011) ao ecoar Thompsom (1981) afirmando que toda luta de classe é uma luta por vontade de representações.

O público leitor dos jornais impressos sempre foi mais elitizado, inclusive esses jornais eram denominados como formadores de opiniões, e era a partir das leituras de tais diários que as narrativas de fatos cotidianos ganhavam circulação e eram consumidas. No

caso do Ceará, posso destacar a presença de colunas e até cadernos específicos para divulgar eventos da alta sociedade, geralmente com a presença, apoio e exibição de fotos ao lado de famílias de políticos e empresários com sobrenomes que evidenciam grupos hegemônicos, ou seja, uma só elite. É o caso de alguns cadernos de Cultura, Cadernos 3 e Zoeira, denominações de alguns cadernos do Jornal Diário do Nordeste, por exemplo.

Entretanto, do mesmo papel e da mesma tinta são feitas as breves chamadas nos Classificados, na seção de encontros. Trata-se de encontros secretos e divulgação de garotas e garotos de programa, e da disponibilidade de vagas de trabalhos em bares e boates noturnos. Isto é, moram no mesmo jornal a festa de aniversário de 15 anos da filha apresentada à sociedade e o anúncios de classificados que apresentam a descrição de travestis descrevendo seus corpos, usando o termo “morena” ao invés de “negra”. Para dialogar com essa questão, recorro à pesquisadora transfeminista que problematiza o seguinte:

Embora essa nova personagem, que emerge das páginas dos jornais e das revistas, mais do que dos manuais médicos europeus, tenha nascido sob a marca de estigmas (corporal – presente na ambiguidade e no “excesso” de gênero, e social – presente na associação entre travesti e prostituição), as travestis se apropriaram dos discursos fabricados pela mídia de diferentes maneiras e elaboraram contra-discursos (VERGUEIRO, 2015, p. 51).

É nessa emergência e nesse movimento de estar presente nas mídias que iremos discutir a necessidade de que esse espaço seja usado também como de militância pela elaboração de manifestações de existências que estejam além do que está escrito, que inclua positivamente os sujeitos e que a eles sejam úteis em suas atuações na sociedade.

Elencamos o Jornal O Povo para a realização de uma breve comparação entre os modos como a performatização desses corpos na mídia implicam a constituição destes por meio dos atos de fala (AUSTIN, 1976). A partir de uma coluna identificada na pesquisa de Veras (2004) sobre a representação público-midiática das travestis em Fortaleza-CE, em comparação com comentários de uma notícia mais recente sobre o assassinato de uma garota trans cearense, na versão *online* do mesmo jornal. Ressalto, em tempo, que esse capítulo aborda a emergência desse corpo em situações diversas, performatizado na mídia, e que analisarei de forma mais detalha um único caso, as notícias sobre o caso Dandara dos Santos.

Notaremos que, apesar de passados alguns anos de debates, elucidações sobre as reais condições das pessoas trans e até mesmo do surgimento de legislações específicas, que atendem a essa temática, dúvidas e questionamentos que demonstram não apenas total desinformação, mas também marcas de transfobia no modo de selecionar léxicos que compõe

o texto ainda são imperantes ao circularem os atos de fala que reformatizam os corpos dessas pessoas.

O “fenômeno Roberta Close”¹⁹ e a efervescência de opiniões sobre ela nos jornais cearenses foi um dos casos emblemáticos que circulou no Brasil, e animou também jornais cearenses a se posicionarem em algumas de suas colunas sobre a modelo, que esteve presente em revistas masculinas e foi um dos recordes de venda. Entretanto, os comentários estavam pautados na fala de especialistas da área clínica para dar sustentação à exposição do caso, dando-lhe tom diagnóstico, aliás, prática comum que atuou e ainda atua sobre esses corpos.

Citada por Veras (2004), a reportagem “A medicina muda o sexo, mas a mente ainda é um problema”, publicada no jornal O Povo, de Fortaleza, contribuiu com as discussões sobre o “transexualismo” na capital cearense. A matéria foi elaborada a partir dos depoimentos do cirurgião plástico Geraldo Sérgio Barbosa Teixeira, da psiquiatra Fátima Barroso e de alguns homossexuais de Fortaleza.

De acordo com Barbosa, ‘fazer a transformação de um homem em mulher é mais fácil do que transformar mulher em homem’. O ‘mais fácil’ contido na sentença do cirurgião plástico foi acompanhado por uma ressalva: cirurgias ‘desse tipo’ só deveriam ser feitas com ‘acompanhamento psiquiátrico’, sendo o ‘estado psicológico do paciente’ e o apoio da família determinantes para o sucesso da transformação. Barroso, por sua vez, advertia que ‘após a cirurgia, o transformado poderá sucumbir ante fortes crises depressivas’, sendo ‘candidatos em potencial ao suicídio’. Para o médico, as cirurgias de ‘mudança de sexo’ eram mais indicadas para transexuais, definidos como aqueles que ‘possuem órgãos de um sexo, mas que tem a ‘cabeça’ de outro’ e para hermafroditas, ‘aqueles que nascem com órgãos sexuais masculinos e femininos’ (VERAS, 2015, p. 145, grifos do autor).

O problema ao qual a manchete se refere seria a possibilidade de perturbações psíquicas após a decisão de realizar a cirurgia e, no desenvolvimento da discussão, são apresentados também distanciamentos entre a pessoa transexual e a travesti. Tal distanciamento ainda perdura nos discursos sobre diferença entre os termos, sempre colocando a pessoa transexual como um caso de desvio patológico e, portanto, tolerável. A travesti, por seu turno, permaneceria como desviante de segundo nível, intrinsecamente associada à marginalidade e desvio de conduta.

As discussões sobre essa diferença já existem, segundo Borba (2016), desde a década de 1950, quando o endocrinologista alemão, radicalizado nos EUA, Harry Benjamin fez suas primeiras incursões sobre o assunto, em 1953. Para Benjamin, o travestismo seria uma forma de fetichismo, em que o uso de adereços lidos como femininos, às escondidas, seria um

¹⁹ A referência é feita por Elias Veras (2004).

sinal de desejo de ficar mais próximo de seu fetiche amado. Por outro ângulo, apontava o transexualismo como problemas de maior amplitude, algo muito mais sério do que apenas desempenhar o papel do sexo oposto, mas seria um “desejo intenso, por vezes obsessivo, de mudar completamente de estado sexual, inclusive da estrutura orgânica” (BENJAMIN, 1965, p. 214 *apud* BORBA, 2016).

Um dos acompanhamentos feito por uma pessoa transexual que decide realizar a cirurgia de transgenitalização é o psicológico. Entretanto, o que corre o risco de acontecer é que esse acompanhamento seja uma imposição de um diagnóstico psiquiátrico guiado por regimes de verdade (FOUCAULT, 2013), que além de patologizar essa experiência identitária, universaliza a narrativa de transexual verdadeiro, ou seja, um modelo ideal de transexual essencializado (BORBA, 2016).

A presença de análises desse tipo, em circulações nos jornais do Ceará, põe em evidência não só a vida corpórea, mas também psíquica desses sujeitos; entretanto, é possível considerar que a mídia hegemônica brasileira se encontra a serviço de processos de exclusão, ao ferir o corpo de modo violento e cumprir seu papel de machucabilidade²⁰ (SILVA, 2005) e a mídia cearense segue esse curso ao se inscrever em abordagens puramente clínicas para trazer à tona identidades transexuais.

As mediações semióticas realizadas pelos jornais visam tão somente reproduzir equívocos sobre as identidades de pessoas transexuais, entretanto, não é sempre que essas discussões são úteis à sociedade no que concerne à inclusão e defesa da vida dessas pessoas. Conforme veremos a seguir, 34 anos depois que esses profissionais da área de saúde debateram sobre a transexualidade de Roberta Close, em moldes patologizantes e incompreensíveis sobre o que seja o corpo trans, uma notícia *online* do mesmo jornal desperta comentários realizados pelo público, que performatiza a continuidade de violências contra essas pessoas.

2.3 Conectados, mas nem tanto: “Alguém aí pode me informar o que é uma mulher trans?”

A notícia que passaremos vista a seguir, visa concluir esse momento de observação das mídias cearenses no modo como os atos de fala performatizam os corpos das pessoas transexuais em situação de violência letal. Veremos um caso que aconteceu em 2018, o

²⁰ Aqui, o termo é emprestado de Mahmood, (2007) ao abordar as diferenças entre injúrias e blasfêmias relacionadas à violência impetrada a grupos religiosos através de cartoons. A citação com o termo é encontrada na pesquisa de Daniel do Nascimento e Silva.

brutal assassinato de Larissa Rodrigues, transexual de 21 anos, morta a pauladas no bairro da Saúde, em São Paulo. Larissa morava na capital paulista há quatro anos e, segundo uma amiga de infância relatou na notícia, a jovem foi abordada violentamente por um homem com um pedaço de madeira, ela foi atacada com golpes contínuos e, após ser socorrida, morreu ao caminho do hospital. Segundo a amiga, esse mesmo homem havia tentado atropelar Larissa, mas, como não conseguiu, retornou para espancá-la.

Embora a notícia tenha elaborado muito bem as referências à Larissa, referindo-se ao seu nome social, a aplicação da categoria transexual sem nenhuma nota explicativa sobre essa identidade abre espaço para que alguns leitores e leitoras do jornal elaborem incompreensões ao longo dos 27 comentários presentes na notícia. Apesar disso, existem dentre estas pessoas algumas que tentam desfazer a ignorância e até mesmo rebater a violência com a qual alguns comentários são tecidos.

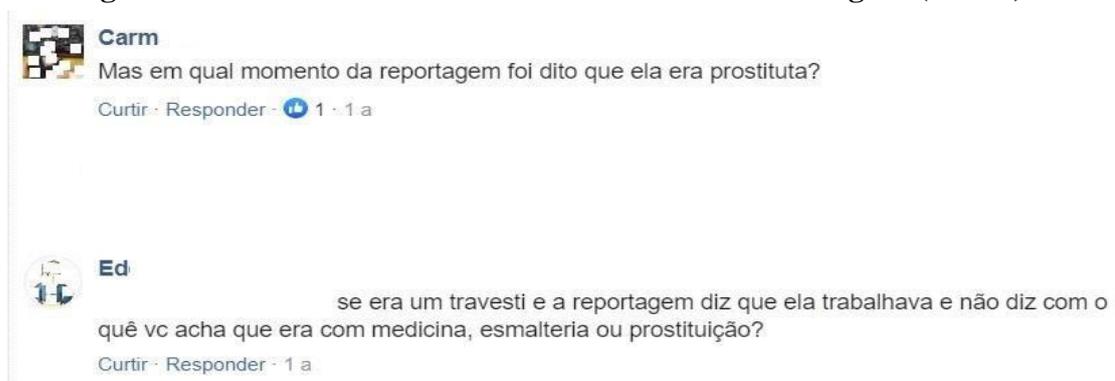
Além da ausência dessa nota explicativa feita pelo jornal, há um recurso utilizado que coopera para outra problemática: ao gerar uma espécie de segredo no entorno do trabalho realizado por Larissa em São Paulo e o fato da garota mandar dinheiro para sua família no Ceará, o jornal implica denotações de que o trabalho de Larissa estava ligado à prostituição. O objetivo do jornal parece deixar subentendida essa informação e o faz por meio de diversas repetições do fato dela trabalhar em São Paulo e mandar dinheiro para a família no Nordeste, entretanto, uma das leituras cumpre o objetivo que parece ser precisamente o do jornal. Ao dar voltas e voltas na informação de que Larissa era uma mulher trans que foi para São Paulo trabalhar e mandar dinheiro para ajudar a família, o jornal aciona o gatilho da recepção leitora e de sua interpretação: “Prostituição”, comenta uma interna.

Em seguida, há uma breve discussão que se insere desde relatos e defesas bíblicas para a questão de prostituição. Em meio a acusações e defesas à personagem bíblica Maria Madalena e a Larissa, uma das leitoras responde àquela sentença pretendida pelo jornal que velou e escondeu sinuosamente a informação, talvez evitando se precipitar ou evitando esse tipo de comentário ou compreensão dos leitores e leitoras, tentativa frustrada (ou meta cumprida). “Mas em qual momento da reportagem diz que ela era prostituta?”, pergunta Carm a Ed, que havia comentado apenas a palavra “Prostituição”. Ao que Ed responde: “se era um travesti e a reportagem diz que ela trabalhava e não diz com o quê vc (*sic.*) acha que era com medicina, esmalteria ou prostituição?”.

Seria do jornal o equívoco de não mencionar ou o de tentar esconder e, ao mesmo tempo, deixar essa informação implícita? Ou é de Ed a precipitação dedutiva ou, ainda, a sagacidade em atender ao que o jornal tentou construir ao longo do texto da notícia?

Percebemos o modo como as informações relacionadas ao trabalho de Larissa são muito mais enfatizadas do que a própria violência, a busca pelos acusados, a inserção de informações sobre as diligências para que fossem presos e uma breve explicação do porquê aquela garota bonita, estampada na foto da notícia, estava sendo nomeada na manchete como mulher trans. Ou, na verdade, a foto foi escolhida deliberadamente para gerar a confusão entre sua passabilidade²¹ ante aos leitores e leitoras desinformadas, e a manchete: “Mulher trans cearense é morta a pauladas em bairro nobre de São Paulo”.

Figura 1 – Comentários na notícia do caso Larissa Rodrigues (Ex. 01)



Fonte: Jornal O Povo, 2019.

A notícia também apresenta alguns contrapontos feitos propositalmente entre: mulher x Trans, Cearense (Ceará) x São Paulo e Cearense x Bairro Nobre e outra que considero como oposição também que é: Morta a Paulada em Bairro nobre também soa como contraponto, todos esses binarismos presentes apenas na manchete e desenvolvidas discursivamente ao longo do texto.

A notícia também apresenta alguns contrapontos feitos propositalmente entre: mulher x Trans, Cearense (Ceará) x São Paulo e Cearense x Bairro Nobre e outra que considero como oposição também que é: Morta a Paulada em Bairro nobre também soa como contraponto. Todos esses binarismos presentes apenas na manchete e desenvolvidas ao longo do texto.

Comumente, ouvimos a expressão “Mulher trans” até mesmo das próprias trans, ao se expressarem e se definirem, o impasse apresentado na notícia decorre da inserção da imagem e da ausência de elucidações sobre o termo, conforme já mencionei anteriormente.

²¹ Termo que significa “passar-se por”. Denota, nos processos de transgenerização o quanto mais próximo e mais semelhante um corpo trans feminino se encontra do corpo lido como feminino cishetero ou um corpo trans masculino semelhante a um masculino cishetero.

Evitar a essencialização da experiência transexual implicada apenas no uso do termo como substantivo genérico deve ser um exercício de cidadania e de compreensão dessas identidades, uma vez que vivenciar alguma forma de transexualidade é apenas uma das experiências dessas pessoas.

Para que se tomem os devidos cuidados ao utilizar o termo, Gomes de Jesus (2012) pontua que o uso do termo *trans* isolado pode ser ofensivo por reduzir a complexidade da experiência. Embora o jornal não tenha usado isoladamente, mas sim associado ao termo “mulher”, os leitores e leitoras não compreenderam a relação da foto que evidenciava a apresentação do corpo da vítima lido como corpo de mulher associado ao termo “mulher *trans*”. A incompreensão resultou em mais processos de discriminação, performatizando o corpo-morto, noticiado bem como da comunidade identitária a qual fazia parte e entre as próprias leitoras e leitores, ao trocarem algumas ofensas.

É expressiva a oposição feita ao fato de Larissa ser do Ceará e ter sido morta em São Paulo. Nesse deslocamento, o trabalho de Silva (2010) incluiu o diálogo com outras pesquisas como a de Caldeira (2000), onde uma imigrante italiana do Bairro da Mooca ao ser entrevistada sobre sua percepção em relação aos nordestinos afirma: “O governo deveria dar casas pra eles lá no Nordeste pra eles não precisarem vir pra cá... Hoje aqui na Mooca não se pode nem sair de casa”.

Na oposição entre “Cearense” e “Bairro Nobre” também se encontra uma demarcação geopolítica, que revela outra faceta da violência ao posicionar o sujeito em lugar nenhum: prescrever quais lugares ela deve ocupar no mundo e, definitivamente, não deveria ser um Bairro nobre de São Paulo.

Das opções dadas por Ed e apresentadas na Figura 1 a informação de que Larissa fora assassinada justamente em um bairro nobre de São Paulo não serviu para supor que ela trabalhasse com “esmalteria”²², já que medicina seria mais improvável. Ed escolheu a última alternativa: prostituição. Ao que me permito formular, usando do jogo de linguagem (WITTGENSTEIN, 1989) do jornal, mas sem ser violento: prostituição em bairro nobre de São Paulo.

Em diálogo com os comentários tecidos pelos colunistas do Jornal O Povo, sobre O fenômeno Roberta Close, presente na pesquisa de Veras (2008), destaquei alguns comentários que coadunam com aqueles. É importante observar que estamos falando de um mesmo jornal, mas que há diferenças no tocante à versão (impressa e *online*), na modalidade

²² A palavra esmalteria vem do verbo esmaltrar, ou seja, do ato de passar esmalte. Uma esmalteria é o local onde se vendem produtos profissionais para as unhas, como esmaltes, fortalecedores, bases, etc.

dos comentários (colunistas comentando um caso e público leitor comentando outro caso), tempo de circulação da informação (1984 e 2018), entretanto, o assunto que conduz as discussões é o mesmo: o corpo trans.

Ainda que a reportagem sobre Roberta Close intitulada “A medicina muda o sexo, mas a mente ainda é um problema” trate de seu surgimento como mulher trans, que utilizou de recursos da medicina para que seu corpo se tornasse feminino, e na notícia sobre Larissa esteja expressa uma situação de violência letal, ambas as notícias tem a dizer da performatização desses corpos no modo como são materializados via textos jornalísticos e no modo como são compreendidos no trânsito das seleções relexicalização de suas existências por meio do patológico.

Na reportagem vinculada pelo Jornal O Povo, em 1984, imperava a medicina incluindo o fato de a reportagem ter sido elaborada por cirurgiões plásticos, psiquiatras e alguns homossexuais de Fortaleza. A reportagem é desenvolvida entre a consideração de um sujeito transexual como hermafrodita, termo cuja cirurgia deve ser feita apenas nesse caso e nos primeiros anos de vida. Segundo Foucault (2001), o hermafrodita era considerado como um tipo de monstro, visto como imperfeição da natureza ou moralmente deturpado, atualmente, o termo não é mais usado.

Ao longo da discussão, Veras (2015) destaca a pesquisa de Leite Júnior (2011) ao mencionar que o termo transexual foi se afastando de homossexual e travesti, em uma empreitada público-midiatizada de patologização, sob os olhares de médicos psiquiatras e cirurgiões plásticos. Por sua vez, homossexual e travesti seguia seu percurso ligado à marginalidade.

Outra coluna destacada na pesquisa foi a de Regina Marshall, coluna dominical também do Jornal O Povo. Em sua coluna, com o texto “Geração Roberta Close”, a jornalista trouxe críticas à visibilidade homossexual e afirmou que estavam se tornando, em sua opinião, a “grande maioria”: transformistas, “assumidos”, “enrustidos” e “outros do mesmo ramo”, assim, a escritora revelava acreditar que homossexuais e travestis deveriam permanecer confinadas aos espaços reservados e não “servindo de exemplo” para o público jovem ou “promovendo e exteriorizando seus problemas”.²³

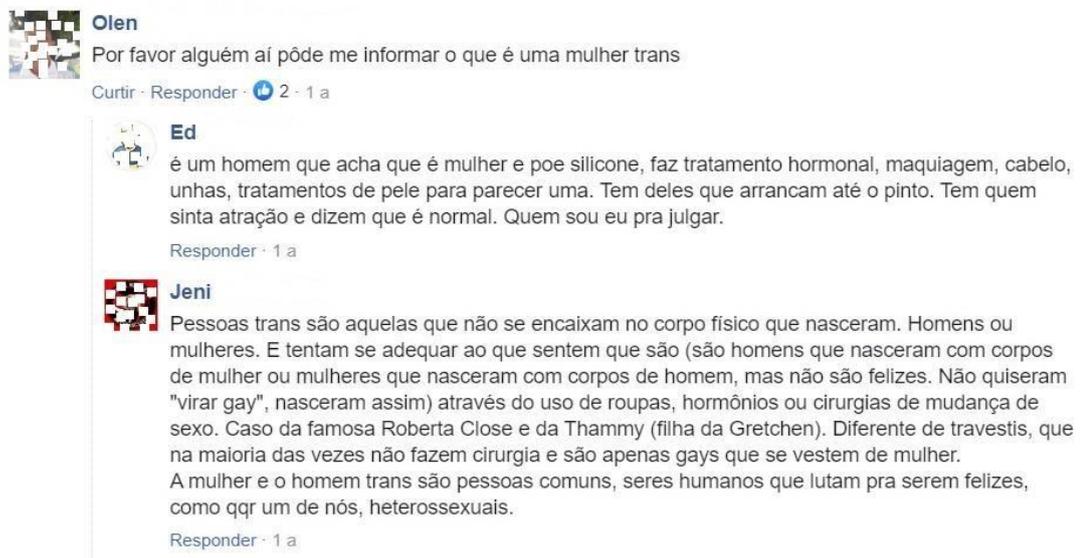
Trinta e dois anos depois, o mesmo jornal noticia a morte de uma garota trans, em São Paulo. Note-se o trânsito textual e dos corpos via textos, o de Roberta Close aos comentários dos jornais Cearenses, o do corpo de Lorena a um bairro nobre de São Paulo e o

²³ Todos os destaques em aspas dos parágrafos foram feitos pelo autor (VERAS, 2016).

momento que esta é apresentada no mesmo jornal do Ceará, que debateu Roberta Close como mulher trans e que os leitores e leitoras do jornal na versão online tecem comentários que perpassam pela esfera religiosa, pelas dúvidas de definições sobre identidade de gênero e pela percepção patologizante de seu corpo na esteira contínua de violências.

Finalmente, apresentarei o modo como um leitor e uma leitora dialogam nos comentários, trazendo dúvidas e explicações sobre o que seja o corpo trans. A indagação mote do diálogo a esse respeito é “Por favor, alguém aí pode me informar o que é uma mulher trans?”¹⁴.

Figura 2 – Comentários na notícia do caso Larissa Rodrigues (Ex. 02)



Fonte: Jornal O Povo, 2019.

Saindo dos espaços culturais e artísticos da circulação de notícias como carnaval, teatros e boates, o corpo trans começou a ganhar a cena pública midiática sobre corpos siliconados e que chamavam a atenção por sua alta semelhança com o corpo lido como feminino. Entretanto, havia um paralelo entre essas informações e as demais que continuavam abordando pessoas trans em situação de margem e entregues aos diversos tipos de violências. Isso acontece porque as tecnologias de gênero aplicadas aos corpos não se encontravam acessíveis a todos os sujeitos.

Cirurgias plásticas, silicone, tratamentos hormonais e outros recursos que segundo Preciado (2000, p. 19) são “protéticos”. Com essa afirmação, o filósofo recorre à ideia que o gênero é, antes de tudo, um recurso protético e que se dá na materialidade dos corpos, coadunando com Butler (1997; 2012). São aquisições que exigem custos e, seguramente, não

são todas as pessoas trans que dispõem deles. Por essas circunstâncias, é comum a situação em que algumas travestis e trans buscam trabalhos em outros países onde possam ganhar mais para realizarem os sonhos de modelarem seus corpos.

Algumas pesquisas, como a de Kulick (2008), apresentam situações nas quais travestis e trans se submetem a recursos mais baratos e acessíveis, como o uso de medicamentos usados por mulheres na função de anticoncepcional. As reações corporais ao tomarem, moldam seus corpos, em certa medida, às formas do corpo feminino, avolumando aumentando seios e quadris.

Ao adentrarem o escopo dessas discussões nas colunas de jornais e revistas, as pessoas trans seguem a trajetória de seus corpos que já havia saído daquilo que se denominava pecado, corpo abominável e passaram a ocupar esse lugar de possibilidades de existir a partir do exótico.

Os textos jornalísticos cearenses levam a ideia de que “travestis são, de certo modo, criaturas muito diferentes da maioria das pessoas: exóticas, estranhas, bizarras e ameaçadoras” (KULICK, 2008, p. 24-25). Em uma sociedade conduzida pelo poder patriarcal, que emana da gerência de grandes empresários cearenses e nomes famosos da política nacional, a representatividade social nas produções discursivas dos grandes jornais de grupos sociais de pessoas pobres, negras, LGBTQIA+, mulheres, indígenas e quilombolas, ainda ocupam somente as seções que tratam de manifestações, greves, alusões a datas comemorativas específicas e, quando não, é na aba de notícias policiais que poderão figurar esses corpos.

Entregues à vulnerabilidade linguística (BUTLER, 2016) da constituição noticiosa de atos de violências, os corpos que são violentados já estiveram o tempo inteiro “passíveis de ofensa” (CAMERON, 1995 p. 158) ao longo de suas existências. Visto desse modo, poderia se pensar naquilo que é somático e que faz com que a esses corpos sejam endereçadas as violências a eles perpetradas – essa palavra, indo ao seu significado formal, lembra-me uma violência feita a pedradas, efetuada com o uso de pedras e isso é violento *per si*. O corpo que é linguagem e a vulnerabilidade são, então, o par constitutivo da violência, “expostos ao olhar e à violência do outro” (Butler, 2004. p. 26).

2.4 O proibido: mudando o canal, virando a página e clicando no botão [x] no canto superior direito da tela

Descortinar a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados, e como

estes são representados na mídia, nos incube a discutir algumas questões históricas, as quais dão mais envergadura na inscrição da pesquisa enquanto transdisciplinar (MOITA LOPES, 2016) e que dialoga, na essência do programa de suporte história e letras como possibilidade de diálogo interdisciplinar.

Algumas camadas de famílias da sociedade brasileira sempre buscaram impedir que temáticas que julgavam como afronta à honra da nação fossem veiculadas pela televisão e pelos demais suportes, não obstante ser um dos países com maior número de acessos a sites pornográficos do mundo, segundo a empresa de tecnologia Symantec. As diversas formas de censura partem não somente do Regime Militar e do Ato Institucional 5 – AI-5, mas também da própria ala dita conservadora do Brasil, e suas ações visam silenciar e apagar formas de vidas diversas.

Uma evidencia disso encontra-se na obra *Quem não tem swing morre com a boca cheia de formigas* (ALONSO, 2011), onde, ao pesquisar a biografia do cantor negro da década de 1960: Wilson Simonal, o professor e historiador Gustavo Alonso relata alguns momentos da televisão brasileira, em que reportagens foram solicitadas pelas próprias famílias do público telespectador, que fossem retiradas do ar, ou seja, pedidos de censura impetrados pelas famílias através de cartas aos órgãos de censura.

Exemplificado na obra citada, o também historiador Carlos Fico (1997) analisou algumas dessas cartas enviadas à censura durante o período de decadência da ditadura e identificou que o número destas solicitando por medidas de censura aumentaram significativamente, mesmo após o fim do Regime Militar, concentrando uma explosão do número de cartas recebidas pelos órgãos de censura entre 1976 e 1980.

Isso revela que censura enquanto atitude proibitiva, vigilante e punitiva de alguns conteúdos não era um privilégio apenas do governo ditatorial da época, e que se reverbera na atualidade, mas também de membros da nação que julgam a necessidade de zelar pelos bons costumes entre os cidadãos de bem e suas famílias.

Tratava-se de medidas não apenas de censura, mas também da continuidade do projeto de “nação viril e higienizada” (MISKOLCI, 2012, p. 24) no qual certas medidas visavam usar de violências menos óbvias por estarem justificadas em defesa da sociedade e até mesmo da saúde, ainda embasados nos então chamados flagelos sociais como: alcoolismo, tuberculose e doenças venéreas (CARRARA, 1996).

Tais flagelos, de acordo com Carrara (1996), inseriam os corpos e os desejos masculinos na admoestação sobre o controle das paixões, compromisso de regeneração e, fundamentalmente, fazendo apologia ao binômio família-nação (STOLLER, 1995;

CARRARA, 1996). Era o ideal de nação sendo construído com suas bases fincadas nos heróis da nação, os “grandes homens” – aspas do autor, o projeto nacional se revelava como desejo masculino de domínio onde Nação apresenta-se como objeto feminilizado, conforme Miskolci (2012).

As principais reclamações recebidas nas cartas, segundo Fico (1997), dizem respeito às questões do corpo do homem, da mulher e de qualquer possibilidade de inversões da norma. Para citar algumas, encontravam-se reclamações constantes sobre o seriado denominado *Amizade Colorida* com um personagem fotógrafo, interpretado por Antônio Fagundes, que mantinha relações sexuais com várias mulheres e que um dia ficou grávido, sua gravidez era decorrência de sua promiscuidade – esse é um caso exemplificado como fugindo da norma, de acordo com as cartas.

Casos em que o corpo da mulher também era alvo de defesa enérgica feita pelas cartas também foram evidenciados pelo historiador, dentre eles sobre a exibição de corpos femininos no carnaval carioca e a exibição da figura de uma vagina feita no programa TV Mulher, pela então sexóloga Marta Suplicy ao explicar sobre as denominações do órgão feminino.

Ressalta-se que tanto homens como mulheres enviavam as reclamações e, em alguns casos, as mulheres identificavam-se como senhoras do lar e responsáveis pela zeladoria e ordem da criação dos seus filhos. Expressão latente do que, posteriormente, se tornaria a representação da mulher “bela, recatada e do lar”, características atribuídas à primeira dama Marcela Temer, em reportagem veiculada pela Revista Veja em 2016, ao descrever suas atribuições sociais enquanto esposa e primeira dama do segundo golpe.

O modo como a mídia performatiza esses corpos ao longo de décadas findaram por construí-los e inscrevê-los discursivamente, na e pela linguagem, em regimes de verdades (FOUCAULT, 2013) que os constituíram historicamente de diversas formas, a depender do olhar que lhes era lançado, olhares condenatórios do ponto de vista religioso, moral, pecaminoso, olhares clínicos, vigilantes e punitivos.

Tais processos partem não apenas de governos autoritários e anti-democráticos, mas também de grupos da sociedade inscritos no modelo de conservadorismo e de bons costumes, na matriz CISheteronormativa que inviabiliza corpos não desejáveis. Entretanto, todos esses documentos e periódicos foram se constituindo na busca por narrar as histórias sobre gênero e sobre identidades silenciadas.

A evidência de que as questões de gênero poderiam ser pesquisadas com o olhar voltado aos periódicos começou na década de 1980 no Brasil, sobretudo, no que diz respeito

aos referidos veículos impressos, como fontes historiográficas (ALONSO, 2011). Em 1980, Joana Maria Pedro²⁴ pesquisou sobre os estereótipos de mulheres “honestas” e “faladas” nos anos de 1980 e 1920 construídos por periódicos circulantes em Santa Catarina. Além disso, revistas femininas de beleza e de suplementos, bem como colunas de jornais voltadas para o público feminino também já despertou interesse principalmente de historiadoras pesquisadoras sobre gênero.

Tania Regina de Luca, autora de *História do, nos e por meio dos periódicos*, 2005, acrescenta que essas pesquisadoras enfrentaram ferrenhas críticas sobre o uso de suas fontes. Aqui, destaco a multiplicidade de imposições sociais do patriarcado, que parecem não ser apenas em relação às fontes, mas, certamente, por causa da temática e pelas pesquisadoras mulheres envolvidas.

No tocante à violência, em 1995 e 1996, o Movimento Nacional dos Direitos Humanos – MNDH – realizou uma varredura na imprensa de diários brasileiros, buscando por casos de homicídio. Como resultado, os dados alarmantes foram revisados e comentados por sociólogos, antropólogos e pelos próprios jornalistas, passando a compor a obra *Primavera Já partiu*, organizada por Dijaci David de Oliveira, Ricardo Barbosa de Lima e Elen Cristina Geraldês em 1998.

Na referida obra, o discurso jornalístico não escapa de ser questionado sobre sua real neutralidade. Nesse ponto, localizo caminho para a presente pesquisa, circunscrita no percurso feito por esses pesquisadores e pesquisados entre mídias, gênero, violência e práticas jornalísticas, mediadas por práticas sociais reais de linguagem e escolhas lexicais, que performatizam não apenas o conhecido corpo da notícia, mas também o corpo trans.

Até a década de 1970 era irrelevante tratar periódicos de veiculação cotidiana como fonte histórica de pesquisa no Brasil. Não obstante o reconhecimento da imprensa e da necessidade de descrever sua história, a relutância ainda encontrava apoio nas teorias que visavam apenas à análise de documentos, cujo conceito não atendia às características dos periódicos ou de fatos cotidianos apresentados nas notícias com suas variações de temas e de problemáticas.

De acordo com Luca (2005) a visada da história focalizando sistemas culturais, a fragmentação de um projeto de história disciplinar e o interesse crescente pelo episódico e pelas diferenças, oportunizou o alargamento do campo de discussão dos historiadores, o que

²⁴ Optei por trazer o nome completo das autoras, tendo em vista que a discussão ora realizada exige a visibilidade de seus nomes femininos em detrimento de sobrenomes masculinos como: Pedro, Luca ou Geraldês, por exemplo.

foi endossado por Certeau (2007), conforme menciona: “o historiador não é mais um homem capaz de construir um império. Nem visa mais o paraíso de uma história global. Ele chega a circular em torno das racionalizações conquistadas. Ele trabalha nas margens” (CERTEAU, 2007, p. 86).

Ora, uma vez reconhecida a importância desses periódicos como fontes históricas e no que se refere à potencialização dada à categoria de gênero como válida nas pesquisas históricas (SCOTT, 1991), afirmamos o compromisso da história e dos estudos da linguagem em perspectiva crítica com a performatização de corpos trans no que afirma Moita Lopes (2006a. p. 14) sobre o “interesse de criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central”.

Esses suportes são utilizados por pesquisadoras e pesquisadores na busca por discutir, cientificamente, temáticas presentes nos meios de comunicação, que topicalizam textos sobre imigração, racismo, xenofobia, misoginia, transfobia; temas tão caros ao mundo e à América Latina, por congregarem países com contextos de democracias vulneráveis, em decorrência de seu entra-e-sai de regimes ditatoriais.

Operacionalizam-se, nas notícias, recorrentes, processos de construção de identidades sustentadas (ou solapadas) pelas questões de gênero, falta de emprego, uso de drogas, relacionamentos homoafetivos embalados pelo uso de álcool e outras drogas, relações de codependência, crimes de vingança, prostituição e outros atos de fala que, para além de noticiar os casos de transfobia, apresentam um evidente processo da constituição da violência como tradição, dando a esta autoridade enquanto condição humana ou aspecto de naturalidade.

A investida para que exista uma permanência das questões marginais às identidades de gênero que destoam da matriz cisheteronormativa, que é imposta relacionando a vítima do crime a estereótipos, que operam na dupla via de descrição dos corpos e das ações, a essência do que se pensa dos estereótipos e estigmas sociais (GOFFMAN, 1978), mas, além disso, atuando com um estereótipo prescritivo, que objetiva determinar quais espaços esses corpos deverão ocupar e, em se tratando de violência linguística, seria justamente a retirada de seu chão, de seu território, nas palavras de Butler (1997, p. 4), “ser ferido pela fala é sofrer uma perda de contexto, isto é, não saber onde se está”.

Thompson (1998) elabora um prefácio que se conecta com seu livro anterior *Ideologia e Cultura Moderna*. Na oportunidade, ele visa ampliar sua discussão no que diz respeito às mídias e à especial atenção que deve ser dada a ela ao problematizar o surgimento e a atuação das sociedades modernas, bem como suas transformações sócio-culturais.

Segundo o autor, faz-se importante reservar um papel significativo à mídia e ao seu impacto. Essa assertiva é reafirmada no desenlear do texto quando menciona que:

[...] só poderemos entender o impacto social do desenvolvimento das novas redes de comunicação e do fluxo de informação, se pusermos de lado a ideia intuitivamente plausível de que os meios de comunicação servem para transmitir informações e conteúdo simbólico a indivíduos cujas relações com os outros permanecem fundamentalmente inalteradas (THOMPSON, 1998, p. 12).

Dito isto, evidencia-se que o autor considera a transmutação dos comportamentos e ações humanas a partir do momento em que os indivíduos entram em contato com as mídias e por elas se deixam atravessar, na mediação de suas ações e em relação aos outros. Assim, a [re]afirmação ou negação de princípios estabelecidos socialmente ou que já se encontram em voga no construto político da oferta de meios que permitam atender às necessidades específicas de um grupo são feridos, também, pelo movediço e inusitado contexto midiático. Tal percepção é endossada pelo autor ao aduzir que:

[...] o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo. [...] o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder, que não está mais ligado ao compartilhamento local comum (THOMPSON, 1995, p. 14).

Deste modo, Thompson nos instiga a pensar sobre as formas como os meios de comunicação atuam nessa transformação espacial e temporal da sociedade. As insurgências das histórias sobre encontros de pessoas LGBTQI+ no Estado do Ceará, por exemplo, confunde-se com o surgimento e apresentação de seus corpos na mídia, fato que revela suas construções como ações corpóreo-discursivas na medida em que os espaços instituídos para os encontros proibidos entre a comunidade vão sendo lugares para suas existências e resistência, sejam em apresentações de atividades culturais, manifestações, Paradas da Diversidade ou na defesa de seus direitos.

2.5 Uma notícia U Ó²⁵

O caso Dandara dos Santos teve grande repercussão nacional e intenso trânsito discursivo, indo de materializações textuais da morte, passando pelas investigações e

²⁵ Esta expressão começou no final dos anos setenta no gueto gay quando se usava "é o ó do penacho", ou seja, o fim, pois a letra "o" se encontra no fim da palavra. Então, era tudo o que não prestava, uma merda, etc., se dizia é o ó do penacho (<https://forum.wordreference.com/>).

desembocando em atos públicos, manifestações e em discussões de associações e poder legislativo, com a criação do Projeto de Lei 7297/2017, objetivando tornar o LGBTcídio²⁶ como crime hediondo.

O caso aconteceu no Bairro Bom Jardim, periferia de Fortaleza (CE), em 15 de fevereiro de 2017. Doze homens espancaram, torturaram e assassinam Dandara. A motivação transfóbica de seu assassinato foi vociferada e filmada pelos seus próprios algozes em um vídeo de 1 minuto e 20 segundos, que ganhou visibilidade internacional, mobilizando a sociedade civil e o Estado. Essa violência foi mais uma das muitas que aconteceram no Ceará em 2017, ano de pico de mortes da população trans nos últimos tempos. No mesmo mês, a travesti Erika Izidório, foi espancada e lançada de um viaduto na Avenida José Bastos, uma das principais de Fortaleza. O local da tortura e morte de Dandara foi cerca de quatro quilômetros da sua.

Na esteira dessas analogias entre fatos semelhantes, pode ser destacado o conhecido caso de Gisberta Salce, travesti brasileira de 45 anos, que foi morta em Portugal em 2006, após passar por torturas também por um grupo de adolescentes que a encontrou em uma construção abandonada. Os três adolescentes iniciaram o contato com Gisberta levando-lhe um pouco de comida e água, eles eram ligados a um grupo religioso de caridade daquele bairro. Posteriormente, passaram a se revezar em grupos para cometer múltiplos atos de violência ao longo de três dias, após pedradas, pauladas, pedaços de madeira usados para estuprá-la, queimaduras de cigarro, findaram por lança-la em um poço da construção. A pena dos adolescentes foi amenizada significativamente porque o laudo da morte de Gisberta apontou para afogamento, ou seja, eles a torturaram e a lançaram no poço ainda com vida.

Ao longo dos últimos três anos, o caso de Dandara é sempre retomado ao tratar de questões sobre o extermínio da comunidade trans. No jornal O Povo, por exemplo, constam desde a notícia da morte perpassando pelos seguintes desdobramentos: busca por identificação dos acusados, fuga e apreensão de alguns, repercussão do caso entre políticos e artistas, manifestações por justiça, estatísticas de outros crimes após o caso, celebrações religiosas ecumênicas, processos legislativos e judiciais motivados pelo caso e manifestações artístico-culturais que lembram Dandara.

No plano das medidas resolutivas para o caso, condenação dos acusados e negociações jurídicas para que outros casos que possam vir a acontecer fiquem impunes,

²⁶ O termo é mais amplo, em situações mais específicas, usarei outros como: “travesticídio” e “transfemicídios”. A nomenclatura refere-se à violência letal que tem como vítimas preferenciais travestis e mulheres trans. (BERKINS, 2015; BENTO, 2016).

destaco o trabalho de Ingrid Martins (2018) *Justiça para Dandara, Érika e para todas: a luta do movimento LGBTQI+ cearense por respostas estatais à barbárie transfóbica*. Em sua pesquisa, a estudante de direito traz algumas reflexões sobre o modo como a justiça atua na resolução do caso. Ou seja, as produções acadêmicas incritas em perspectiva crítica também tomaram o caso de Dandara como mote para pesquisas e para engajamento na comunidade em busca de solução para seu extermínio.

O judiciário é dos três poderes o que maneja a mais célere e contundente resposta, realizando júri popular de 5 (cinco) dos réus com pouco mais de 1 (um) ano do crime. O Executivo e o Legislativo, por seu turno, relacionam-se umbilicalmente por meio de negociações entre o Governo do Estado e a Bancada Fundamentalista Religiosa da Assembleia Legislativa, o que representa óbice à promoção da cidadania da população de travestis e transexuais (MARTINS, 2018, p. 12).

Além da academia, a militância de rua também tem se envolvido na luta por direitos da comunidade em questão. No dia 10 de março de 2017, o Grupo de Resistência Asa Branca e o Fórum Cearense LGBT, juntamente com o Conselho Municipal LGBT de Fortaleza, realizaram o primeiro ato de protesto, exigindo justiça para o caso Dandara. As considerações feitas pelas/pelos participantes era de que não se tratava de mais um crime de violência do Ceará, como tanto outros que teriam acontecido nas periferias, mas o reflexo da “barbárie transfóbica”.

A expressão “barbárie transfóbica” é utilizada na manchete do site Brasil 247. Apesar do destaque entre aspas na notícia, o site não evidencia de onde partiu a expressão. Ao longo da notícia, sempre que ela aparece, está grafada entre aspas, mas a forma como se apresenta nos induz a pensar que o veículo se exime da responsabilidade na denominação do ato, acarretando neutralidade na percepção de que se trata mesmo de uma barbárie e denotando desconhecimento em relação ao termo transfobia; a proposta dessa inserção no cartaz de divulgação, coaduna com que diz Viviane Vergueiro (2015) sobre violência transfóbica como expressão da herança colonial cisnormativa.

Entretanto, no corpo do texto encontra-se um cartaz de divulgação da manifestação, no qual aparece o termo sem destaque, o que nos faz pensar que foi a partir do cartaz que o site formulou o texto e dele destacou a expressão “barbárie transfóbica”. Seu curso para outros veículos e formas de uso não são exatos ou previsíveis, mas um “futuro aberto que não se pode controlar” (SILVA, 2010, p. 46) e, ainda, “essa abertura a futuras repetições é uma marca estrutural que pode ser usada contra os propósitos ofensivos originais, no interior dos quais muitos termos da injúria foram gestados”. A seguir (Figura 3) será

apresentada essa construção da notícia sem mencionar quem organizou o movimento, apesar de recorrer ao termo e suas variações seis vezes ao longo dele:

Figura 3 – Cartaz de divulgação do evento (Site Brasil 247)

GERAL

CAPA TV 247 PODER BRASIL MUNDO ECONOMIA MÍDIA CORONAVÍRUS

Movimento LGBT realiza ato "contra a barbárie transfóbica"

Entidades do movimento LGBT no Ceará estarão promovendo um Ato Público, na próxima sexta-feira (10), em frente ao Palácio da Abolição, a partir das 10 horas, "contra a barbárie transfóbica", denunciando os recentes crimes contra travestis, entre eles o brutal assassinato de Dandara dos Santos e o espancamento de Érika Izidoro. Amanhã, por determinação do governador Camilo



ATO PÚBLICO
DA SOCIEDADE CIVIL
CONTRA A BARBÁRIE TRANSFÓBICA!
CHEGA DE LERO LERO!!!
EXIGIMOS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBT.
ATO CONTRA LGTFOBIA
#JUSTIÇA À DANDARA,
ERIKA E PARA TODAS AS OUTRAS!!!
10/03/2017
9H - EM FRENTE AO PALÁCIO IRACEMA

Fonte: Brasil 247, 2017.

O ato foi realizado em espaço público, em frente ao Palácio da abolição, prédio onde se localiza o Governo Estadual do Ceará. A escolha territorial para que acontecesse demarca a possibilidade de diálogo entre as instituições militantes e o poder público. Além disso, não foi uma reivindicação apenas pelo caso Dandara, mas também de Érika Isidoro, travesti que foi espancada e lançada de um viaduto em via pública de Fortaleza, no Ceará. A manifestação surtiu, dentre outros resultados, a assinatura de decretos que permitiram que travestis e trans sejam atendidas na delegacia da mulher, em caso de serem

vítimas de violências.

Com base nesse panorama sobre a mídia cearense performatizando corpos trans, apresentarei, no capítulo a seguir, referenciais teóricos e conceitos importantes no desenvolvimento da pesquisa.

3 PRAGMÁTICA CULTURAL, CORPOS PERFORMATIVOS E VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA

3.1 Pragmática: Ciência do uso Linguístico

A diversidade de definições no conceito de Pragmática, embora dificulte encontrar a resposta única que a delimite e encerre as discussões sobre a área, permite denominar seu domínio recorrendo à forma plural: Pragmática(s). Tal heterogeneidade resulta do misto de temáticas, perspectivas de autoras, autores, objetivos e variáveis de circulação em periódicos diversos em épocas distintas, bem como de filiações teóricas multifacetadas sobre esse campo, que foca, em uma primeira instância, nos “contextos extralinguísticos, fatores socioeconômicos, culturais e afetivos envolvidos na comunicação e no modo como os participantes desses contextos estabelecem a interação” (WILSON, 2015, p. 88).

Não obstante as várias faces dos estudos pragmáticos, a ênfase no uso linguístico é consensual dentre as pesquisas inscritas neste escopo. Sociedade e comunicação é o binômio que visa resgatar as questões relativas à fala, relegada por Saussure, ao estabelecer suas dicotomias, mais especificamente a que trata de Língua x Fala (SAUSSURE, 1991). Ao fazê-lo, o linguista de Genebra não apenas excluiu a fala, mas, de igual modo, o falante e suas implicações enquanto agente social da e na comunicação.

Além de escamotear a fala, e conseqüentemente seus falantes, o Estruturalismo Linguístico de Saussure²⁷ admitiu ser a língua embasada na convenção do uso de signos linguísticos estabelecida pela sociedade utente das línguas. Tal concepção não considerava a composição criativa e inovadora presente nas interações linguísticas e, assim, a expressividade da linguagem se tornava refém da limitação sistemática e engessada em detrimento de possíveis indícios sobre seu funcionamento em perspectivas mais situadas (PINTO, 2012).

Em igual desmerecimento do falante e de seu contexto, outras teorias posteriores à de Saussure seguiram no cerceamento de aspectos relacionados às interações sociais e que considerassem os fatores envolvidos no estabelecimento da comunicação. Por exemplo, a possível existência e a denominação de um “falante-ouvinte ideal” cunhada por Chomsky “funde num só personagem as duas ‘cabeças falantes’ de Saussure” (RAJAGOPALAN, 2006

²⁷ “O estruturalismo compreende que a língua, uma vez formada por elementos coesos, inter-relacionados, que funcionam a partir de um conjunto de regras, constitui uma organização, um sistema, uma estrutura” (COSTA, 2015, 114).

p. 157). Assim, revela-se um indivíduo de linguagem autossuficiente e completo em si mesmo tornando o fato deste pertencer a uma sociedade e a uma comunidade de fala apenas um detalhe desinteressante e contingente (RAJAGOPALAN, 2006).

No mesmo texto em que traz essa negação imposta pelo Gerativismo, Rajagopalan afirma que uma teoria que considera o social como questão menor ou secundária jamais terá êxito, sobretudo em um campo que seja, antes de qualquer outra coisa, social. Para endossar seu posicionamento, o professor e linguista “indiano-brasileiro” (ALENCAR; FERREIRA, 2016, p. 615) cita:

Não se pode descrever a língua e seu uso fora do contexto daquele uso, isto é, da sociedade na qual ela é usada. Começar por uma definição de língua (qual?), e posteriormente definir a sociedade (de que tipo?), ou proceder em direção oposta, apenas vai resultar em tentativas (tão desesperadoras quanto precárias) de juntar o que nunca deveria ter sido separado (MEY, 1985, p. 11).

Somada às considerações de Rajagopalan, o pensamento de Jacob L. Mey é útil para entender melhor como o contexto constitui-se um dos fatores imprescindíveis nos estudos de pragmática, e para essa compreensão inicial desta área durante o desenlear do presente capítulo. Embora falar de contexto seja lançar mão da tentativa de fazer definitivamente a cisão entre semântica e pragmática, tal noção não é muito simples e, para acionar novamente o humor austin-raján, chega a ser “uma discussão cabeluda” (RAJAGOPALAN, 1996, p. 3). Neste mesmo trabalho, Rajagopalan cita Moura (1999) ao afirmar que a dificuldade em operacionalizar contexto é que sua própria definição raramente é conhecida, certamente, pelos diversos contextos que o contexto pode assumir e, na redundância, a dificuldade de discuti-lo.

Ainda neste sentido, de acordo com o editor do *Journal of Pragmatics*, Jacob L. Mey, a noção de contexto foi desgastada pelo uso, mas ainda merece mais aprofundamentos e sua primeira advertência, e também a que tomo, brevemente, é a de que um contexto não deve ser considerado estático no espaço e/ou no tempo. Neste sentido, a “radicalização da noção de uso e de contexto linguísticos, demonstrando que não se podem separar os aspectos ideológicos, sociais e culturais do uso linguístico. Reivindica-se, assim, uma virada crítica na pesquisa pragmática, transformando-a em um trabalho linguístico socialmente relevante.” (HABERLAND; MEY, 2002, p. 1672).

Assim, coaduno com as autoras e autores no que seja o contexto de produção de notícias violentas, o espaço urbano social enquanto contexto físico em que estas aconteceram, os contextos de recepção e de repercussão que foram tomando e os contextos que atualizam

continuamente os sentidos de corpos trans violentados e, ainda assim, reconheço que faltam muitos outros contextos a serem discutidos, por ainda haver muito espaço e tempo que eu não alcanço e que não me alcançam, portanto, a noção de contexto *ad infinitum* (ALENCAR; FERREIRA, 2012).

A pragmática estuda a linguagem a partir da localização de sujeitos em seus contextos, as ações e seus efeitos. Enquanto disciplina, durante muito tempo, esteve associada à semântica, de acordo com Rajagopalan (1999), reflexo de uma tendência há muito em evidência na Europa e nos Estados Unidos: a de relegar a pragmática a um segundo plano, ou considerá-la como um “apêndice da semântica” (RAJAGOPALAN, 1999, p. 327).

Categorizada como disciplina, estava filiada à linguística teórica, visava tão somente às condições de verdade e de falsidade em sua afirmação enquanto ciência. Teóricos como Charles Morris, apesar de definir a Pragmática como estudo do uso dos signos e dos efeitos por estes produzidos, demarcava seu pensamento entre o sentido absoluto verdadeiro da semântica enquanto único e, por outro lado, o sentido pragmático como não essencial e variável por depender dos locutores e das situações (PINTO, 2012).

Neste movimento, tudo que parecia escapar dos moldes ajustáveis e sistêmicos da formalidade estava relegado à pragmática, de modo que os estudos da linguagem em uso receberam algumas denominações que fazem analogias à incompreensão, confusão, mistura e descarte: “saco de gatos” e “lata de lixo” (RAJAGOPALAN, 1996; BAR-HILLEL, 1977) são alguns dos termos mencionados por teóricos como o próprio Kanavillil Rajagopalan em seus textos que, apesar de densos em conteúdo, conforme já sinalizei, contém pitadas de humor, certamente, fruto de suas leituras oficiais de Austin ou leitura Austiniana de Austin²⁸.

As primeiras incursões sobre a linguagem em funcionamento e, por assim dizer, os estudos de Pragmática considerou a Filosofia da linguagem e as possíveis formas de representação como terrenos férteis. Estivessem estes estudos relacionados à identificação do papel da linguagem na sociedade ou ao seu funcionamento, no que concerne aos seus efeitos, os chamados Atos de fala eram apresentados dentro de influências e grupos filosóficos que se dividiam em perspectivas diferentes, mas que, como já dito, convergem na focalização da linguagem em uso. Aqui, não será necessário aprofundar em todas as vertentes, pois o

²⁸ “O capítulo VII de Nova Pragmática: fases e feições de um fazer, intitulado ‘O humor no discurso Austiniano à luz da Teoria da incongruência interpretada por Schrempf’ discorre sobre as características textuais discursivas e do humor em funcionamento de Austin, tido como inusitado, de espirituosidade exuberante e que, certamente por isso, ignorado ou subestimado pelos padrões da Filosofia Analítica Ortodoxa” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 144).

referencial a ser tomado aponto, predominantemente, para a Teoria dos Atos de Fala²⁹, a qual será abordada posteriormente nesta pesquisa.

De acordo com Pinto (2012) são três os principais grupos de estudos: Pragmatismo Norte-Americano, Atos de Fala e Estudos Pragmáticos Interdisciplinares³⁰. O primeiro apresenta a envergadura da obra de Pierce (1878) no que se refere à tríade pragmática denominada signo-objeto-interpretante e que foi, ao longo dos anos, reinterpretada por William James e Charles Morris, este último entrando em consonância com os estudos de Rudolf Carnap sobre a partitura dos estudos de linguagem enquanto signo linguístico entre Sintaxe, Semântica e Pragmática, fazendo o paralelo com a obra de Pierce entre Signo, Objeto e Interpretante.

Mas foi William James que valorizou a pessoa que fala como detentora do significado. Para James, a verdade não é algo externo presente no mundo como pendeu ao empirismo as pesquisas de Morris. Assim, a verdade encontra-se situada na relação entre mundo e linguagem e, portanto, passa à ordem da imprevisibilidade já que está situada em pessoas e na sociedade. Ora, tal percepção escamoteia as bases rígidas da filosofia analítica e da academia.

No tocante aos Estudos Pragmáticos Interdisciplinares, as teorias filosóficas de caráter historicistas e culturalistas ainda não abordadas nos estudos pragmáticos, ganham maior expressividade em uma abordagem interdisciplinar. O reconhecimento da inerente dimensão social da linguagem no que concerne à consideração de uma “política de linguagem” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 40) é relevante para pesquisas filiadas aos estudos marxistas e aos questionamentos sobre o papel da linguagem nas relações sociais.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de levar em conta os aspectos sociais na linguagem por entender que esta não é “meio neutro de transmitir ideias, mas sim constitutiva da realidade social” (PINTO, 2012, p. 71). Nesta empreitada, não se permite a exclusão de nenhum fenômeno da linguagem, mas a consideração da pesquisa em pragmática como socialmente relevante transformando-a em um trabalho linguístico, também, socialmente relevante (HABERLAND; MEY, 2002: 1672).

²⁹ Aqui, o uso do termo “Teoria dos Atos de Fala” é feito para designar as leituras feitas de Austin em uma vertente que se pretende conclusiva de seus estudos interrompidos por sua morte prematura e divulgado por seu aluno J. Searle. Entretanto, autoras como Ferreira e Alencar (2016) põem entre aspas o termo “Teoria”, sendo propositivas ao discutir sobre a Nova Pragmática como epistemologia do Sul e, portanto, de perspectiva descolonial. Assim como Pinto (2012), simpatizo com o uso de Estudos dos Atos de Fala.

³⁰ Inverti a ordem de explanação dos grupos filosóficos de estudos pragmáticos para encerrar com os Atos de Fala, por serem estes primordiais para a presente pesquisa necessitando, assim, de melhor exposição.

Por fim, as possibilidades de agir através da linguagem são analisadas a partir de duas noções que se evidenciam como centrais em *How to to things with words* (AUSTIN, 1976), são elas: Performativo e Atos de Fala. A ação emissiva acústica das palavras pronunciadas não se constitui como única instância acional, tais reflexões se referem a Atos de Fala, isto é, o ato de falar não diz o suficiente sobre o termo usado para denominar a teoria/reflexão³¹ dos atos de fala uma vez que não se trata somente do ato de falar, mas do que se faz, do que se é feito (efeito) ao falar.

Além do significado dado a essas palavras, há impressa nelas uma força ao serem ditas e, somada aos seus significados, desdobram-se em efeitos que são escapáveis e imprevisíveis. Tais efeitos fazem e agem nos sujeitos e no mundo em movimento de coexistência, ou seja, ao passo que os constitui é por eles constituído, fugidias do que se possa conceber como mera intenção do falante.

De modo razoavelmente organizado, e assim mesmo Austin quis que o fosse ao afirmar que o que estava propondo não era “para o futuro nem tampouco de modo definitivo” (AUSTIN, 1962, p. 151), os Atos de Fala pensados por ele foram: *i*) locucionário, o qual se trata da própria sentença proferida pelo falante. O ato *ii*) ilocucionário como uma pretensa intenção de causar um efeito ou fazer algo através do que se é dito e o *iii*) ato perlocucionário que é, efetivamente, o que é feito a partir do dizer. Tais atos, acontecem simultaneamente e de modo indissociável.

É importante mencionar que o ato ilocucionário, no item *ii*, é o que se refere ao caráter cerimonial e ritualístico. Segundo Butler (1997), trata-se daquele que não pode ter uma origem única nem muito menos partir de um sujeito singular estático e seminal, mas que atravessa tempos e seu poder de ação habita o atravessamento e o trânsito. Esse destaque é importante no que se refere ao que trataremos sobre violência linguística ao final deste capítulo, sobretudo ao refletirmos os modos como as notícias sobre violência contra pessoas trans performatizam seus corpos e seguem em trajetória de mais violência ou em efeitos perlocucionários de resistência, memória e busca por justiça, ou seja, o dito causando efeito. Apesar do jogo de linguagem (WITTGENSTEIN, 1989; ALENCAR, 2009) notícia apresentar gramáticas que apontam para a culpabilização dos corpos trans e ausência de vozes trans que as situem.

³¹ A imprecisão do uso do termo decorre das discussões feitas por Rajagopalan (2010) sobre as “intervenções interesseiras” feitas pelo discípulo de J. L. Austin, John Searle, ao se apropriar dos escritos do Filósofo de Oxford - Conforme nota 3.

É importante destacar que exemplificações das reflexões sobre os atos de fala com frases isoladas e descontextualizadas são arriscadas, no sentido de incorrer na trivialidade das análises realizadas pelos manuais estabelecidos pelos estudos hegemônicos de Pragmática, como é o caso da famigerada análise da frase “A porta está aberta”, sendo realocada em diversos contextos. No que tange ao ato locucionário, teríamos as frases com certos sentidos e referentes, associadas ao conceito tradicional de significado, isto é, as denominadas locuções. Por sua vez, aquelas que possuem certa força de ação, tais como informar, advertir, prometer etc, seriam os atos ilocucionários, tidos por Austin como convencionais (AUSTIN, 1976), ou seja, ritual ou cerimonial. O terceiro ato é perlocucionário, ocasionado ou consumado pelo dizer: persuadir, desencorajar, permitir, etc.

Entretanto, Austin não iniciou assim sua elaboração sobre os Atos de Fala e permitiu, ao longo de sua breve trajetória de *insights* epistêmicos, que houvesse ampliação e reformulações de suas reflexões. De início, o autor concebeu apenas duas classificações amplas e que concatenavam suas primeiras impressões, tratava-se tão somente dos constativos e dos performativos.

Ora, a constatação de algo (constativo) era o caminho para a realização de algo (performativo), constituindo aquilo que o autor denominou, posteriormente, como sendo o performativo mascarado. Austin foi se refazendo em seu dizer/fazer científico, construindo sua teoria e, nessa inquietação, se deu conta de que tudo que havia eram atos performativos, uma vez que o dizer é um fazer.

Aspectos contextuais que remetam às implicações sociais, políticas e culturais deverão ser considerados ao invés de apenas demarcar conjecturas de possibilidades de interpretação dos usos de frases, isto apontaria apenas para princípios universais e inferenciais da lógica conversacional no uso dessa sentença, papel da Pragmática mais voltada ao estudo das falas em contextos específicos, mas sem levar em consideração os falantes, bem como suas interações políticas, sociais econômicas.

Tal perspectiva pragmática volta-se às sentenças em contextos de uso, mas, conforme mencionei anteriormente, sobre algumas análises rasteiras de frases, e fruto de uma leitura Searleana de Austin (RAJAGOPALAN, 2010). Por outro viés, a inserção de um enquadre mais amplo que problematize linguagem-sociedade, lançando luz ao que esta pesquisa propõe em contexto de violência letal transfóbica, no qual se interroga a linguística teórica e, nos termos de Mey (1993) desdobra-se para uma “pragmática socialmente sensível” (MEY, 1993, p. 286).

Para Austin, a ideia do performativo é tudo que a linguagem é capaz de fazer e que foge e vai além, inclusive, de uma intenção na hora da comunicação, isto é: linguagem como ação e nós fazendo coisas com as palavras (AUSTIN, 1976). Posteriormente, ratificado por Butler (1997), ao dizer que “nós fazemos coisas com a linguagem, produzimos efeitos pela linguagem e nós fazemos coisas para a linguagem, mas a linguagem é também a coisa que fazemos” (BUTLER, 1997, p. 8).

Na elaboração de seu pensamento, Austin se permitiu revelar-se enquanto construtor em trânsito daquilo que elaborava como, posteriormente passou a se chamar de Teoria dos Atos de Fala. Entretanto, sempre que esbarrava em alguns imbrólios teórico-metodológicos, o Filósofo de Oxford assumia o potencial laboral de seu trabalho que estava ainda em construção e que foi prematuramente interrompido nos moldes (ou na ausência deles) que ele pensava, sendo, depois de sua morte, [re]elaborado por seu aluno J. Searle.

Searle, entretanto, emoldurou ao sabor dos anseios acadêmicos a obra de Austin dando-lhe circunscrições quantitativas limitadas na criação de taxonomias, de classificações de verbos performativos, criando dicotomias e tudo o mais que pudesse falsear a interrompida obra de Austin em um não-foi-bem-isso-que-ele-quis-dizer. Transforma o que Austin havia proposto como Atos de Fala em perguntas tangenciais e sentenças ordinárias que demonstram não o seu desentendimento de aprendiz enquanto discípulo, mas sua deliberada tentativa de dar uma das primeiras baixas que a Teoria dos Atos de Fala sofreu em suas mãos, a do caráter de ação dos atos de fala (RAJAGOPALAN, 2010, p. 93).

Na referida obra, apresenta-se a necessidade de “resgaste de Austin” desde a apresentação quando é feita a seguinte colocação:

A diferença entre as duas formas de ler Austin é gritante. A leitura não searleana de Austin encontra cada vez mais aceita em áreas como a Sociologia e a Antropologia, e, aos poucos, vai ganhando entusiastas no campo da linguística. Decidi dar o título de Nova Pragmática a este livro para designar a leitura não searleana, por entender que as diferenças são irreconciliáveis e análogas às que levaram Richard Rorty a nomear com prefixo “neo” seu modo de encarar o pragmatismo, em oposição à tradição inaugurada por Peirce (RAJAGOPALAN, 2010, p. 18-19).

De acordo com o autor, a procura por universais, realizada por Searle na obra de Austin, chega a ser exaustiva e platônica, enquanto isso, Austin evidenciava não ter conhecimento do que seria um “universal” ou um “conceito”, abandonava a pureza de performativos em favor do que ele chamava de famílias mais gerais de atos de fala e titubeava sobre o que seria o performativo, sobre o qual chegou a afirmar em seus escritos, por exemplo, que: “Você tem todo o direito de não saber o significado da palavra ‘performativo’.

É uma palavra nova e feia e talvez não signifique nada demais. Mas de qualquer forma, há uma coisa a seu favor, não é uma palavra profunda” (AUSTIN, 1962, p. 233).

Por seu turno, Searle julgava existir uma taxonomia mais econômica que Austin, afirmava que Austin estava fazendo confusão entre ato locucionário e verbo ilocucionário. No que se refere à Filosofia Analítica da qual Austin demonstrava se afastar, coaduno com sua evidente necessidade de dar “uma resposta crítica aos fundamentalismos, sejam eles hegemônicos ou marginais” (GROSGOUEL, 2010, p. 457). Ao afirmar que Searle reduziu ao formalismo analítico os Atos de Fala, aponto para o que Alencar e Ferreira (2012) denominaram como uma “versão institucionalizada da linguística”.

O que fica evidente, ao fim e ao cabo, é que a Pragmática vivencia na obra de Kanavilill Rajagopalan, e nas profícuas pesquisas em rede conectadas de suas orientandas e orientandos, da qual me sinto lisonjeado de fazer parte, apesar de ainda ter muito o que aprender, o constante esforço por resgatar Austin, desconfiar de leituras oficiais feitas do autor e encaminhar-se rumo a uma Pragmática que se propõe a “formulação epistêmica crítica e propositiva, que transcende as fronteiras delineadas pela Linguística tradicional, alcançando os campos da Política, da Antropologia, da Filosofia, da Sociologia, dos Estudos Pós-coloniais, em prol do fenômeno da linguagem em uso” (ALENCAR; FERREIRA, 2016, p. 620).

3.2 Nova Pragmática ou qualquer outra

Potencialmente crítica e alinhada à prática social na compreensão de língua, a Nova Pragmática (RAJAGOLAN, 2010) defende o pesquisador e a pesquisadora como sujeitos concretos, localizados e situados cultural e historicamente. Neste sentido, minha própria vivência histórico-político-social não tem como ausentar-se da presente construção de saberes. O modo como isso acontece já foi apresentado na introdução deste trabalho, mas é visível que ao longo de todo ele são mencionadas vivências LGBTQIA+, as quais se apresentam na defesa da vida desses sujeitos, no choque com as notícias sobre violências, em termos usados por essa comunidade, e no desafio imenso de ter me tornado um pesquisador na área de linguagem quando, definitivamente, o espaço educacional não é o melhor lugar para uma pessoa dissidente de gênero ou outras assimetrias. Em consonância com Melo e Moita Lopes (2014) ao ecoar Giddens (1991): “Na Modernidade Recente, estamos envolvidos em uma grande reflexividade sobre nós mesmos (GIDDENS, 1991), o que possibilita nosso

propósito político na pesquisa de nos voltarmos para aqueles cujos corpos foram apagados na Modernidade” (MELO; MOITA LOPES, 2014, p. 658).

Ter espaço de voz audível, independentemente de sua entonação fina, ou uma escrita acadêmica que me permita articular termos usados entre um grupo específico, que figura como um dos que mais são exterminados em nossa sociedade, e também ser partícipe desse grupo é sair do claustro das visões hegemônicas sobre Pragmática e sobre o fazer científico, principalmente ao entender que esse fazer ciência encontra-se com o olhar voltado às questões sociais que envolvem ética, política e perspectivas de mudança e que o “próprio discurso da ciência não escapa de ser um performativo” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 15).

Ao propor uma Nova Pragmática ou, como o autor menciona em alguns de seus textos alargando possibilidades, nova ou qualquer outra, menciona a necessidade da dessacralização de autores e textos e reivindica para a Linguística um diálogo com os saberes não-especializados sobre a linguagem (RAJAGOPALAN, 2004) apontando a Nova Pragmática como representativa de um paradigma emergente (ALENCAR; FERREIRA, 2012). Nessa validação de saberes não especializados, na escuta de vozes silenciadas e o que a linguagem faz com esses grupos e corpos, uma das empreitadas mais evidentes da obra de Austin.

Juntamente com a ideia de intencionalidade do falante, Alencar e Ferreira (2012) e Rajagopalan (2004) apresentam a incongruência presente no modelo do princípio cooperativo griceano feito, nitidamente, como uma guia de boas maneiras na comunicação humana, como se fosse possível prever significados individuais e intencionais em relações sociais movidas por ações, sobretudo no tocante à cooperação. Grice (1982) demonstrava os discursos como eles deveriam ser e não como eles realmente são.

Dentre as muitas reflexões apresentadas nesta pesquisa, pode-se pensar no que é ser linguisticamente cooperativo quando se fala da violência cometida contra pessoas trans, e como a narrativa de suas mortes podem ser cooperativas quando, mediada por seleções lexicais, findam por amplificar mais violência. Além de indagações sobre a existência de alguma cooperação, caberia perguntar também a quem serve essa cooperação e com o que coopera, entendendo que cooperar não está sempre a serviço de práticas positivas, ajuda mútua ou solidariedade, mas é possível uma comunicação que coopere à manutenção da matança dessas pessoas e, conforme Mey: “uma das principais teses é a de que nosso uso da linguagem cimenta os interesses dominantes de nossa sociedade, ajudando a oprimir um grande segmento da população” (MEY, 1985, p. 16).

Na esteira dessas opressões e ausência de cooperação na linguagem, encontram-se atos de fala que são motivados pela transfobia, que estou denominando com Atos de Fala transfóbica, que são proferidos contra pessoas trans. A transfobia, de acordo com Jesus (2014) se refere a medo ou ódio com relação a pessoas transgênero. Tais atitudes são materializadas em atos de fala que praticam ações violentas, das quais a professora e pesquisadora cita:

As pessoas transgênero são alvos de preconceito, desatendimento de direitos fundamentais (diferentes organizações não lhes permitem utilizar seus nomes sociais e elas não conseguem adequar seus registros civis na Justiça), exclusão estrutural (acesso dificultado ou impedido à educação, ao mercado de trabalho qualificado e até mesmo ao uso de banheiros) e de violências variadas, de ameaças a agressões e homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transexuais e travestis (JESUS, 2014, p. 105-106).

Aproveitando o uso do termo “cooperação” e essa resignificação que faço dele, os significados que este pode seguir assumindo, a depender dos diversos contextos em que se insere, diz das possibilidades daquilo que fazemos com a linguagem. Mas não se trata tão somente de ir alargando seus valores semânticos em contextos diversificados, mas, sobretudo, de considerar aspectos políticos, sociais e econômicos que envolvem seu uso. As intenções desse uso existem, mas não residem exclusivamente em seu uso, nem tampouco são processos mentais ou particulares (WITTGENSTEIN, 1958, p. 32), encontram-se continuamente em nossas práticas comunicativas, as quais são, por sua vez, reformuladas e atualizadas no tempo, no espaço e em uma dada cultura.

Ou seja, ao articular sessões de tortura contra pessoas trans que precedem suas mortes e somá-las a atos de fala que se misturam aos próprios golpes e agressões como: ter o pênis arrancado e ser jogado em uma fossa³², por exemplo, e, no caso de Dandara, ser levada em um carro-de-mão sob insultos de estar “embaçando a favela”, demonstram regras que identificam uma Pragmática da Tortura Transfóbica, culpabilizando-a por sua própria existência e identidade de gênero. No que concerne ao modo como as notícias se articulam, apontando para envolvimento com ilícitos, por exemplo, percebemos também uma gramática de culpabilização do corpo trans que está “embaçando” (N1 – Ver análise), ou seja, entulhando a comunidade e a cidade por estarem nos lugares errados, com corpos, vestuário e nomes imprecisos e cuja memória de suas existências são comparada à corrupção e prostituição na cidade (N6 – Ver análise).

³² O caso aconteceu em Alagoas, em 2013. <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/travesti-tem-penis-cortado-e-e-atirado-em-fossa-em-al,d42e079738e80410VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>.

3.3 Pragmática Cultural

A Pragmática em perspectiva contra hegemônica e voltada ao que se nomeou de virada linguística, associou-se à também denominada virada cultural (BHABHA, 1998; HALL, 2014). Despertaram-se, então, possibilidades de se pensar pesquisas linguísticas em interdisciplinaridade com Antropologia, Sociologia e outras ciências. Em um primeiro momento, as pesquisas eram realizadas por etnólogos que atuavam de modo isolado e, afastando-se de seus locais de coleta de dados, lançando mão de gravações e transcrições de línguas de povos tradicionais, mas, ainda assim, denominava-se dentro do escopo daquilo que se chamada de núcleo duro da linguística (WEEDWOOD, 2002), ao analisar fonemas usuais por comunidades isoladas e autóctones.

Posteriormente, com o trabalho do antropólogo que adentravam nas aldeias e piques de matas, onde povos tradicionais habitavam os mais recônditos lugares, tais pesquisas passaram a ter caráter de mais imersão e experiências de envolvimento ético e social. A possibilidade de “descer a campo” deixou de ser um privilégio apenas de quem ia às comunidades isoladas, onde habitavam povos tradicionais e de difícil acesso, passando a fazer parte do cotidiano de linguistas comprometidos com questões éticas e políticas da linguagem, reduzindo distâncias entre pesquisador e objeto e “garantindo sobrevivência da profissão mediante a criação de novas técnicas e práticas que pudessem ajudar a intervir diretamente na sociedade e assim devolver-lhe algum grau de mudança e relevância social” (ALENCAR, 2014, p. 82).

A prática redacional de notícias vivenciada por jornais que adquirem modos próprios de redigir e distribuir a narrativa dos fatos cotidianos delineados por aspectos históricos, sociais e políticos que atravessam as empresas de imprensa como é o caso do Jornal O povo com grande jornal estadual com forças econômicas e políticas que o tencionam e dinamizam são vistas como jogos de linguagem e permitem a construção de gramáticas culturais (ALENCAR, 2014).

Para Wittgenstein (1989), ao alinharem-se de forma organizada o caráter histórico das formas de vida, obtém-se regulamentos das práticas sociais e, portanto, um grama gramática cujo significado não se confunde com aquele estabelecido para reger a língua em seus aspectos estruturais da sentença ou do campo semântico, mas volta-se à gramática pragmática. Se estamos falando da linguagem em uso, deve haver também regras que condicionam esses usos. De acordo com Bonfim (2015):

Entender a linguagem enquanto constituída por jogos de linguagem é compreender que o processo de significação se realiza sempre nas situações de uso concreto da linguagem, isto é, nas formas como nós empregamos as palavras. Vale salientar que as ações executadas em um determinado jogo de linguagem devem seguir a gramática deste jogo. Gramática, no sentido wittgensteiniano do termo, compreendida como regras sociais que são aprendidas e construídas enquanto um saber aprendido socialmente pelos/as próprios/as usuários/as da linguagem, a partir de suas próprias experiências cotidianas (BONFIM, 2015, p. 7).

Tais regras são estabelecidas, por vezes, de forma invisível e diluídas em nossas formas de vida com considerável presença de historicidade, ordenando nossas práticas sociais no mundo e o que fazemos no mundo com a linguagem entre discursos e subjetividades. A intragração de diversidade histórica, social e econômica das categorias de jogo de linguagem e gramática cultural radicaliza a ideia de linguagem como forma de vida apontada por Wittgenstein e alarga o diálogo com outras áreas do conhecimento, no caso dessa nossa pesquisa, com a comunicação, mídias e jornalismo.

A Pragmática Cultural (ALENCAR, 2014, 2017), portanto, figura como esse misto de imersão, envolvimento e engajamento com os modos de recepção e apropriação cotidianos e situados. A soberania subjetiva da pessoa do discurso e os significados como uma experiência individual são vistos pela pragmática cultural como refutáveis. Por outro lado, as interações concretas entre pessoas reais constituídas historicamente a partir de fatores estabelecidos por jogos de linguagem (WITTGENSTEIN 1989; ALENCAR, 2009) de nossa cultura, recebem importância.

A Pragmática Cultural dedica-se a investigar a produção dos sentidos violentos em interações linguísticas, considerando-as como práticas culturais, destacando-as como jogos de linguagem que podem recriar práticas culturais questionadoras da violência linguística instituída em nossa sociedade. A recriação dessas práticas passa por mediações comunicativas, que são realizadas de acordo com acepções ideológicas diversas (THOMPSON, 2009).

No tocante ao espaço midiático da produção de notícias, é retratado o cotidiano através de mediações que “redefinem o olhar para o popular, o massivo, para a comunicação e cultura” e, conseqüentemente, “modos de apropriação e réplica de classes subalternas” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 240). Tal contexto de reprodução dos fatos é oportuno para pesquisas relacionadas às práticas de recepção midiática, seja a partir de processos socioculturais ou análise da recepção dos meios de comunicação ou às práticas de recepção midiática (COGO, 2009, p. 2).

As notícias, popularizadas como meras narrativas de fatos cotidianos naturalizam-se sem que sejam desveladas suas ambiguidades, conflitos e carga de historicidade que representam as visões daquelas que são denominadas como vítimas da violência urbana e impulsionam o crescimento das estatísticas de morte no estado do Ceará: as mulheres trans. Elementos considerados como extralinguísticos (político, econômico e sócio-histórico) se concretizam na linguagem e por meio da visada da Pragmática Cultural poderão ser identificados.

Fatos noticiados de violência não importam naquilo que eles realmente são, mas no que tange à esfera de ação social e planos políticos interessa o modo como estes são percebidos e efetivamente utilizados nas práticas sociais (RAJAGOPALAN, 2014). A forma como esses processos de significação são recebidos ou avaliados pelos falantes orienta a proposta de Alencar (2014) no que concerne à Pragmática Cultural, de acordo com a autora “observar os modos de recepção e apropriação nos quais os sujeitos se engajam cotidianamente exige da pragmática um olhar antropológico ou cultural” (ALENCAR, 2014, p. 96).

Em uma abordagem de pragmática cultural ditos e ações compõe a construção de significados. Usos linguísticos e extralinguísticos compõe os atos de fala, não sendo, portanto, possível estudar a linguagem de modo segregado e em caixas diferentes. Ao acionar trechos de falas de outras pessoas, identidades estão sendo construídas através dos outros, uma das evidências disso pode ser dada como exemplo quanto à seleção lexical do uso de sem-terra oscilando entre vagabundo e invasor (BONFIM, 2016).

Por articular categorias que se filiam à Linguística Antropológica, a Pragmática Cultural tem como um de seus objetivos a materialidade linguística não como resultante em um produto final, mas como processo (ALENCAR, 2014). Enquanto processo, não se concebe que os fatos narrados esbarrem finalmente na concretização dos pedidos por justiça feito pela família das vítimas ou pela comunidade quando há a prisão do acusado, nem tão pouco pela reiterada sentença que costuma concluir o texto dizendo que a polícia segue em diligência para prender os acusados, embora não haja pistas nem de seu paradeiro ou de quem seja.

Assim, os fatos noticiosos sobre violência não se encapsulam em meras descrições de crimes em páginas policiais, mas articulam modos de ações carregados de historicidade sobre o que seja a emergência desses corpos violentados e o que instâncias de comunicação, segurança pública, testemunhas, vítimas e algozes fazem com a fala do crime, da violência

(CALDEIRA, 2000; SILVA, 2006). Sobre esses corpos, é preciso considerá-los como lugar-território de vivência e sobrevivência.

[...] o corpo tem se configurado cada vez mais como um dos principais espaços simbólicos na construção de identidades e estilos de vida. Através dele, pessoas de universos sociais e culturais diversificados operam tanto para afirmar sinais de distinção social, quanto expressar visões de mundo. Num mundo marcado pela desterritorialização, o corpo desponta como um espaço limite de vivência (ou até mesmo de sobrevivência) do exercício da territorialidade (BUENO; CASTRO, 2005, p. 09).

Uma teoria pragmática do cotidiano e das práticas culturais, enquanto partilha, requer, além de explorar os ambientes físicos, nos quais se mobilizam ações culturais e manifestações concretas, atentar às práticas invisíveis e indizíveis que se esforçam em silenciar e apagar as possibilidades de manter a existências dos corpos que também são “territórios de cultura” (BUENO; CASTRO, 2005, p. 9).

3.4 Violência Linguística: sangue escorrendo na esquina de um não-lugar

Admitamos que eu fosse mesmo iniciar esse tópico com a primeira frase que me ocorreu, quando me sentei frente à folha em branco para *pretender ser o dono das palavras, ser a voz do que é novo*³³: “O pontapé inicial desse trabalho...” De súbito, fui tomado pela reflexão sobre a origem do termo “pontapé” e o porquê da necessidade de, às vezes, usá-lo em conversas cotidianas ao inaugurar algum turno de fala³⁴ que apresentará uma atividade processual.

Lembrei-me de dois momentos nos quais o termo é usado, além deste que me fez parar para refletir sobre seu uso, isto é, quando o utilizamos para iniciar um diálogo ou alguma atividade que seja sistematicamente organizada por início, meio e fim. A outra ocorrência que tive para outros usos da expressão foi no sentido violento, aquele que nomeia golpes físicos realizados com os pés, não necessariamente com a ponta deles, mas que equivale a chutes e que aparece, comumente, precedido ou seguido de demais golpes como socos, coronhadas e empurrões ao serem descritos atos de violência física em uma notícia ou na descrição de uma briga, por exemplo. A seguir uma notícia que contém o uso do referido golpe:

³³ Referência à música de Belchior, “Caso comum de trânsito”.

³⁴ Conceito da análise da conversação em pesquisas sobre linguagem, gênero e sexualidade (OSTERMANN; FONTANA, 2010).

Figura 04 – Notícia sobre o caso Fernanda Campos

Uma médica transexual foi agredida por três homens após ser perseguida na madrugada deste domingo (14), em Porto Alegre. Fernanda Campos, de 43 anos, dirigia seu veículo quando bateu no retrovisor de um outro carro onde estavam três homens que ficaram irritados e começaram a persegui-la.

A pediatra dirigiu até um ponto de táxi para pedir socorro, mas como não havia nenhum taxista no local os três homens começaram a agredí-la com pontapés, puxões de cabelo e socos. A médica apresenta diversos hematomas no rosto, dentes quebrados, lesões nos joelhos, mãos, ombros e costas, além de ter tido seus cabelos arrancados e ter perdido parte da visão em um dos olhos.

Fonte: Correio 24h, 2011.

A notícia foi veiculada no site de notícias do Correio 24, da Bahia. O caso aconteceu no Rio Grande do Sul e as informações foram colhidas pelo jornal gaúcho Correio do Povo. Além de ser comum os jornais com referências regionais em suas identificações de sites divulgarem notícias de outros estados, é válido ressaltar que é na Bahia a sede do GGB - Grupo Gay da Bahia, um dos pioneiros do Brasil e que trabalha muito no levantamento estatístico de casos de lgbtfobia no país e, como recurso para esse levantamento, o GGB recorre justamente às notícias de sites de jornais diversos para elaboração de seus relatórios anuais.

Em um segundo momento, o outro contexto de uso do termo me remeteu, talvez, ao lugar de origem da expressão em nosso país, o Brasil, e na recorrência de seu uso: o meio esportivo do futebol. Sendo o Brasil o famigerado “país do futebol³⁵” e muitas outras expressões estarem atreladas a esse esporte, tais como: “bagunçar o meio de campo”- para confusões em meio a questões que sejam mais centrais e importantes, “marcar um gol de placa” - para quando obtemos resultados precisos e acertos em determinadas situações, “em time que está ganhando não se mexe” - para situações nas quais não seja necessário fazer alterações de equipes de trabalho que estejam obtendo êxito em seus objetivos e, por fim, “dar o pontapé inicial” - momento no qual damos início a alguma atividade, enunciado ou processo.

³⁵ Estou destacando entre aspas alguns provérbios relacionados ao futebol. Mais pesquisas sobre provérbios, citações e aforizações podem ser vistas em Maingueneau (2011). Sobre a prática de futebol, gostaria de destacá-la conforme já apontado no capítulo 2, como dada ao gênero masculino (ao desafiar as travestis de *glitter* a jogarem futebol) bem como a defesa de um dos agressores, também mencionada no capítulo 2 e na análise, ao final da pesquisa.

Enquanto um deles faz alusão ao nome de golpes violentos, o outro se refere a um esporte massivamente dominado pelo público masculino e, diga-se de passagem, arena de muita violência entre torcidas organizadas, mas, inegavelmente, também de muita alegria, adrenalina e emoção à flor da pele. Ou seja, o desprezioso uso de uma expressão revela não somente a influência de nossa cultura e história atrelada ao futebol, mas também a linguagem como uma das inúmeras práticas sociais capaz de naturalizar, ritualizar e performativizar o modo como existimos.

São corpos em antagonismos que vão do pontapé inicial na bola ao pontapé na cabeça do torcedor oponente no final do jogo durante as brigas de torcidas, passando pelo pontapé no sofá da sala ao perder um gol que seria decisivo no campeonato até chegar ao ímpeto de iniciar um texto fazendo uso do próprio corpo para impulsioná-lo à frente, adiante e dar início usando de força e de movimento. Estaria meu corpo dizendo violência em tudo que faz? Ou tão somente repensando como a linguagem o habita e é por ele habitado? O que estaria eu fazendo ao dizer que daria um pontapé inicial?

Seis parágrafos depois de tentar iniciar sem ser violento, inclusive comigo mesmo, buscando um dizer que não seja violentamente acadêmico ao ponto de ser incompreensivo, mas que seja leve e poético para que eu consiga vencer essa etapa de estudos (e no termo vencer, o resultado de ter deixado algo ou alguém para trás como em uma disputa ou em uma batalha – outra vez violência) penso se é possível tratar de modo leve e pacífico de algo que nos assola e assombra cotidianamente, como é a questão da matança de mulheres trans em nosso país, mais precisamente no Estado do Ceará.

Nessa inquietude de dizer sobre violência nos moldes como ela realmente se apresenta na sociedade, recorro a uma mulher transexual chamada Viviane Vergueiro, para trazer à baila (e para dar um Baile!) um trecho de seu texto *Memórias trans interseccionais contra abismos cissexistas* (VERGUEIRO, 2014). A pesquisadora indaga sobre questões que trazem contribuições relevantes aos objetivos desta pesquisa, vejamos:

Como a gente convive, como a gente enfrenta, como a gente resiste a estas (e tantas outras) violências normatizantes, inferiorizantes, brutalizantes? Como a gente reflete sobre as mortes das travestis que acontecem pelo mundo afora? Das pessoas trans? Das pessoas de gêneros inconformes, de castas marginalizadas, dos corpos marcados por intervenções corporais não consentidas? (VERGUEIRO, 2014, p. 18).

Como? Como dizer essa violência que se faz em tantas formas cruéis e marcadas? É preciso dizê-la sem dar voltas, mostrando o extermínio evidente dos corpos e, principalmente, levar em conta a linguagem que finda por impregnar tal violência e em

reproduzi-la de modo aparentemente silencioso. Um extermínio que se inicia desde a patologização do corpo trans, perpassando pela anulação dessas vidas e segue seu trajeto torturante na forma como se noticia e se [re]ferem a corpos trans já feridos por tantos processos de exclusão e marginalização, família, escola, trabalho, igreja, rua...

A linguagem, concebida como interação comunicativa de cooperação entre os falantes, exclui as possibilidades que ela mesma tem de não ser cooperativa e é na violência linguística que se percebe essa outra face da linguagem. O princípio griceano³⁶ que visualiza harmonia, fruição e cooperação na linguagem, pelo que expressa Vergueiro (2014) ao mencionar “como conviver, enfrentar e resistir?”.

Conviver com formas de violência na/pela linguagem e partir para o enfrentamento de formas linguísticas deliberadamente ofensivas, leva a pessoas trans a construir o que comumente denominamos de meio de resistência. Tal movimento de resistência tem na construção de epistemologias, ao pesquisar o próprio tema da violência linguística, caminhos para identificar também formas de se impor contra o sistema-mundo (GROSFOGUEL, 2008), que age em prejuízo desses corpos. De muito se ouvir falar em resistir, é importante destacar a concepção do termo que, aparentemente, caiu no modismo. Destaco uma definição de Lugones (2014) sobre o termo:

A resistência é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão ← → resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno. A subjetividade que resiste com frequência expressas e infrapoliticamente, em vez de em uma política do público, a qual se situa facilmente na contestação pública. Legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negadas à subjetividade opositora. A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder. Em nossas existências colonizadas, racialmente genradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna. Esta é uma vitória infrapolítica. Se estamos exaustos/as, completamente tomados/as pelos mecanismos micro e macro e pelas circulações do poder, a “libertação” perde muito de seu significado ou deixa de ser uma questão intersubjetiva (LUGONES, 2014, p. 940).

Por vezes, o significado expresso com a palavra resistência ocorre como que a analogia com algo forte, impetuoso, intransponível e rígido como se é, em comparação, a tudo que se é resistente. Em contrapartida, corpos tombam diariamente nas ruas, esquinas,

³⁶ O princípio de cooperação linguística, criado por Grice (1975), define a boa formação conversacional e a cooperação dos interlocutores com o objetivo de que a interação da qual participam se desenvolva de forma transparente e, conforme nomeado, cooperativo.

matagais e lares onde se encontram esses corpos, em seguida, são expostos em noticiários em nomenclaturas burocráticas de registro de nascimento, imagens de documentos oficiais que não expressam suas identidades de gêneros e imediatamente entregues ao juízo de valor da comunidade ou do público leitor das notícias.

É possível considerar que um corpo já sem vida segue sendo vítima de violência pelo modo como este é representado ao longo dos noticiários? É razoável admitirmos que a violência linguística possa também tocar corpos que já se encontram inertes por atos violentos somáticos que os fizeram tombar? Ora, o meio legislativo, com todas as críticas que a ele se faz, já compreendeu, parcialmente, isso quando dos casos de vilipêndio de cadáver, nos quais o corpo inerte permanece em seu direito de não ser vítima de zombaria ou de qualquer ato que o menospreze ou faça dele uma peça sem valor ou alvo de atos de reificação.

Para exemplificar o direito de corpos sem vida ou o crime de vilipêndio de cadáver, um caso emblemático que aconteceu no Brasil foi o da morte de um cantor sertanejo que teve seu processo de embalsamento gravado e as imagens circularam em redes sociais. Os agentes forenses envolvidos conversavam, sorriam e manipulavam o cadáver de modo que deu a entender que estavam vilipendiando-o, inclusive exibindo a nudez do famoso e seu tórax sendo aberto com a naturalidade de quem fatia uma costela bovina a golpes de faca. Ainda que seja um procedimento comum durante o trabalho dos servidores forenses, a circulação do vídeo chocou fãs e a população em geral, “quebrou a internet” e conclusão: os profissionais foram demitidos, processados e enquadrados no referido crime de vilipêndio de cadáver.

Sem adentrarmos na seara jurídica³⁷, para analisarmos quais as formas que consideram crimes no momento como são tratados os corpos, o trânsito que segue a representação desses corpos pode ser capaz de potencializar subseqüentes atos de violência, ao serem construídas ideias equivocadas sobre a pessoa trans e sobre sua existência e seus direitos e sua cidadania, seja no modo como são referidas suas profissões ou desocupações, suas formas de se relacionar afetivamente ou outras questões que possam se sobressair nas notícias, como fatos mais relevantes a serem expostos que o próprio ato criminoso que lhes tirou a vida.

Somado a isso, a linguagem usada nas notícias, as quais expressam fortes marcas de grupos sociais que detém o domínio da informação por meio da coleta de depoimentos,

³⁷ Sobre essa temática, ver a pesquisa de SANTOS (2012) que compara as formas como o sistema judicial brasileiro e os movimentos sociais interpretam a relação entre insultar e discriminar, que está na base dessa distinção entre injúria e crime de preconceito ou discriminação.

pela necessidade do compromisso com a verdade e pela veiculação de apuração dos fatos proferidos por agentes públicos de segurança, que são tomados como fatos inconteste expressam, além do crime noticiado, a lógica social naturalizada, ritualizada e performativizada do envolvimento da vítima com o mundo do crime, a ilegalidade e a clandestinidade ou causas que levaram ao crime e, a depender como é manipulada a notícia, parece justificá-lo.

A visada da linguagem como performativa a toma não como uma representação fidedigna da realidade apenas reflexiva do real, mas como ação de construção dessa realidade, uma vez que os sujeitos são por ela habitados. Nessa habitação, ou, nas palavras de Derrida, na linguagem como “hospitalidade” (DERRIDA, 2001, p. 47), temos a violência linguística como processo desertor que assola o lugar das pessoas trans, lançando-a na rua, em pleno calçamento e ao sol de meio-dia, o não-lugar onde Dandara esteve ao ser violentada de diversas formas e implorando para que chamassem sua mãe, seu lugar seguro de afeto também violentado. Embora estivesse na comunidade ou bairro onde residia, no Bom Jardim, encontrava-se destituída de seu lugar físico, mas também de direito à vida.

Na rua, foi humilhada por estar com roupas íntimas femininas, Dandara encontrava-se desorientada no contexto e no corpo, simultaneamente. Eis a evidência maior da violência linguística a ela impetrada e, na simbologia de atos violentos, é possível dizer da representação deliberada por seus algozes tipificando-a como lixo, excesso, excremento social, entulho ou sobras do construto social, ao ser carregada em um carro-de-mão para o lugar onde seria, por fim, assassinada a tiro.

Tais simbologias demonstram o que se é feito do corpo trans com ou sem vida, o destino dado a eles evidencia outras formas de violências. Outras delas podem ser mencionadas, todas a partir de acontecimentos reais: jogar o corpo de uma adolescente no lixão da cidade, lançar o corpo de um viaduto, arrancar o coração da vítima e escondê-lo embaixo do guarda-roupas, deixar a vítima em estado de putrefação em casa e ir ao bar beber, utilizando-se do cartão de crédito dela, todos esses exemplos de casos reais foram noticiados no Ceará, um com uma menina CIS e os demais com meninas trans. Apresento-os para que o leitor e a leitora reflitam sobre as possibilidades de outros atos violentos que seguem seu curso mesmo após o corpo morto e sepultado, as significações do que é feito desses corpos seguem suas trajetórias nas notícias e nas retomadas dos casos para apresentar outros mais que não param de acontecer, inclusive inovando os modos simbólicos de dizê-los inúteis.

A linguagem como modo de ação é o mote inicial para que possamos definir com precisão o que possa ser a violência linguística, ou seja, posicionar o outro em um território

desolado e que não se quer habitar, no que concerne à raça, gênero e sexualidade é um movimento de violência linguística, os signos passam a adquirir seu potencial de ferir a partir do acúmulo histórico e de sua força, todas deflagrando na “machucabilidade” (SILVA, 2012) dos corpos, mas também em seu potencial de dizibilidade (FOUCAULT, 1999; ALBUQUERQUE Jr., 1999).

O emprego de recursos da língua em situação de uso segue em atualização de poder, afeto e adesão entre agentes sociais da comunicação e, ainda que não façam uso de uma mesma gramática, certamente, se orientam em um contexto social comum, que lhes permitem uma interação que se deseja amena, de razoável partilha, suportável e, preferencialmente, pacífica. Assim, orientar-se socialmente é pressuposto da prática linguística. Como se dá, entretanto, essa tal orientação?

O contexto de uso onde acontece a linguagem é condição *sine qua non* para a existência do significado e, portanto, para nossas existências enquanto sujeitos de linguagem. Afirmar isso aponta, como exemplo, para o uso de dêixis³⁸ de localizações como é o caso de pronomes demonstrativos e dêixis pessoais, no caso das pessoas nos discursos que pedem por localizações contextuais para que faça sentido temporal, local e de referência. Na esteira dessa discussão, o significado constitui-se da forma linguística com o contexto, gerando uma fusão (HANKS, 2008).

Hanks (2008) nos apresenta o contexto e como nos orientamos neste enquanto constitutivo da nossa linguagem. Somado a isso, ao considerarmos a linguagem como forma de ação no mundo, a violência enunciada em notícias jornalísticas também engendra ações que se friccionam constantemente entre denúncias, reafirmações de instituições de segurança pública e do jornalismo, testemunhas e outros agentes sociais expondo vítimas letais em práticas comunicativas.

Ao obliterar a orientação contextual e corpórea, a violência linguística deixa sem chão a vítima, de modo em que ela não sabe onde está e não encontra apoio para existir, já que essa existência prescinde de um lugar e este lhe foi subtraído. Entretanto, violência e significação também constitui a identidade do sujeito, uma vez que existe a agência e o que Talal Asad (2000) denominou como dor agentiva³⁹. Pode-se tratar, nos termos de Butler

³⁸ “Os dêiticos, segundo Ilari e Geraldini (2006, p. 66), são ‘palavras que mostram’ e podem viabilizar a comunicação; são caracterizados, conforme Levinson (2007), por pronomes pessoais de primeira e segunda pessoas, os demonstrativos, tempos verbais, advérbios de tempo e lugar e uma série de traços linguísticos relacionados à enunciação” (MELO; MOITA LOPES, 2014, p. 662).

³⁹ O conceito de dor agentiva, isto é, a noção de que a dor pode ser condição mesma para a agência, é delineado por Talal Asad em algumas tradições religiosas e seculares. Entender a dor e o sofrimento como algo a ser valorizado faz parte do modo como os primeiros cristãos entendiam suas existências.

(1997), como o retorno perturbador dos exteriores constitutivos das posições hegemônicas como efeitos de atos de fala de corpos não-físicos, espectros de resistências na garantia da permanência existencial de outros corpos.

Para Butler (2004), Corpos não são habitados como espaços vazios. Eles estão, na sua espacialidade, também em andamento no tempo: agindo, alterando a forma, alterando o significado – dependendo das suas interações – e a rede visual, discursiva, e relações tácitas que se tornam parte da sua historicidade, seu passado, presente e futuro constitutivos.

A filósofa acrescenta, ainda, que a fala ofensiva pode retornar de diversas formas ao ofensor, passando por um processo de ressignificação, que segue se atualizando em significados e sendo citada contra seus propósitos originais, realizando inversões de efeitos e isso acontece por causa de um princípio chamado de iterabilidade (DERRIDA, 1997; Butler, 1997). Eis o conceito fundamental para que se entenda como, ao repetir uma história, o sujeito não só reitera uma forma de ferir prévia como também desloca dessa origem o termo que fere.

No tocante às pessoas trans, resta investigar como esses fatos que narram a violência nas mídias às performatizam, desta forma, corroboro com o que assegura Silva e Alencar (2014) ao destacar que a violência linguística depende do papel mediador dos signos e que a comunicabilidade⁴⁰ da violência discursiva na mídia brasileira é estabelecida textualmente. Para que possa lançar novo olhar a essas questões, recorro aos denominados processos de relexicalização, nos quais atuam formas diversas de mediação comunicativa dessas notícias, ao fazer uso de nomeações remissivas, que atualizam contextos sociais e históricos de anulação dos corpos abjetos e dissidentes de gênero.

Bourdieu (2002) apontou para o que fosse violência simbólica como forma imponente de um discurso dominante em relações de caráter econômico, social ou simbólico. Tal imposição discursiva visa coagir e dominar de modo violento e ofensivo. Assim, posteriormente, outras denominações desses processos foram previstas, mas com perspectivas diferentes e em consonância com o avanço incontrolável dos veículos de comunicação, e dada às proporções nos modos como esses atos de fala violentos e ofensivos ganhavam espaço e se reconfiguravam buscando por disfarces e nuances que os escondessem de seus efeitos letais.

Na esteira dessas novas denominações, Butler (1997) chamaria de “a linguagem que ofende”, e Silva (2010) de “violência linguística”; de acordo com Lima (2015):

⁴⁰ “o modo como textos e ideologias encontram audiências e as posicionam social/politicamente” (Briggs, 2007c: 556). Os textos projetam modos de compreensão do mundo.

Butler afirma que, quando somos ofendidos pela linguagem, atribuímos a ela uma função, um poder para ofender e nos posicionamos como objeto dessa trajetória de ofensas. A linguagem nos ofende, porque somos seres linguísticos, e nossa vulnerabilidade, em relação à linguagem, é uma consequência da nossa existência e do uso que fazemos dela. A autora diz que ser rotulado por um nome é uma das condições pelas quais o sujeito é constituído na linguagem (LIMA, 2015, p. 51).

Isto é, “a ofensa linguística parece ter efeito não só com as palavras pelas quais alguém é destinado, mas o próprio modo de destinar” (BUTLER, 1997, p. 73). A “visão performativa radical da linguagem” (PINTO, 2009, p. 101) nos diz também sobre como a linguagem da notícia performatiza, através da mídia, corpos e os espaços destinados a determinados tipos de identidades na mídia cearense.

A vida psíquica e corpórea do sujeito é evidenciada na operacionalização da violência linguística e, por ser linguística, tal violência emerge na língua mediante mecanismos textuais e discursivos. A vulnerabilidade corpórea para a violência é, portanto, vulnerabilidade linguística.

Butler (2004) nos dá um direcionamento da vulnerabilidade como condição comum de nossa humanidade. Ressalta que precariedade, ou seja, a precariedade que temos em relação às ações dos outros nos obriga a agir. Em *Vulnerability as Resistance*, Butler (2016) salienta uma definição de vulnerabilidade distanciada de uma disposição ou característica subjetiva, ou mesmo uma condição existencial. A filósofa nomeia um conjunto de relações com um campo de objetos, forças, processos vitais, instituições e seres que incidem sobre nós e nos afetam de alguma maneira. A vulnerabilidade, assim entendida, é relacional e nos revela um modo de estar no mundo.

3.5 Corpo e vulnerabilidade linguística

É notório como a obra de Austin influenciou a discussão que se tem hoje sobre gênero e performatividade estabelecida por Butler (1997). Conforme dito anteriormente, Austin se afasta da noção cartesiana acadêmica e de construções dicotômicas entre verdadeiro e falso e esse é um dos caminhos encontrados pela filósofa para defender a possibilidade dos gêneros serem, ao invés de determinados, um devir. Tal construção, fricciona-se continuamente com a matriz de poder com limites nos quais sua inteligibilidade vai esbarrando, repetindo, constituindo-se numa formação iterável de sujeito e se fazendo em efeito caleidoscópico. De acordo com a autora, “O performativo é não apenas uma prática

ritual: é um dos mais influentes rituais em que os sujeitos são formados e reformulados” (BUTLER, 1997, 60).

Butler aponta, ainda, enfoques feministas essencialistas e os contesta, afirmando que um dos efeitos dos atos de fala hegemônicos sobre os corpos é o de tomar sua existência um fundamento real incontestável do sujeito. Ou seja, “sexo” como efeito de “gênero”. Assim desfaz binarismos e dá heterogeneidade a esse campo de investigação. De acordo com Pinto (2014), “gênero é um efeito de atos de fala ritualizados, cuja violência está em se apresentar como real, natural, binário e hierarquizado. Esse efeito é produzido, mantido, recusado e eventualmente modificado na linguagem” (PINTO, 2014, p. 213).

Butler (1999) destaca o falar como “clássico exemplo de um ato constantemente repetido o tempo todo” e o denomina como “rígido quadro regulador”. Por seu turno, os atos realizados pelos corpos estabelece, cria, recria e subverte as relações de poder (PINTO, 2014).

O corpo, lido e leitor das diferenças sexuais, é visível como lugar da violência culturalmente organizada em torno dessas diferenças. Marcando e operando suas posições na alteridade, os corpos oferecem um contexto para que atos de fala produzam identidades binárias e relacionais – negociadas como temporárias ou não (PINTO, 2014, p. 215).

De acordo com a autora, além de alterar a categoria gênero, as implicações da junção de corpo/performativo radicaliza também a noção de atos de fala, sobretudo quando Butler intensifica suas considerações sobre atos de fala e efeito de corpo, este visto como “momento em que o ato de fala é redobrado no que nunca deixou de ser, mas que estava escondido pela disposição ilusória do controle intencional: um agir” (PINTO, 2014, p. 9), ou seja, escondido pela matriz normativa de inteligibilidade de gênero, da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 1999).

Ao considerar os recursos linguísticos como parte da historicidade dos corpos e todas as implicações desse efeito, é possível identificar como cada um dos marcadores sociais atrelados a esse espaço tempo histórico reordena e inaugura pontos nodais que interligam fluxo e fluidez de diferenças desses corpos. Trata-se de intersecções, nos jogos de linguagem que desestruturam e desconstroem quaisquer binarismos e categorizações fixas (DERRIDA, 2002).

Por seu turno, a fala tem uma força e produz um efeito. No caso da violência linguística contra uma pessoa trans, por exemplo, tem uma força histórica de como esse sujeito foi construído ao logo do tempo para o algoz, como os veículos noticiaram suas existências e seu modo de vida, o efeito mais impetuoso é a própria violência.

O “efeito de sujeito”, para Butler, faz com que o sujeito diga citando e fazendo de si mesmo autor das palavras e enunciados injuriosos. A dissimulação do sujeito sobre a carga histórica aparece anuviada como herança de práticas injuriosas, ou seja, “nenhum termo ou enunciado pode funcionar performativamente sem a historicidade acumulativa e dissimuladora de sua força” (BUTLER, 1997, p. 51).

Questionar a soberania da mídia enquanto sujeito, para se pensar em agência e responsabilidade, faz-se necessário para entendermos como os processos de referência aos casos de violências letais contra mulheres trans no estado do Ceará, por exemplo, não se trata apenas de noticiar fatos, descrevendo-os de modo despretensioso e, no dizer jornalístico, em sua imparcialidade e compromisso com a notícia, mas segue em se referindo a incompreensões prévias do que seja a gravidade da violência, do corpo trans e sem encontrar meios de contribuir com a redução da barbárie.

Conforme Miskolci (2017), “o que a mídia chama de homofobia atinge mais visivelmente quem é xingado, humilhado ou sofre violência física, mas também constitui um fenômeno que envolve a todos: a vítima, o algoz e as testemunhas” (MISKOLCI, 2017, p. 35). O sociólogo e pesquisador acrescenta que cenas de violências são articuladas por aquele que é atacado de forma injusta, o que ataca fazendo valer uma norma social e as testemunhas do episódio. É comum que quem assiste não consiga agir, mas veja aquele ato de violência como “um alerta para aceitar a norma, caso não queira se tornar a próxima vítima”, diz o autor.

Práticas não legítimas de existências são reveladas em noticiários, no intuito de expor seus corpos na violência, muito mais do que em suas práticas de existência em instâncias sociais. Raramente, esses corpos ocupam os espaços narrativos das notícias como repórteres e jornalistas. Quando vimos um repórter ou uma repórter trans? Tal indagação e reflexão não são feitas meramente na busca pelo recorrente termo dos últimos dias: a representatividade, mas da percepção de que a maioria das construções de narrativas partem do repórter homem, dos policiais e do delegado, todos inscritos na CISHeteronormatividade gaguejando sobre o modo como se referir à vítima se por “ele”, “ela”, se pelo nome civil presente no documento ou se pelo nome social pelo qual a comunidade reconheceu o corpo. Quem é o homem repórter por traz dessas notícias que dialoga com os três policiais, o delegado e com o acusado? Pensar a notícia nessa construção patriarcal já é previsível de violências outras que antecedem, atualizam e dão continuidade àquela apresentada.

No eco de vozes que fala como o “eu”, Butler (1997) traz para a discussão os conceitos de citacionalidade e de responsabilidade. A fala de ódio como citacional, segundo

Butler, não exime o sujeito de sua responsabilidade, embora se evidencie sua desconexão com a origem a injúria em suas dimensões históricas e citacionais, esse pensamento é importante para que a notícia, a redação e repórteres sejam vistos e vistas como corresponsáveis por possíveis violências linguísticas que atinjam esses corpos. Ora, se a linguagem não apenas descreve a realidade, muito menos ela é capaz de apenas noticiar fatos cotidianos de violência que não sejam de modo também violento. Violência é condição humana e roteiro social oculto (VENNA DAS, 1999).

A construção de uma narrativa de violência nas notícias cearenses está em torno dos mesmos massacres e crimes que causam horror à sociedade. A sensação que se tem é de naturalidade e da política do um a menos. O choque e luto ficam apenas para a comunidade LGBTQIA+ e seus familiares? Ou, além disso, serve como forma de lição para que outros corpos, caso não sejam disciplinados e discretos, tombarão na rua, na esquina, no matagal e estamparão o mesmo jornal. Ora, se é no jornal que são tornadas públicas as ações de violência e conflito, é de lá, também, que emergem as formas explícitas de técnicas performativas empregadas pelos participantes na hora de ressaltarem suas “variações e padrões de violência” (DAS, 1999, p. 37)

Apresentar proposições para que a construção de notícias envolvam associações e grupos engajados na luta LGBTQIA+, fazendo com que estes apresentem sua visão sobre violência e, principalmente, possibilidades e caminhos da manutenção da existência de pessoas de gênero dissidente é um caminho na tentativa de se evitar o vitalismo (PENG CHEAR, 1999), que impõe a anulação e apagamento como morte sem que esta dê a chance desse mesmo grupo se impor a favor da vida daqueles e daquelas que continuam militando e levando adiante as vozes sufocadas das e dos que não estão mais, fisicamente, na luta.

A atividade semiótica relacionada ao uso do corpo na produção de significados é destacada por Bomfim (2016) ao discorrer sobre a “Pragmática dos Corpos”. Há, entretanto, variáveis que deixam esse corpo aparecer nas definições entre “indivíduos”, “falante”, “sujeito” dentre outras formas. Butler destaca que um significado só existe em relação ao outro corpo, como uma marca de diferença “biológica, linguística e/ou cultural” (BUTLER, 2003, p. 28).

O que aqui tomo como referências diversas a uma mesma vítima, de modo a mais uma vez seu corpo ser tocado pela linguagem e, em exposição vulnerável, ser novamente ferido atribuo o termo *re-ferir*, no sentido de repetição do ato violento que fere novamente. Tal repetição já foi destacada por alguns pesquisadores identificados como pertencentes à militância LGBTQIA+ como é o caso de Danilo Silva, Daniel Ferraz, Micheline Tomazi e

Ariel Sessa. Em suas pesquisas, essas ações repetidas de violência nas redes sociais através de comentários *online* recebem o nome de “*continuum* de violência” (SILVA, 2017) e “segunda morte” (FERRAZ; TOMAZI; SESSA, 2019, p. 930).

A materialidade de nossos corpos encontra-se na dependência da ação do outro. Ao passo que a violência exige que exista um corpo local de seu endereçamento, nos encontramos em vulnerabilidade à ação violenta e a laços outros de relações e tensões com os quais somos formados. Assim, estar exposto à linguagem é tanto estar exposto à violência como às suas respostas, tendo em vista que estar vulnerável não é, absolutamente, estar passivo, frágil, resignado ou entregue à violência e às ofensas perpetradas contra nossas existências.

Expostos (e até mesmo constituídos) à/de vulnerabilidade, esta se encontra no emaranhado das nossas formações familiares e laços que nos constituíram ao longo de nossa formação, e em contato com percepções diversas das pessoas que nos cercam. Assim, podemos ter na violência nossa condição humana presente não apenas nos algozes, mas nas vítimas e nas testemunhas, configurando-se de diferentes modos e gerando efeitos dos mais diversos.

A espectralidade de corpos letalmente violentados nos auxilia na produção de conhecimento sobre políticas corpóreas do sobreviver e nos ajuda a perceber a manipulação de notícias a favor da manutenção da violência e da pedagogização (FOUCAULT, 1990) dos corpos estranhos (LOURO, 2008), em oposição a isto, nos permite pensar essas materializações discursivas passíveis de mudanças sociais mediante a inserção de quem tem propriedade para se reportar aos casos de posse de suas epistemologias de pele, as próprias trans fazendo a notícia como delas se utilizam para contabilizar/denunciar o horror da transfobia que impera no Ceará.

Esses modos de vida reivindicam para si a necessidade de tomada de poder, mediante um processo unívoco de interesses que, apesar de individuais, necessitam da cooptação de outros e outras agentes sociais para sua atuação e permanência. Os mesmos meios citados anteriormente, pelos quais reverberam a troca de experiências, são usados na busca pela conquista de grupos sociais em detrimento de outros.

Assim, os sujeitos passam a expressar, em suas próprias manifestações vitais de identidade e estilos, ideologias que vão se marcando presente, dentre muitos outros aspectos, através da linguagem e dos usos que faz dela. Os textos, enquanto materialização dos atos de fala, demonstram como acontece a repetição exaustiva de práticas performativas que buscam sustentação na adesão de atores sociais que são, continuamente, interpelados a representar

outros indivíduos e a serem eles mesmos representados como sujeitos que habitam a linguagem. E, além disso, a realizarem mudanças sociais decorrentes de seus atravessamentos pelos referidos atos de fala.

Nota-se, portanto, a dialética na qual figuram textos e estruturas sociais a serviço da manutenção do poder. O espectro que atua na sociedade para transformá-la não tem compromisso com o agenciamento ou a personificação de atores sociais que possa expressar de modo ditatorial essas ideologias de poder. Pelo contrário, os mais recentes agentes públicos que tomaram para si a responsabilidade de discursos engendrados a partir do extermínio de judeus⁴¹, por exemplo, sofreram represálias e foram tolhidos de suas funções, enquanto que aqueles que se utilizam desses discursos de modo que eles pareçam não provocados por agentes, mas denominado apenas no plano do que convencionou-se chamar de “sistema” ou de “fatalismos econômicos” ligados aos efeitos de crises do capitalismo, permanecem operando constituições, sustentações e propagações de ideologias semelhantes, e até mais preocupantes, as quais se expressaram aberta e deliberadamente.

Cientes da relação dialética entre linguagem e sociedade, os problemas identificados para efeitos de análise deverão partir de identificação do problema, análise de práticas situadas e localização do problema em níveis globais. Ora, sabendo-se que é possível construir discursos nos quais imperem relações dominantes de determinados grupos em desvantagem de outros, o oposto também é possível e isso deverá acontecer nos mesmos moldes: linguagem e prática social.

Ao realizar a leitura de uma notícia sobre violência, deparamos-nos com aspectos do texto que parecem tão cristalizados que mal percebemos o que se encontra velado em comparação a outros textos que também tratam da violência. Somado a isso, quanto mais específico o tipo de violência ou o contexto no qual ela foi praticada, parece haver mais opacidade na percepção de discursos hegemônicos e que interferem nas relações de poder, dominação e exploração.

Por exemplo, entre notícias de violência no trânsito e violência doméstica é possível realizarmos a inferência de em qual delas saiu um homem ferido e em qual saiu uma mulher. Entretanto, entre diversas notícias sobre violência doméstica, parece transparente a informação recorrente de que o crime foi motivado por ciúmes e, em maioria esmagadora, tendo como vítima a mulher. A informação diz muito sobre a sociedade patriarcal

⁴¹ Referência ao Secretário de Cultura do Governo Federal que articulou um pronunciamento que dialogava direta e textualmente com o discurso Nazista.

(SAFFIOTI, 2004), que as relações são estabelecidas e da recorrência da percepção do homem que tem, na figura da mulher, o seu bem e sua posse.

Ainda exemplificando as possibilidades de análises superficiais de práticas hegemônicas de poder, passíveis de se encontrar presentes em notícias sobre violência, podemos trazer para a discussão temáticas relacionadas ao nosso intento de pesquisa aqui apresentado, notícias sobre lgbtfobia. Dentro de um *corpus* de notícias no qual foi identificado a recorrência de construções discursivas do tipo: “como a população a conhecia”, “como gostava de ser chamada”, “atendia pelo nome de...”, “usava o nome de...” podemos perceber atos de fala proferidos a partir da necessidade de afirmação da identificação da vítima em moldes que não são comuns em notícias que tratam da violência contra uma mulher CIS, mas que revela, superficialmente, e de modo muito inferencial notícias que envolvem mulheres *trans*, por serem estas que escolhem ou tomam para si mesmas seus nomes sociais.

Esses exemplos expressam que, historicamente, nomes femininos não podem ser dados para pessoas biologicamente identificadas como homens e, portanto, a reivindicação de um nome social deve ser apresentada pela notícia como um forçado movimento de denominação da pessoa *trans*, ou seja, do modo como ela “quer”, “gosta” “atende” ou “usa” e não como ela, efetivamente, se identifica ou se chama.

Em meio às instâncias que possibilitam a agência dos gêneros e das sexualidades, encontra-se o corpo da notícia como espaço que expõe corpos abjetos e violentados por motivação transfóbica. Embora a notícia aparente ser produto da descrição de um fato, no que se refere às especificidades e motivação do crime, ela se revela não apenas como resultado/produto de uma ação, mas, sobretudo, como processo de mais violência. De acordo com Louro (2008, p. 18) “a construção dos gêneros e das sexualidades se dá através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais”.

A visão performativa dos atos de fala é onde reside a radicalizações destes estudos, se é que se pode falar em residência como algo fechado, contido e bem comportado. O fato é que extrapola até mesmo o conceito de pragmática linguística, fazendo com que surjam novos caminhos onde indivíduo e cultura estejam interligados. Ao considerar que é na linguagem, ou seja, no sujeito, que as formas de violência se iniciam, e entendendo violência como condição humana, autores e autoras desta radicalização afirmam que violência linguística equivale à violência física, aprofundamentos que serão realizados a seguir.

3.6 Relexicalização performativa de corpos

De acordo com Butler (2010), “a matriz das relações de gênero é anterior à emergência do ‘humano’”. Este exemplo é rotineiro nas discussões sobre o assunto, entretanto, é elucidativo ao abordarmos nomeações: anunciar, na sala de parto que o bebê é menino ou menina traz o recém-nascido ao domínio da linguagem e do parentesco. Porém, a filósofa afirma ainda que o tornar-se garoto ou garota não finda naquele instante, pois tal interpelação é reiterada diversas vezes em várias instâncias e atores sociais ao longo de vários intervalos de tempo, de modo a reforçar, ou até mesmo, contestar esse efeito naturalizado. “A nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma” (BUTLER, 2010, p. 205).

Na esteira da criação de palavras e para definir aqui o que seja a relexicalização, recorro a Fairclough (2001), ao mencionar que “a criação das palavras com os significados é de muitos-para-um e não de um-para-um, em ambas as direções: as palavras têm tipicamente vários significados, e estes são ‘lexicalizados’ tipicamente de várias maneiras” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 230-231). Cabe-nos, assim, indagar sobre os critérios de atribuição desses léxicos de acordo com as situações sociais, políticas e contextuais de seus usos, como isso é feito, a quem beneficia, atende e atinge.

A seleção lexical de palavras em uma notícia atribui a cada uma delas potenciais de significações que não são estáticos, mas que apresentam extratos sociais e culturais na construção do corpo da notícia e dos corpos que se encontram nela apresentados. A cada vez que são retomadas, ao invés de inaugurar novos sentidos, as escolhas lexicais atualizam sentidos sociais e históricos já atribuídos a esses corpos ao longo dos noticiários.

A relexicalização feita pela mídia requer uma visada dos estudos de Thompsom (2011) no tocante às renovações lexicais para a esfera midiática. Além disso, se faz necessário que possamos nos lembrar das discussões elaboradas por ocasião do capítulo 2, onde apontei o contexto como imprescindível na construção semântica. A criação de novas formas de nomeações perpassa por questões culturais e também ideológicas (FAIRCLOUGH, 2001). Não basta a criatividade da linguagem para que o tempo inteiro novas palavras e formas de referências sejam construídos.

A relexicalização também é definida por alguns autores como inovação lexical e pode acontecer de três modos: formal (criação de novos termos a partir de outras línguas), semântico e pragmático; semântica (reconfigurando o uso das palavras para significados

diferentes) e pragmático quando a palavra já existe, mas assume novos significados em contextos específicos que a diferencia.

No capítulo a seguir, serão apresentadas as bases metodológicas com as quais a presente pesquisa dialoga e a partir das quais ela se desenvolve. Além disso, será explanada a seleção de categorias elencadas para fins de análise. Por fim, serão apresentadas as análises do *corpus* de notícias sobre um caso específico de transfobia, o Caso Dandara dos Santos. Ao longo da análise, serão realizadas considerações sobre a fundamentação teórica em interação com autores e autoras que corroboraram com esta investigação bem como serão mobilizados alguns conceitos apresentados até aqui.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Natureza da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, por levar em conta os componentes das situações de uso da linguagem e suas interações em contextos reais, bem como suas influências e implicaturas sociais. Tal natureza de pesquisa se dá pela consideração de processos indutivos das análises, ao considerar que fatos e valores se relacionam e são importantes quando assumo uma postura deliberadamente atuante e presente em âmbito social, ético e político como leitor de notícias, militante LGBTQIA+ e pesquisador, preterindo de uma falsa neutralidade (HUGHES, 1983; DENZIN; LINCON, 2006).

Somado a isso, no que tange ao caráter interpretativista proposto por Erickson (1988), a ênfase dada aos estudos da linguagem decorre, de acordo com De Grande (2011), da dialética presente entre natureza do objeto e a responsabilidade pelo escopo e delineamento da pesquisa, estes construídos em detrimento do viés positivista que, por vezes, distancia quem pesquisa de quem ou daquilo que se é pesquisado. Ou seja, ao passo que se é selecionado e analisado, o *corpus* sinaliza o tipo de pesquisa a ser desenvolvida por meu olhar de pesquisador, que não apenas se relaciona com o fenômeno pesquisado de modo processual e dinâmico, mas que também teme, lamenta e se enluta a cada notícia sobre violência transfóbica, caso específico da pesquisa, e de lgbtfobia de modo mais genérico. A pesquisa se concentra no estudo de um caso particular considerado representativo em um universo de casos análogos (XAVIER, 2010; YIN, 2001; SEVERINO, 2007).

Definir método de pesquisa também me interpela a refletir sobre o modo como, ao longo de minha formação, foram apresentados modelos estruturantes para organizar meu conhecimento, e em que medida estes percursos atendem a epistemologias de pessoas que temem a violência ao se depararem com notícias sobre casos de crimes letais contra pessoas trans. Seriam tais métodos meras armadilhas estruturantes de silenciamento desses corpos e do conhecimento que possam produzir?

Nesta pesquisa, tenho feito o esforço de elaborar uma investigação que esteja comprometida em ressignificar o pavor da violência contra minha existência. Muitas vezes o espaço educacional não me soou como o melhor lugar para se estar, tendo em vista os processos de anulação e silenciamento de minha voz, e aqui me refiro tanto a voz no sentido metafórico de se fazer ouvir em direitos e com a voz recurso sonoro de expressão, que não era ouvida ou aceita por ser fina demais, amenizada demais, ou seja, não era o falar grosso.

Ao problematizar o que chamou de naturalização do trabalho de investigação, Cavalcanti (2006) ilustra como teias de armadilhas de potencial naturalizante os métodos construídos ao longo da formação do pesquisador. Tais armadilhas, segundo a autora, tanto podem se estruturar no que concerne à geração do binômio minoria/maioria ao impor verdades inquestionáveis, como através da pretensão de teorias com “T” maiúsculo que teorizam sem atividade fim. Outras formas que implicam no fazer pesquisa aos moldes acadêmicos relacionam-se às formas de cristalização de conceitos estruturalistas e estruturantes, que dão continuidade a preconceitos engendrados pelos positivismos ao invés de considerar a multiplicidade de significados que emergem por meio das práticas sociais de linguagem.

Para que se encaminhe à construção interpretativista que se distancie de padrões positivistas, é necessária uma postura autocrítica na percepção de mudanças nos dados complexos e no contexto em que a pesquisa toma espaço (MOITA LOPES, 1994). Sem que se perca o rigor científico, a pesquisa qualitativa interpretativista monta e recria suas percepções, flexibilizando métodos “incorporando aqueles que mais se adequam à investigação feita” (DE GRANDE, 2001, p. 14). Entretanto, o caráter qualitativo da pesquisa não pode estar atrelado à ação superficial de inserir excertos de falas dos participantes dando prioridade ao seu conteúdo imediato de fala, em desfavor do seu reconhecimento como sujeito social (KNAUTH, 2010).

Tal montagem emprega perspectivas sociais de envolvimento de quem pesquisa com o contexto e com a complexidade da realidade social analisada, construindo e multiplicando vozes a fim de constituir-se, em analogia, com um confeccionador que “costura, edita e reúne pedaços da realidade, um processo que gera e traz unidade psicológica e emocional para uma experiência interpretativista” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.19).

Entretanto, defendo que em se tratando de violência contra corpos lidos como abjetos existe, para além de aspectos cognitivos de tal interpretação, a evidência de que a investida maior e mais cruel ultrapassa aspectos apenas da percepção psicológica, cognitiva ou emocional como as de agradar ou desagradar a matriz de heteronormatividade, mas trata-se de processos de violência constituídos pelo apontamento desse corpo como não passível de existência. Dessa forma, o intuito é a busca por metodologias que não se limitem ao discurso como representação e à materialidade do texto como unidade construída sociocognitivamente à espera de que o público leitor reviva mecanismos psicanalíticos ao lê-lo (JOHNSON, 1999).

Ora, como então fazer uso de uma metodologia que se proponha alinhada a uma perspectiva crítica engajada quando eu mesmo me reconheço como homem CIS, com

percentual reduzido de possibilidades de ser violentado ou morto na rua, se comparado a uma mulher trans (ainda que estejamos todas, todos e todes passíveis de sofrer violência), ao invés disso, proponho-me a pesquisar sobre violência impetrada contra uma mulher trans ou, ainda, como me inscrevo com vistas à radicalização da pragmática quando discorro, neste início das explanações, sobre o percurso metodológico, sobre termos como: construção interpretativista, rigor científico, montagem e recriação? Pois inscrevo-me como pesquisador e leitor de notícias que me fazem temer por minha própria vida ao lê-las.

No que concerne ao modo como a metodologia se organiza, coaduno com as colocações sobre insegurança ou “complexo de inferioridade” mencionado por Rajagopalan (1991). Enquanto pesquisador imerso nas notícias e na insegurança que elas causam, busquei formas de aparentar uma reorganização e rigor acadêmico em minha constituição de pesquisador linguista, assim, conduzi o texto da metodologia a uma divisão seccional que em muito se aparenta com outros textos acadêmicos engessados na norma de natureza da pesquisa, constituição e seleção do *corpus* seguido da análise.

Entretanto, optei por fazer uso da estrutura organizacional de uma das notícias sobre o caso Dandara que segue em circulação pela repercussão e pelas retomadas diversas que se faz do caso a cada momento em que vem à tona outros crimes ou homenagens à sua memória. Decidi organizar este processo em seções mencionadas em uma das notícias⁴², que é construída com o objetivo de fazer com que leitores e leitoras entendam o caso, de igual modo, subdividi a metodologia em três seções que serão apresentadas a seguir.

Ao fazer uso dessa separação didática na compreensão também de minha análise, sigo um dos fluxos (ou regra) do processo de construção da atividade linguística situada em questão: a notícia. Embora pareça prezar por uma fixidez de características, ela necessita parar e localizar o público leitor quanto aos acontecimentos, de modo a organizá-lo em uma linha de fatos e se isso acontece com mais intensidade em fatos que repercutem em sua polêmica de violência, crueldade e extermínio de existências humanas, nos sinaliza o quanto a violência inscreve-se na desordem.

Assim como há essa necessidade de o tempo todo orientar o público leitor sobre os detalhes do caso em uma linha cronológica, proponho-me a observar como, em cada um desses momentos, mais violência segue com paus, pedras, socos e pontapés na linguagem.

⁴² Refiro-me à notícia elaborada pelo Jornal O Povo para elucidação de todo o fato. Sua organização elucida sobre a quantidade de sessões de tortura sofridas por Dandara. Os jornais tem feito uso desse recurso para fazer com que seu público entenda os acontecimentos. Em alguns casos, criam um hiperlink ao final da página denominado: “Entenda o caso” ou “Entenda a notícia” ou, ainda, “notícias relacionadas”.

4.2 Constituição do *Corpus*

Além dos motivos já apresentados na introdução dessa pesquisa, sobre a escolha do caso Dandara como ponto de partida para a constituição do *corpus* de análise, há ainda a trágica semelhança entre sua morte e de Gisberta Salce, mulher trans brasileira assassinada em Portugal em 2006, portanto, onze anos antes de Dandara. Os pontos em que se podem perceber similitudes são as sessões de massacre realizadas por um grupo de adolescentes (14) em ambos os casos, culminando com a morte. No caso de Gisberta Salce, os adolescentes a encontraram morando em uma construção abandonada, passaram alguns dias ajudando-a com água, comida, cigarros e, depois passaram a torturá-la. Depois de muito debilitada, a jogaram em uma espécie de cisterna do local. O laudo da morte indicou afogamento, o que amenizou a pena dos menores.

No ano em que Dandara foi brutalmente assassinada foram registrados, pelo Grupo Gay da Bahia – GGB, 445 casos de lgbtfofia no Brasil, dos quais 30 aconteceram no Ceará, tal somatório contabiliza tanto os casos de assassinatos como de suicídio. O relatório do referido ano destaca ainda que a cada 19 horas uma pessoa LGBTQIA+ é assassinada no Brasil ou comete suicídio, conforme menciona o relatório, por motivações de discriminação e homofobia.

Os anos seguintes foram tão sanguinolentos quanto, sobretudo o de 2020, ano em que também perdemos pessoas trans para um outro vírus coadjuvante ao da violência: a COVID-19. Entre figuras importantes na militância por nossos direitos, trans e travestis que atuavam nas redes sociais ou que se encontravam em situação de vulnerabilidade e viam nas redes espaço para suas existências e resistências, cito algumas: Thina Rodrigues, Maravilhosa, Ygona Moura, Valéria Rodrigues, Amanda Marfree, Martinha Sá e tantas outras.

De 2017 a 2020, anos em que foram coletadas as notícias da pesquisa, acompanhamos um crescimento considerável do número de morte de travestis no Ceará. No decorrer desse quadriênio, assistimos uma mudança drástica de governo que transitou da criação e manutenção de políticas públicas com foco nas questões de gênero e direitos humanos partindo aos desmontes e desmembramentos de pastas e coordenadorias específicas, que tratavam de políticas públicas para esse público, além da intensificação de manifestações de ódio que findam por autorizar a matança e aniquilamento dessas pessoas.

Ao longo de todo o banco de dados *online* do Jornal O Povo, encontravam-se dispostas notícias sobre o caso Dandara dos Santos em contextos que iniciam a partir do crime praticado no dia 15 de fevereiro de 2017, e seguem em retomadas do caso na busca por

capturar e prender os acusados, bem como repercussões do caso em manifestações públicas, homenagens e referências ao ocorrido, citando outros crimes posteriores e, mais especificamente, de transfobia ocorridos no Ceará.

Tal escolha de *corpus* decorre da necessidade de ampliar as possibilidades das formas de uso da linguagem em cada um dos casos de transfobia mencionados em observância ao modo como as notícias, enquanto jogo de linguagem (WITTGENSTEIN, 1989), operacionalizam sua gramática própria na relexicalização de corpos trans, por vezes, não apenas os referindo, mas ferindo-os novamente, em repetição dolorida contra a comunidade LGBTQIA+, aqui cito todas as letras que a sigla contempla para evidenciar que a transfobia motiva a violência de todas elas. “A construção do corpo das notícias acomoda esferas nas quais aparecem diferentes atos de fala, ou seja, a relação entre o que se diz e o que se faz ou, mais acuradamente, o fato de que se diz fazendo, ou se faz dizendo” (PINTO, 2003, p. 50), proferidos por agentes públicos, familiares, investigadores, criminosos, militantes LGBTQIA+ e demais pessoas acionadas para composição e que se reúnem dentro da notícia.

4.3 Seleção do *Corpus*

O jornal O Povo tem circulação nacional mediante a disponibilidade de sua versão *online*, foi desse espaço que selecionamos e organizamos nosso *corpus* analítico. Dentro do acervo do jornal O Povo, foi utilizado o sistema de busca *online*, fornecido ao público não-assinante pelo próprio veículo de comunicação, focalizando apenas aqueles sobre o caso Dandara dos Santos, ocorrido no ano de 2017 por ter sido este um caso de grande repercussão na mídia local e mundial.

A pesquisa das notícias sobre o caso foi feita por meio de busca realizada nos portais de notícias do Jornal O Povo em sua versão *online* utilizando o termo “Caso Dandara”, sem aspas. Inicialmente, foram identificadas 16 notícias, as quais optei por não lista-las, dando prioridade àquelas que continham possibilidades de análises tendo em seu corpo atos de fala transfóbicos. As notícias encontravam-se alocadas em momentos específicos da apuração e da repercussão que o crime tomou. Assim, foi necessária a organização de cada uma delas dentro daquilo que estou chamando de “teor da notícia”, por entender que o termo “teor” aplica-se bem para conteúdo, ainda que todas elas, obviamente, falem do mesmo caso.

A partir desse delineamento do teor da notícia, foi possível reorganizá-las em três tópicos que fazem referência às três sessões de tortura sofridas por Dandara. Textualmente, na divisão das partes da análise que deveriam se chamar “seções” (com “ç”), optei por chamar de

sessão (com “ss”) de modo a indicar a atualização dos contextos violentos aos quais Dandara foi submetida. Eventualmente e para não confundir leitores e leitoras optei por nomear de “tópico” a seção do trabalho e de “sessão” os tópicos em que analiso alguns atos de fala presentes nas 6 notícias selecionadas que os continham.

Assim, na organização inicial em teor das notícias temos duas notícias para cada um dos momentos de apuração, ficando distribuídos seus teores da seguinte forma: Notícia inicial do crime (2); Primeiras apurações em busca dos acusados (2); Julgamento dos primeiros acusados (2); Menção e julgamento de acusados foragidos ou ainda não identificados (2); Homenagens à Dandara em eventos da comunidade LGBTQIA+ de Fortaleza, Ceará e Brasil (2); Menção anual de aniversário do crime (2); Homenagens à Dandara (2) Referências à Dandara em outros casos de transfeminicídios (2), totalizando 16 notícias alocadas em 8 teores temáticos diferentes.

Após a seleção daquelas que apresentavam atos de fala transfóbicos passíveis de análises, bem como aquelas que poderiam expressar diversos tipos de violências sofridos e atualizados na notícia, restaram 6 notícias a serem utilizadas na análise e os principais teores eliminados foram os que se relacionavam à apuração jurídica do caso, por entender que abordar e investigar essas questões que estejam atreladas ao âmbito da justiça não seria o foco principal da investigação. Assim, restaram as 6 notícias com os seguintes teores: Notícia inicial do crime (2); Menção e julgamento de acusados (1); Repercussão do caso e atos públicos (1) Homenagens à Dandara (2).

O quadro a seguir apresenta as manchetes das notícias com suas respectivas datas de publicações, de acordo com o teor definido para efeito de coleta do corpus. A necessidade de selecionar e construir essa visão panorâmica dos fatos sobre o caso através das notícias se dá por sua recorrente retomada, fruto da repercussão que ele tomou em cadeia nacional e internacional. Entretanto, apenas 6 delas foram analisadas. Em seguida, apresentarei a capa do relatório do GGB de 2017 que traz a força dessa referida repercussão através da estampa lamentável e dolorida de Dandara durante as sessões de torturas a que foi submetida.

Quadro 1 – Notícias analisadas

Nº	Manchete da notícia	Data	Teor
N1	Travesti é espancada até a morte no Bom Jardim.	03/03/2017.	Notícia inicial do crime.

N2	Morte de Dandara: foram pelo menos três sessões de tortura.	19/03/2017.	Notícia inicial do crime. (Elucidações)
N3	Primeiro réu ouvido em julgamento confessa crime e pede perdão à família de Dandara.	05/04/2018.	Julgamento dos primeiros acusados.
N4	Justiça determina condução coercitiva de testemunhas a julgamento do caso Dandara.	23/10/2018.	Julgamento dos primeiros acusados.
N5	Dandara será nome de Rua em Fortaleza e Ceará ganhará primeira via em homenagem a uma travesti.	09/12/2020.	Homenagens à Dandara.
N6	Inspetora conta como surgiu a ideia de homenagear Dandara com nome de via em Fortaleza.	11/12/2020.	Homenagens à Dandara.

FONTE: Elaborada pelo autor, 2021.

Figura 5 – Capa do Relatório Anual do Grupo Gay da Bahia



Fonte: Grupo Gay da Bahia, 2017.

É importante salientar que algumas das manchetes, que surgiram na tela do computador durante as pesquisas no Jornal O Povo, encontravam-se com acesso restrito somente para assinantes. Optei por selecionar aquelas que estavam liberadas para acesso

irrestrito, uma vez que minha postura enquanto pesquisador é de não contribuir financeiramente para a venda de informações e notícias em rede, por acreditar que tal acesso deve priorizar a democratização.

A atualização e o reestabelecimento de contextos violentos nas notícias e já cristalizados histórica e socialmente ganham força mediante o atendimento do caráter “cerimonioso e ritual” (AUSTIN, 1962; BUTLER, 1997), próprio da dimensão ilocucionária dos atos de fala e, como estes além de relexicalizar corpos trans segue violentando-os.

Dentro do que podemos denominar como pragmática da tortura transfóbica e atos de fala transfóbicos contra Dandara, o modo como as notícias são compostas por seleções diversas desses atos durante o crime, por depoimentos dos acusados e pelo público leitor, nos permite considerá-la em sua integralidade da qual se pode analisar não apenas o corpo elaborado pela redação do jornal, mas aquilo que ela traz para essa composição. Assim, os atos de fala analisados no jogo de linguagem notícia trazem à tona ditos violentos dos agressores, de autoridades, de leitores através de eventuais comentários na notícia e, evidentemente, da própria redação do jornal.

Ao contribuírem com a circulação de discursos violentos, a composição de jornais, seja em seções, colunas ou edições de anos subsequentes, apresentam atos de fala (AUSTIN, 1976) direcionados às pessoas do referido grupo. Tais atos, podem tanto dar sequência ao denominado “*continuum* das violências” (SILVA, 2017, p. 92), como possibilitar agência de resistência a partir da linguagem que fere ou, nos termos de Talal Asad, “dor agentiva” (ASAD, 2008. p. 85). No capítulo a seguir, apresento como podem ser vistas essas questões.

5 ANÁLISE EM PRAGMÁTICA CULTURAL DO CASO DANDARA: “FORAM PELO MENOS TRÊS SESSÕES DE TORTURA”

A intensificação das notícias que circularam sobre o assassinato de Dandara dos Santos se deu após a viralização do vídeo de sua tortura e morte nas redes sociais e, em sua maioria, encontravam-se vinculadas à gravação apresentada em formato de *link* de acesso ou imagens estáticas (*prints*) feitas a partir do vídeo. Tais mecanismos de distribuição em massa, através das redes sociais, oportunizaram o contato com o crime em um momento em que ele ainda não tinha sido minuciosamente apurado.

Local em que aconteceu, nome da vítima e outras informações só seriam possíveis quando o vídeo fosse acompanhado por legenda, ou quando alguém soubesse precisar o que aconteceu para se dispor a atender aos questionamentos de usuárias e usuários que, habitualmente, comentam nas postagens perguntas do tipo: Quem é? Onde foi isso? Quando foi isso? Mataram? Prenderam os caras? E a polícia?

Na atualidade, é recorrente nos depararmos com notícias sobre violência em nossas redes sociais de entretenimento, ainda que não estejamos, necessariamente, em um perfil de notícias ou em alguma página policial. As imagens e vídeos expondo corpos tombados, mutilados, ensanguentados e agonizando circulam à revelia da vontade de quem participa das redes sem que esteja, em determinados momentos, buscando por aquele tipo de conteúdo. Através do compartilhamento de tal material, nosso propósito e intento de busca também acabam sendo violentados.

Prints de manchetes, imagens reais do local do acontecimento, da vítima, vídeos e depoimentos, deslocam-se de seus espaços de circulação comuns, os quais, até então, eram atrelados aos jornais ou às abas e páginas policiais, e caem sob nossos olhos em meio às mensagens do grupo da família, dos amigos, da comunidade, de estudos e do trabalho. Assim, todos esses espaços interativos passam a fazer parte deste cenário de horror, a partir das reações de medo, repúdio e indignação, compondo o corolário sanguinolento desencadeado com a postagem, mas também muito anterior a ela.

Contitui-se como regra da formação das notícias suas primeiras informações nos chegarem de modo fragmentado pela urgência constante de noticiar, publicar e produzir que os jornais possuem, sobretudo no ambiente *online* que a todo momento requer atualizações. As redações tão logo tomem conhecimento de um ato de violência, na sana por ineditismo, publicação de novidades e geração de engajamento, nos repassam sem que este seja veiculado com precisão de detalhes. Enquanto o público leitor destas notícias iniciais procura por mais

explicações, a redação segue sua apuração e busca por mais detalhes e por alimentar as restritas informações daquela manchete inicial nos horários e dias seguintes.

Esses movimentos entre acontecimento inicial e seus desdobramentos ao longo das apurações serão apresentados na análise com tópicos que remetem ao modo como o próprio Jornal O Povo organizou uma das notícias sobre o caso, assim como o fiz na organização da metodologia, dividindo-a pelo que o jornal denominou de sessões de tortura sofridas por Dandara – Notícia 2 (N2). A organização realizada nessa notícia é feita para auxiliar o público leitor no entendimento do que aconteceu. De igual modo, e considerando a necessidade de ampliação, tomarei a divisão da análise da seguinte forma: “Sessão” 1: “Tu tá embaçando aqui, a favela, baitola...” – “Sessão” 2: “Dandara Kettley, como gostava de ser chamada...” “Sessão” 3: “Plenário Dandara, já que é um cabaré mesmo”.

5.1 “Sessão” 1 – “Tu tá embaçando aqui, a favela, baitola⁴³...”

Na interação comunicativa concreta das notícias, foi localizada uma como a inicial (N1), da qual partiria nos anos seguintes os desdobramentos sobre o crime. Entretanto, o vídeo que havia circulado ajudou nas informações contidas no corpo da notícia, sua descrição somada aos trechos de falas dos agressores contribuiu para que a chamada inicial do crime não fosse tão breve e pobre de detalhes, como é comum nas primeiras incursões sobre crimes de violência, nesses casos, a primeira notícia é também o primeiro apagamento de nomes, corpos e identidade sob a pretensa justificativa da falta de mais informações sobre os casos.

A segunda notícia (N2) que se inscreve nesse tópico da pesquisa, visa organizar o caso para o público leitor e apresenta-se em formato de entrevista como uma espécie de tira-dúvidas ou perguntas mais frequentes sobre o caso. A matéria foi veiculada no jornal impresso, mas circula na versão *online* e identifiquei na realização da busca no site do jornal. Ela elucida como aconteceu o caso e quantifica em três o número de cenas que levou Dandara à morte, mas é aberta com a descrição das vozes que foram ouvidas pela perícia no áudio gravado durante os atos de agressão, repetindo o mesmo processo da notícia anterior, porém, com os trechos dos áudios descritos integralmente.

Conforme mencionado anteriormente, as notícias sobre crimes letais têm sempre uma primeira manifestação ainda pobre de detalhes, mas que, posteriormente, vai sendo

⁴³ O termo é um pejorativo dos mais usados no Ceará para identificar a pessoa homossexual masculino.

alimentada por mais informações. Sobre essa questão, Fairclough (2001) nos ajuda a refletir sobre as justificativas para que isso aconteça:

A mídia de notícias está no negócio competitivo de 'recrutar leitores, telespectadores e ouvintes em um contexto de mercado no qual suas vendas ou seus índices são decisivos para a sobrevivência. As tendências linguísticas que eu notei podem ser interpretadas como uma realização de uma tendência mais ampla para os produtores comercializarem suas mercadorias em formas que maximizem sua adaptação aos estilos de vida e as aspirações de estilos de vida dos consumidores (FAIRCLOUGH, 2001, p. 72).

Se a circulação das notícias intensifica-se ao ponto de ganhar a denominação de comunicação em massa, faz-se necessário refletirmos também sobre como a cultura dessa comunicação faz circular não somente o que é massivo, mas principalmente aquilo que é popular, cultural e que não pode se naturalizar como massivo (ALENCAR, 2014). A prática da construção de uma notícia baseada em aglomerados de trechos, recortes e aglomerados de fatos e ditos de agentes sociais em sua composição é um convite para analisarmos quem participa e quem fica de fora dessa manifestação comunicativa socialmente localizada.

Baseada em “operações de empréstimos” (CHARAUDEAU, 2013, p. 163), a primeira notícia escrita por Luana Severo e publicada em 03/03/2017, às 18h02min, é composta por diversos recortes de atos de falas dos agressores de Dandara (quase os denominei como interlocutores, mas seria impossível tratá-los assim quando não havia nenhuma interlocução com Dandara, mas apenas sufocamento de sua voz a cada vez que ela pedia ajuda ou para que parassem). Além disso, apresentam-se também atos de fala que funcionam como operação de demarcação que buscam provar “posicionamentos de autoridade, poder, engajamento e propósitos” (CHARAUDEAU, 2013, p. 164). Tais operações acontecem com os recortes feitos dos atos transfóbicos proferidos pelos algozes de Dandara, inclusive um deles intitula este tópico.

No corpo da primeira notícia analisada, o jornal O Povo justifica a decisão de não exibir o vídeo da tortura “devido à violência contida nele” (N1) e o faz como se fosse possível apagar essa violência. A notícia exibe uma única imagem que se trata de um *print* do vídeo do crime e, imediatamente, inicia a notícia não com as descrições dos fatos, como é comum acontecer em início de textos do gênero, mas com os trechos das falas dos criminosos. A interação em rede, o formato de jornais *online* e a presença massiva de recursos das redes sociais na criação das notícias permitiram ao jornal dar início à notícia trazendo a fala dos próprios acusados de torturar e matar Dandara. É expondo trechos de áudios do vídeo de

violência que ela se inicia e, gradativamente, vão sendo inseridos comentários da redatora sobre o caso.

A descrição das ações do vídeo em simultaneidade com as palavras usadas para ferir Dandara vão se confundindo em uma só linguagem, onde o que se é dito vai se misturando e sendo as próprias ações praticadas pelos algozes, conforme assegura Pinto (2007):

O que faz do ato de fala uma ação está redobrado pela força da ilocução e pela força do movimento, do agir do corpo que executa a ilocução. Assim, a presença material e simbólica do corpo na execução do ato é uma marca que se impõe no efeito lingüístico. Uma ameaça se materializa pelo enunciado performativo que a opera, mas também pelo efeito do movimento do corpo que executa o enunciado. Essa afirmação não cria, como se poderia esperar, uma dicotomia corpo/linguagem, mas, ao contrário, mostra que o efeito do ato de fala é operado ao mesmo tempo pelo que é dito, pelo quem diz e pelo como é dito (PINTO, 2007, p. 11).

Sentada no chão, Dandara é descrita com a cabeça ensanguentada e sem forças para levantar e subir no carrinho de mão enferrujado, indicado pelos autores do crime, enquanto estes insistem gritando “SOBE LOGO!” (N1). Quanto menos ela demonstra incapacidade de subir, mais violentada sob insultos de que ela é um “viado fêi” (N1), que é uma imundície, no termo usado como “mundiça” (N1) e, debochadamente, acrescentam a percepção que ela estava “de calcinha e tudo” (N1). Reside no “tudo” as roupas que Dandara vestia; seu cabelo e tudo o mais de si que performativa a mulher Dandara. Assim, os agressores atualizam violência contra sua performance de gênero feminina e tecnologia de gênero (LAURETIS, 1987; PRECIADO, 2007).

Sua impotência de levantar, sua permanência sentada ao chão e chorando, faz dela o “único alvo” (N1), ato de fala proferido pela redatora. Entretanto, coaduno com Miskolci (2017) ao afirmar que a violência é um fenômeno que atinge a todos, ou seja, todos são alvos, vítima, algozes e testemunhas. Em um episódio de violência, há quem seja atacado injustamente, há quem ataque fazendo valer uma norma social e quem testemunha a cena. O público expectador não consegue agir e tende a ver a violência “como um alerta para aceitar a norma, caso não queira se tornar a próxima vítima” (MISKOLCI, 2017, p. 35).

A urgência para que Dandara crie força para subir sozinha, sem que seja tocada por eles, a pressa para que ela, tomada como imundície, pare de entulhar o caminho e permita que a comunidade volte ao seu fluxo cotidiano, são evidenciadas na injúria, na agressão e ao jogá-la em um carrinho de mão, implemento de trabalho para manusear, dentre outros itens,

entulhos e restos de construção e tudo o mais que não tem utilidade, que pesa demais para ser manuseado ou para mudar de lugar o que esteja atrapalhando.

Ao passo que ouvia injúrias, Dandara encontrava-se sentada no chão, sentindo a violência linguística em seu próprio corpo. Por ser sujeito de linguagem, por existir pela e na linguagem, por habitar a linguagem e por ser mulher agindo corporeamente como tal, “de calcinha e tudo” (N1) seu dizer-fazer a construía assim (Pennycook, 2007,) e, para que se efetivasse sua anulação enquanto vida inviável (Butler, 2019), seus algozes a reconheciam em sua performance, e, portanto, a feriram até a morte.

Em uma das últimas tentativas falidas de ficar de pé, Dandara é agredida por “um quinto homem que surge com um pedaço de madeira quase do próprio tamanho e o utiliza para bater repetidas vezes nela, que já não se sustenta” (N1). Ao realizar essa descrição, é notável a tentativa de expressar o exagero do tamanho do objeto usado para agredir Dandara, mas, principalmente, da associação deste com o próprio corpo do agressor ante ao corpo franzino da travesti sentada ao chão, descaracterizada, inclusive, em sua imagem feminina de mulher loira trans, com seus cabelos “louros avermelhados” (N1) resultado da mistura de cabelo e sangue.

A associação do pedaço de madeira com o tamanho do corpo do agressor coaduna com a pesquisa de Malkki (1992) ecoada por Silva e Alencar (2014) ao justificar que a “linguagem faz mais do que meramente representar a violência” ao tornar “difusa uma visão nítida entre ato violento e ato comunicativo” (SILVA; ALENCAR, 2014, p. 263). Em Malkki (1992), a violência genocida perpetrada contra os hutus, em Ruanda, dão conta de que varas de bambus usadas para penetrar as vítimas tinham as dimensões da estatura dos agressores (SILVA; ALENCAR, 2014; MALKKI, 1995).

A descrição do vídeo, ainda que não exibido, dá ao público leitor percepções mais aprofundadas da violência sofrida por Dandara e das formas como se portavam seus agressores, do que ao público internauta ou de *whatsapp* que possa apenas ter assistido o vídeo sem ler a notícia. Afirimo isso porque além de descrever as imagens, são reveladas observações próprias da redatora da notícia, a qual lança mão também de citações de agentes sociais para comentarem a atrocidade pela qual passara Dandara. Helena Viera, por exemplo, é mencionada como escritora e pesquisadora e, em seguida, como assessora parlamentar.

De igual modo, é citado também o coordenador do Centro de Referência LGBT de Fortaleza, Téo Cândido e Narciso Júnior, coordenador especial de políticas públicas para

LGBT⁴⁴. Assim, há a performatização que não é apenas de responsabilidade dos jornais que as divulgam, mas que ganha a colaboração dessa construção, através das leituras feitas e das associações com diversos outros veículos, que se encontram disponíveis. Sobre essa constituição da notícia, o jornalista e professor da Universidade de Brasília, Luiz Gonzaga Motta afirma que:

As notícias são fragmentos parciais de histórias e atores dos dramas e tragédias humanas contadas e recontadas diariamente, pontuadas de lacunas e hiatos de sentido que precisam ser permanentemente negociados pelo receptor no ato de leitura. As notícias condensam difusamente conflitos, tensões, terror e piedade. É o receptor das fragmentadas notícias quem vai conectar as partes com a ajuda da memória, tecer os laços de significação temporal, preencher as lacunas, reconfigurar as indeterminações, articular passado, presente e futuro, montar os atravessados quebra cabeças das intrigas e significados através de atos criativos de recepção (MOTTA, 2007 p. 13).

Apesar da participação de Helena Viera, Narciso Júnior e Téo Cândido nessa notícia inicial, nem sempre é possível identificar a contribuição de vozes dos movimentos de lutas e direitos LGBTQIA+ ou de agentes que sejam responsáveis por pastas específicas sobre a comunidade nas notícias sobre violência contra pessoas trans. Dentre outras regras que governam o jogo de linguagem notícia, essa regula as vozes que serão ouvidas, mas há notícias que trazem com mais recorrência esses e essas agentes.

Nas notícias analisadas, isso ficou evidente apenas naquelas que estavam relacionadas a manifestações e atos públicos para pedir justiça, esses eram os momentos em que essas vozes se faziam ouvir. Outras identificações realizadas dão conta de que em momentos pontuais, em que se celebram datas específicas e importantes à pauta, é que a maioria dos jornais recorre a agentes sociais que possam opinar, exigir e fazer frente às imposições contra nossas existências. Algumas datas são: Dia Nacional da Visibilidade Trans (29/01), Dia Internacional da Visibilidade Trans (31/03) Dia Internacional de Combate à Homofobia, (17/05) Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+ (28/06), Dia Nacional da Visibilidade Lésbica (29/08), Dia da Visibilidade Bissexual (23/09), Dia da Visibilidade Intersexual (26/10), Dia da Solidariedade Intersexual (08/11), Dia Mundial de Luta contra a AIDS (01/12), Dia da Pansexualidade (08/12), Dia dos Direitos Humanos (10/12).

As contribuições com a disseminação dessas vozes, ao longo das notícias jornalísticas, podem ser evidenciadas no trabalho de Melo (2013), ao analisar notícias sobre a Parada Gay de São Paulo, no Jornal A Folha. Ainda que o autor trate, especificamente, da

⁴⁴ Sigla apresentada conforme a notícia veiculada.

menção e de como se organiza o discurso do jornal de um outro Estado, ele é categórico quando afirma que “ao engendrar um discurso eminentemente incluyente a LGBT e suas causas, o jornal, com seu poder de governança, constrói uma espécie de verdade sobre o fato” (MELO, 2013, p. 360). Mas reflete sobre os efeitos perlocucionários na prática social quando “edificam a imagem de que LGBT são participativos/as na ação ativista lúdica que é a Parada de São Paulo, bem como que se fazem presentes em inúmeros momentos do evento” (MELO, 2013, p. 360).

Entretanto, sua pesquisa alerta para a forma como isso é feito, tendo em vista que não basta apenas dar esse espaço, mas também observar como, por vezes, tal ação tem conduzido apenas para a produção de um “discurso limitador e marginal sobre essas pessoas” (MELO, 2013, p. 360), ao analisar o papel das microestruturas gramaticais no modo como essas representações são realizadas.

Feitas essas considerações sobre essa gramática cultural da constituição das notícias com empréstimos de atos de fala da comunidade, observemos como outros casos de crime de travestis também buscam dar conta dessa constituição. A impotência e fragilidade do corpo de Dandara durante as agressões também podem ser expressas quando a notícia performatiza o modo como as travestis se veem diante de situações de violência. Após mencionar o caso de Hérika Izidório, uma travesti que também foi agredida dias antes de Dandara, a notícia traz o empréstimo de um ato de fala proferido pelo coordenador do Centro de Referência LGBT de Fortaleza, Téo Cândido, após afirmar que, historicamente, as travestis não têm seus direitos reconhecidos, o coordenador é replicado pelo jornal afirmando que “nem sabem que podem reclamar” (N1).

Apesar de denotar culpabilidade ou desconhecimento de seus próprios direitos, não apenas as travestis são vistas como incapazes de lidar com a própria violência que assola suas vidas, mas todo o entorno institucional, político e social torna-se corresponsável pelas vidas violentadas expostas em N1, a de Dandara já morta e a de Hérika Izidório, à época internada em estado grave por ter sido jogada de um viaduto na Avenida José Bastos, após ser brutalmente violentada. Um corpo que não sabe reclamar pode ser visto, na perspectiva foucaultiana, como corpo dócil (FOUCAULT, 1987). Ambas e muitas outras lançadas ao chão por não saberem que podem reclamar: Dandara entulhando o Bom Jardim e Hérika despencando do alto do viaduto de uma das Avenidas mais movimentadas de Fortaleza.

Ao responsabilizar as travestis por ter que saber que podem reclamar, a notícia também expõe a outra margem de uma ação da denúncia ou reclamação que são os órgãos de polícia que as recebem. Não basta saber reclamar, é preciso que se saiba receber suas

reclamações e denúncias, mas, mais uma vez isso não acontece por uma outra falha que as considerações feitas na notícia atribuem às travestis: “com medo de serem violentadas novamente”. Aqui, são performatizados contínuos ataques que sofrem e apontam para uma violência que pode não acontecer somente na rua, mas no próprio espaço destinado à realização de denúncias, a delegacia.

O medo a que se refere o ato de fala não está apenas para o jogo de linguagem que acontece entre travestis e transfóbicos que elas encontrem na rua e que não aceitem a existência de seus corpos no mesmo espaço que eles, mas trata-se do medo da violência presente em um outro “não saber” que na notícia é proferido com um ato de fala mais relacionado à falta e preparo das delegacias. Em “as delegacias não estão preparadas para receber essas denúncias”, é notável, mais uma vez, a ausência de lugar onde e a quem recorrer. Ora, se a delegacia não está apta a receber uma denúncia de violência, tal violência está autorizada a seguir seu contínuo de atrocidades impunemente, sobretudo quando, de ambas as partes, revela-se impossibilidade da manutenção da vida das travestis. Primeiro porque elas “não sabem que podem reclamar” e segundo porque, ainda que soubessem, encontrariam delegacias que “não estão preparadas para esse tipo de denúncias” (N1).

Outros agentes sociais que figuram em N1 é família, através da manifestação da irmã de Hérika Izidório, que menciona a mãe e seu estado emocional com a situação da filha, e agentes políticos, através de assessorias (Helena Vieira) e de um deputado estadual que pediu celeridade nos processos de investigação. Até aqui, foi possível observar investidas no processo de construção da notícia sobre violência letal contra pessoa trans que se encontra, marcadamente, a presença de empréstimos (CHARAUDEAU, 2013), que vão desde as vozes dos criminosos às vozes de parlamentares ou de sua assessoria.

A escolha desses empréstimos deslocam atos de fala violentos para dentro do contexto da notícia, fazendo com que esses, além de compor o corpo da materialidade textual, circulem, atualizando contextos violentos. Em uma cultura onde os recursos de mídia conquistam espaços cada vez mais amplos, trazer à notícia atos de fala presentes no próprio vídeo de violência contra Dandara não apenas descreve ou transcreve os áudios presentes no vídeo, mas levanta o questionamento sobre uma pretensa e total passividade dos sujeitos diante da grande mídia cultural.

Na esteira da retomada e inserção dos atos de fala violentos, proferidos pelos agressores na notícia escrita, N2⁴⁵ é aberta com a descrição minuciosa dos áudios, mas a

⁴⁵ Assinada por Rubens Rodrigues.

sequência é feita com características de entrevista, para apresentar detalhes de como tudo aconteceu e qual a repercussão a partir da tomada de conhecimento do crime. Trata-se de um apanhado de dez perguntas e respostas denominadas em seu topo como “Dez perguntas sobre o Caso Dandara dos Santos”. A reportagem não deixa explícito quem as respondeu, mas evidencia-se uma busca por organização de ideias para que o público leitor tire suas dúvidas sobre questões como: prisão de acusados, tipos de crimes cometidos por eles, questões jurídicas em geral e indenização do Estado para a família de Dandara.

Antes disso, a descrição das vozes presentes nos vídeos trazem à tona dois atos de fala que não haviam sido mencionados na primeira notícia, e eu os destaco aqui para que possamos observar o que há de relevante com o que já discutimos na notícia anterior e com o que ainda virá adiante, nas que serão analisadas.

Em um dos momentos da agressão, um dos criminosos se refere à Dandara com um adjetivo masculino, que reforça a cor de seu cabelo, anteriormente já mencionado estando ensanguentado, ao fazê-lo, o agressor o põe no masculino apesar de perceber que Dandara encontra-se vestida com roupas lidas como femininas e, posterior, inclusive, observarem que ela está usando calcinha, trata-se do seguinte ato de fala de nomeação: “E aí, lorin?”. Apesar do duplo diminutivo de “lorinho”, diminutivo do adjetivo e da própria estrutura da palavra, a referência nada tem de afetuosa no contexto apresentado. Primeiro porque ele é proferido enquanto ela está sendo agredida, e segundo porque marca Dandara em um corpo masculino de homem branco. Somado a isso, a interrogação denota a interpelação sobre o que fazer com ela, o que ela quer ou como será resolvida sua situação de estar exposta na rua.

Os agressores cobram para que Dandara dê conta de dar resolução ao próprio problema que ela representa para a comunidade. O modo como a interpelam, dirigindo-se às suas características e expressão de gênero⁴⁶ (BUTLER, 2003), durante todo o momento da agressão fazem dela o empecilho à normalidade do cotidiano daquele espaço e daquilo que não condiz com o que eles próprios eram, sujeitos héteros. Seu corpo (de Dandara), há muito visto como indesejado, agora mais do que nunca entulhava o caminho em um composto de fragilidade, aberração, sujeira, incômodo e grande problema a ser resolvido. “E aí, lorim?” como resolveremos esse problema de sua existência? Esse último ponto evidencia-se no próximo ato de fala transfóbico apresentado e que intitula esse tópico do texto.

“Vai, vai... Tu tá embaçando aqui, a favela, baitola...” – O que já havia sido apontado na primeira notícia é aqui reafirmado ao notarmos o impasse que o corpo de

⁴⁶ “Estilização repetida do corpo (...) no interior de uma estrutura reguladora rígida, que se cristaliza no tempo para produzir uma aparência de substância” (BUTLER, 2003, p. 59).

Dandara representava à favela como espaço físico. Conforme mencionei na primeira notícia, fazendo referência ao uso do carro-de-mão utilizado para carregá-la, o que se pode observar é a performatização do corpo trans entulhando, atrapalhando ou, de acordo com o ato de fala, “embaçando a favela” (N2).

A retirada do corpo ferido de Dandara da presença do público expectador e da rua aponta para a historicidade presente em atos de falas violentos que agem a favor da manutenção do extermínio de corpos abjetos e da anulação do Outro por julgar que este atrapalha a fluidez da normalidade e da matriz cisheteronormativa⁴⁷. O corpo trans não é apenas o que não é aceito pela matriz de inteligibilidade heteronormativa (BUTLER, 2003), mas é também aquele que não deve estar lá, que não deve ocupar lugar no mundo, inclusive na comunidade periferizada, ainda que este corpo também o seja.

Cabe-nos refletir sobre a quantidade de pessoas trans assassinadas justamente nas favelas, conforme demarca e nomeia os agressores acerca do Bairro Bom Jardim. Que espaço é esse que além de tantas violências perpetradas pelo poder público, a segurança, é também lugar de extermínio da população de jovens negros e negras, dentre outras questões de vulnerabilidade, encontra no corpo trans motivo de mais violência e dessa vez praticadas pelos próprios moradores e moradoras do local? Seria o corpo trans mais periferizado que a própria favela? A favela parece não ser lugar também para esse corpo, por ser um corpo que “embaça”, no sentido de ofuscar, manchar, impedir a visão. Ou, de qual favela os agressores estão falando ao proferirem que Dandara está embaçando a favela? Em suas visões, seria a favela enquanto lugar para a heteronormatividade.

Durante o contato com as notícias, o público leitor não apenas se informa, mas revolta-se, lamenta e, por vezes, pode endossar tal violência, mas em se tratando da comunidade LGBTQIA+, ao ler as notícias, teme a morte (assim como eu ao assistir o vídeo pela primeira vez) e busca por estratégias de sobrevivência, inclusive no próprio contexto midiático como é apresentado ao final de uma das notícias lidas, mas que ficou fora da análise por tratar da informação sobre o primeiro julgamento de um dos acusados do crime. Dediane Souza⁴⁸, ativista dos direitos LGBT e coordenadora executiva da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual da Prefeitura de Fortaleza, esteve presente no local do julgamento noticiado por (N3).

⁴⁷ “A heteronormatividade presume a cisnormatividade, na sua legitimação dos relacionamentos heterossexuais. Isso é: pressupõe também a inexistência ou a marginalização de pessoas trans – pressupõe também a possibilidade de ‘curar’ pessoas trans, pra que se reconheçam dentro da identidade que lhes foi assignada pelo estado” (BAGAGLI, 2017, p. 159- 160).

⁴⁸ Deidiane é jornalista, mestranda em antropologia, coordenadora de Diversidade Sexual de fortaleza, TRAVESTI, NEGRA e Ativista dos direitos humanos LGBTI+ (Descrição retirada de sua bio no Instagram).

Na ocasião, ela trouxe uma fala que coaduna com o que mencionei anteriormente sobre o espaço midiático ser também o de militância na contramão da violência. Deidiane revela a percepção de que existem casos que têm mais repercussão em detrimento de outros, e apresenta um pedido para atenção e justiça para toda a comunidade trans. Deidiane “aproveita para cobrar que outros casos, com menos repercussão midiática, também sejam julgados” (O POVO, 2018). Uma das notícias sobre o caso Hérika Izidório deixa expressa essa percepção de Deidiane sobre alguns ganharem mais repercussão e, portanto, serem mais céleres em suas apurações do que outro.

A princípio, aos primeiros contatos com as notícias para a seleção do *corpus*, senti uma certa disputa de espaço entre os casos, como se o jornal quisesse gerar um impasse sobre qual deles deveria tomar mais proporções ou ter maior atenção. Quando tal manifestação comparativa entre os casos é feita de modo gratuito e irresponsável pelas redações dos jornais soa mesmo como, deliberadamente, meras comparações irrelevantes entre aqueles com mais ou menos repercussão.

Entretanto, quando li a fala de Deidiane Souza, percebi o intuito e deslocamento de significado que tem quando o jornal o faz e quando alguém da militância cobra por isso. Um exemplo evidente do reducionismo de comparação entre graus de importância, que alguns jornais e até mesmo determinado público leitor quer impor aos casos, é visto no caso Marielle Franco em que grupos de extrema direita menosprezam o caso ao argumentar que o motorista Anderson Silva tem sido esquecido nos pedidos por justiça.

A seguir, apresentarei uma das notícias que revela essa comparação feita pelo jornal, sem que haja, como Deidiane Souza faz, um pedido de justiça expressa para todos os casos, mas que denota uma incoerência temática entre o crime de transfobia e a situação social e financeira da família das vítimas.

Evidentemente, o jornal busca cumprir seu papel social de promover uma campanha de solidariedade, mas o modo como é feita corrobora para o embate desnecessário entre casos com mais e menos repercussão, como se eles e essa violência pudessem se duelar entre níveis de importância como duelaram as travestis que participaram do quadro “Glitter: em busca de um sonho”, mencionado no capítulo 2 desta dissertação.

Figura 6 – Notícia sobre comparação entre os casos

Sem mesma repercussão do caso Dandara, família da travesti espancada na av. José Bastos passa por dificuldades

Hérica ajudava com as despesas da casa, de acordo com a irmã, e continua internada em estado grave. Sem divulgar detalhes, delegada

responsável pela investigação do crime informou apenas que inquérito está "bem instruído"

Fonte: O Povo, 2017.

Os corpos das pessoas trans vão sendo relexicalizados e reposicionados nas notícias, transitando em significados de inutilidade (imundícia), cidadania ignorante (não sabe que pode reclamar), desamparo (delegacia sem preparo para receber sua denúncia), temor (medo de denunciarem), certeza (serão violentadas novamente) e duelo, que busca denotar que alguns recebem níveis diferentes de importância.

São proferidas por Helena Vieira e Deidiane Souza, ambas mulheres trans que tiveram suas vozes reverberadas nas notícias, os atos de fala que dão conta de perceber a gramática transfóbica que extermina pessoas trans no Ceará, bem como a necessidade de ser dado a todos os casos o mesmo grau de importância, celeridade na resolução e justiça. De acordo com Helena Vieira, os casos “sempre inclui tortura, espancamento, esquartejamento” (N2) e, Deidiane Souza contribui em uma das notícias pedindo que “o ódio contra travestis e transexuais não seja naturalizado. Ela aproveita para cobrar que outros casos, com menos repercussão midiática, também sejam julgados” (O povo, 2018). Tal violência, é sempre da ordem do declínio e do chão desolador do não-lugar, cuja única dinâmica movente para cima e crescente é a do gráfico de extermínios a cada relatório anual divulgado.

Ao final desse tópico, destaca-se o modo como o corpo de Dandara foi performatizado nas notícias, através de atos de fala transfóbicos que o constituía como corpo abjeto, indesejado e que “embaçava a favela” (N2). Esses usos sociais e culturais da linguagem são reafirmados e acontecem em simultâneo com a condução do corpo da travesti em um carro-de-mão para ser depositado e morto em um (não) lugar distante de onde as sessões de violência se iniciaram. Ao ser relexicalizado, seu nome e sua performance assumiam novos contextos, reinaugurando mais violências que partiam dos seus agressores, mas que também eram iguais as que já seguiam praticadas pela sociedade e pelas instituições

públicas que “não estavam preparadas para receber esse tipo de denúncia” (N1). Assim, essas instituições seguiam “moldando a conduta e a vida dos indivíduos que delas participam” (RAYMOND, 2010, p. 87).

Assim, verifica-se que esse corpo performatizado por atos de fala, que constituem o jogo de linguagem notícia, “representou formas de uma violência sutil aceita e divulgada em várias instâncias sociais, a violência linguística, a qual projeta por sua vez modos violentos de ser e de se sociabilizar com o outro” (ALENCAR, 2012, p. 2). Na comunidade do Bom Jardim, na possibilidade de ir à delegacia fazer uma denúncia e no site de notícias do jornal, o que se encontra é um corpo que embaça.

A seguir, passaremos dos atos de fala que performatizaram o corpo de Dandara através de relexicalizações para os que estão mais relacionados ao modo como seu próprio nome e gênero foram performatizados pelas notícias. Na ocasião, serão analisadas as notícias (N3) e (N4), conforme Quadro 1. Devido ao tópico abordar questões relativas a atos de fala de nomeação em (N5), ao longo das análises a seguir, serão analisados os efeitos perlocucionários deste ato de fala.

5.2 “Sessão” 2 – “Dandara Kettley. Como gostava de ser chamada...”

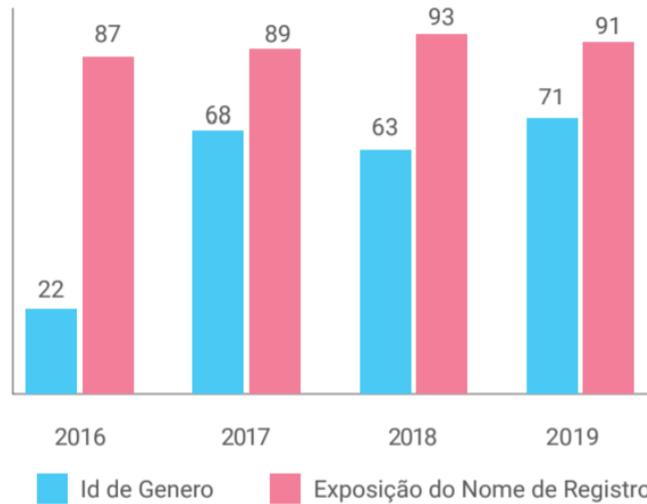
O dossiê produzido pela ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil, publicado em 2020, com o levantamento do mapa da lgbtfobia, realizado no ano de 2019, menciona que um dos crimes mais constrangedores contra uma pessoa trans é justamente o efeito negacionista de sua identidade, através da exposição de seu nome civil.

Ao tratar da questão do nome, não está implicado apenas o seu uso como vocativo de referência das vítimas, esse é um ponto que se configura, também, como processo de relexicalização que mostra como a mídia contribui para um discurso jornalístico que viabiliza a segunda morte (simbólica) das vítimas, isto é, a morte da sua(s) identidade(s) de gênero, ferindo novamente seus corpos, [re]ferindo-os.

Considerado como um processo de inovação semântica sujeito ao contexto ideológico, político e social, o processo de relexicalização precisa ser encarado também a serviço de práticas de linguagem, ao selecionar novas formas de nomear os indivíduos violentados. Vejamos os avanços apontados pelo Dossiê:

Figura 7 – Reprodução de gráfico do relatório da ANTRA

Gráfico: Respeito à identidade de gênero e exposição do nome de registro (%)



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2020.

Fonte: Relatório da ANDRA, 2019.

Considerando que o dossiê é elaborado com o empenho da própria comunidade LGBTQIA+, e tem seus textos introdutórios e de apresentação expressivos quanto às lutas travadas pelo grupo contra a violência e se impondo ao fazer cobranças mais efetivas ao governo, não visou meramente apresentar as estatísticas que, no dizer de Briggs (2005), findam por reificar categorias sociais importantes, uma vez que traduzem opiniões apenas por números e gráficos, mas, busco demonstrar que, mesmo em situação de violência letal, os jornais seguem divulgando os nomes civis das vítimas ou suas identidades masculinas que já não fazem parte de suas expressões de gênero.

Assim, evidencia-se que além de insistirem com a divulgação dos nomes de registros ou nomes civis das vítimas em detrimento do nome social, o dossiê aponta para a dúvida explícita das autoridades ao se referir às vítimas, e faz uma sugestão para que seja feita uma referência à identidade de gênero para que não existam casos subnotificados na persistente confusão da sociedade sobre o que é a mulher trans, ou homem trans (Exemplificamos esse fato em um dos comentários feitos por um internauta nos capítulos anteriores) e outras definições que não são instituídas apenas como classificação sectária, mas que trazem consigo marcas importantes de identidade.

As discussões que apresentam o documento intitulado *Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS brasileiras em 2019* elucidam a percepção de que a lgbtfobia, mais especificamente o transfeminicídio como um

deles, tem assumido novas configurações, de modo que a efetivação da morte se caracteriza como crime último após recorrentes e iterados prenúncios mediante outros crimes movidos por ódio, violência psicológica e institucional. Todas essas formas acontecem em trajetórias que culminam com o extermínio de pessoas trans.

Ao trazer essa importante consideração, a redação do dossiê tenciona os debates sobre o capitalismo, o racismo e o machismo, que tomam proporções mais amplas no contexto das relações de poder que visam se perpetuar. Em seção específica denominada “A identidade de gênero das vítimas na mídia”, os registros apresentam dados evidentes que apontam o modo como esses corpos são referenciados aos serem noticiados como corpos feridos letalmente.

A ocorrência do nome civil masculino de Dandara não é recorrente nas matérias do Jornal O Povo, entretanto, das 16 notícias localizadas, há a mesma imagem da mãe de Dandara segurando uma foto da travesti, ainda quando esta assumia uma performance de gênero masculina, em 6 delas. A escolha imagética para abrir a terceira notícia (N3), assinada por Rubens Rodrigues, demonstra a recorrente afirmação do masculino dado por um membro da família. A comoção como efeito pretendido impede que o público leitor discorde ou contradiga a mãe de Dandara. O jornal se utiliza da mediação comunicacional fazendo uso da imagem de modo repetido [re]ferindo-a no masculino.

Figura 8 – Mãe de Dandara exhibe uma foto 3X4 da filha



Fonte: O Povo, 2018.

Evidencia-se, portanto, que uma das mortes começa no apagamento do nome social, via arma letal da heteronormatividade, como no caso do estudante “Matheus Passarelli

Simões Vieira, de 21 anos, desaparecido desde o dia 29 de abril, assassinado numa favela da zona Norte do Rio de Janeiro” (PENNAFORTE, 2018, p. 1).

Sua primeira morte simbólica é atestada: extirpa-se a sua principal identidade de gênero, seu declarado não binarismo e a sua sexualidade. Ao insistentemente proclamar que Matheusa é Matheus (isso é reiterado na manchete e no início da notícia, ou seja, nas três primeiras informações da notícia de Pennaforte, fica claro que a categoria heteronormativa se sobressai em relação a não heteronormativa; silencia-se e se apaga, desse modo, Matheusa (PENNAFORTE, 2018, p. 1).

Ao abordar a semântica do nome próprio, Derrida (2002) destaca sua ligação com a questão familiar e contextual de localização parental, e o faz aludindo ao termo “luto pressentido” (DERRIDA, 2002, p. 45), o qual se refere à somatória de sobrenomes que ganhamos dos nossos pais e que nos encaminha para a morte. O que o filósofo quer dizer é que a nomeação é uma violência que nos promete à morte por recebermos uma marca nominal que não nos pertence. Embora à primeira leitura isso possa soar exagerado, lembremos de exemplos cotidianos em que casos de violências e crimes de vingança cometidos entre famílias pertencentes a família A ou B definirá, no encontro entre esses membros a inimizade e a morte. Apesar de óbvio, o exemplo diz muito sobre ser nomeado à revelia de nossas identidades serem construídas com o passar do tempo.

Dentro das relações de gêneros entre homens, por exemplo, as pesquisas sobre o uso assimétrico de nomes e sobrenomes já são realizadas há bastante tempo. E apontam para a percepção de que as mulheres são mais frequentemente chamadas pelo seu primeiro nome e homens pelo sobrenome, apesar de estarem em posições hierárquicas semelhantes (THORNE; HENLEY, 1975). Entretanto, na cultura brasileira não percebemos esse hábito, mas é comum vermos em filmes norte-americanos a mulher ser chamada pelo sobrenome do marido.

No caso do Brasil, por exemplo, a repetição do nome do pai, do avô e até mesmo de tios com acréscimo do grau de parentesco ao final é mais comum acontecer para nomes masculinos do que para nomes femininos. Comumente, podemos lembrar de casos em que nos deparamos muito mais com Júnior, Filho, Neto ou Sobrinho do que com os respectivos nomes atrelados a nomes femininos como Josefa Filha ou Francisca Neta, por exemplo.

Recentemente, em uma aula⁴⁹ com a ex-candidata à vereadora de Fortaleza, militante por causas de moradia, educação, saúde, mulheres, negres, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência, José Honorato Batista Neta, tive a oportunidade de perguntá-la sobre seu nome social e porque ela havia feito a opção de manter todo o nome lido como masculino,

⁴⁹ Aulas do Curso Cultura Viva: Gênero, Sexualidade e Interseccionalidades organizado, pela Fábrica de Imagens, instituição de apoio e fomento a ações culturais de Fortaleza, idealizadora do evento Curta o Gênero.

fazendo a mudança apenas do final para “Neta”. A resposta que obtive foi que, ao assumir sua identidade de gênero, havia sido colocada para fora de casa por sua mãe, mas que teve total apoio de seu avô de quem havia recebido seu nome civil e esse era um dos motivos da não mudança, em respeito pela acolhida, apoio e amor ao seu avô. Na ocasião, acrescentou ainda que seu nome, no modo como se apresentava, fazia parte da possibilidade de ressignificar o que seja nomes de homens e nomes de mulheres na sociedade patriarcal.

Ainda na seara do uso de nomeações entre grupos de homens e de mulheres, as pesquisas de Conklin (1974) identificam o uso de vocabulários referentes à culinária e à costura sendo mais utilizado por mulheres e os referentes à mecânica e aos esportes por homens. Tais estudos expressam as relações de poder (FOUCAULT, 1979) ao referir os sujeitos através do uso de seus vocativos e da aceção de vocabulários que dão permanência a processos hegemônicos mediados na/pela linguagem. No que se refere às ocupações cotidianas, a quarta notícia analisada (N4)⁵⁰ apresenta pontos interessantes ao mencionar que, nos depoimentos dados pelos acusados, esses diziam estarem em suas atividades cotidianas associadas ao desempenho de funções lidas como masculinas ao serem acionados para participarem do crime.

José Monteiro afirma que só estudou até a terceira série do ensino fundamental, sabe ler, mas não sabe escrever. Ele disse ainda que estava saindo de casa para jogar futebol quando viu quatro dos acusados passando. Eles teriam dito que iriam matar um homem que foi encontrado roubando (O POVO, abril, 2018).

Ressaltar a prática de jogar futebol e, em seguida, a quebra dessa rotina para ir “matar um homem” em referência à Dandara, faz com que mais uma vez o corpo trans seja tomado como empecilho ao cotidiano heteronormativo da sociedade expressa por José Monteiro. A cultura brasileira de jogar futebol impedida pela ação de acompanhar mais quatro homens que estavam se dirigindo para matar “outro”, envolve os criminosos em uma penumbra de quase naturalidade da violência e daquilo que aparenta ser costume no cotidiano da comunidade, sobretudo no modo como é dado o depoimento na busca por justificar que o futebol não havia sido atrapalhado para matar qualquer homem, mas “um homem que foi encontrado roubando”.

A gramática da culpabilização do corpo trans é feita através da associação constante no caso Dandara e em outros casos, ao apontarem as vítimas como envolvidas com drogas ou com outros ilícitos e por isso uma aparente justificativa de suas mortes. Além do

⁵⁰ Assinada por Thiago Paiva em abril de 2018.

depoimento de José Monteiro, é identificado que o corpo trans (baitola) de Dandara também “embaçou” mais uma atividade diária da “favela” (usando os termos do tópico anterior) e do cotidiano de seus agressores héteros, conforme é expresso no trecho do depoimento a seguir, do então acusado Rafael Alves da Silva Paiva, de 19 anos. Ele afirmou que a denúncia tinha informações verdadeiras e falsas e que estava “capinando um terreno quando viu o tumulto”.

Além disso, afirmou que chutou Dandara por impulso, sem intenção de matar, e que se deixou “levar pela multidão” (O POVO, abril, 2018). Rafael Alves expressa a multidão como o popular de onde emana a violência naturalizada de sua ação, sem assumir a ritualização de seu ato de fala violento escolhido para atualizar, reestabelecer e revigorar violências responsabilizando-se por ela (SANTOS, 2014).

O corpo trans segue sendo relexicalizado e [re]ferido com nomes imprecisos que, assim como suas identidades de gênero e suas profissões, também são vistas como duvidáveis e imprecisas, tal incoerência segue nos demais veículos de informações locais atrelados à mídia nacional em anos posteriores ao assassinato de Dandara, como é o caso do site G1 Ceará sobre a morte de uma outra travesti morta em Fortaleza, chamada de Bruna Surfistinha, em 2019, apresento o site por considerar, conformo discuti no capítulo teórico, que a mídia hegemônica do sul conduz e dita muitas das regras da mídia local no Ceará.

Na referida manchete, é mencionado seu nome civil e acrescentado o ato de fala “como era conhecido”. De igual modo, em (N6) ao mencionar uma homenagem feita à Dandara com o nome de uma Rua de Fortaleza, a notícia destaca: “Dandara Kettlely, como gostava de ser chamada”. Em ambos os casos, os nomes sociais escolhidos por elas parecem não ser seus de modo legítimo, mas apenas uma forma de atender suas vontades ao mencioná-las.

Figura 9 – Caso Bruna Surfistinha



Fonte: G1 Ceará, 2019.

Qual a necessidade de expor o nome de nascimento quando se fala de morte, violência e intolerância às diferenças humanas? Quando se fala da última morte, tendo em vista que, após o nascimento, as pessoas trans seguem morrendo em vida? Quais as chances de Bruno (morto) ser melhor aceito na sociedade e Bruna Surfistinha (morta) não? Quem segue matando e quem segue morrendo nesse contínuo de violência e desrespeito às vidas trans?

De acordo com Butler (1997), a nomeação dada pelo outro é algo que precede nossa vontade e chega a ser traumática. Tal ato apresenta o sujeito a um mundo linguístico em que, apesar de poder exercer uma agência, é nomeado assim que nasce. Trata-se, de acordo com a filósofa, de uma subordinação fundadora que continuará em repetição nas seguidas vezes em que as interpelações das relações sociais assim o quiserem.

Nessa sessão de tortura contra Dandara, verificou-se através da exposição de sua imagem e da incompreensão de sua identidade de gênero, ao ser referida como “homem que estava roubando” (N3), que Dandara foi posta em paralelo com um homem que joga futebol e que capina. Ou seja, seu nome e sua identidade de gênero seguem “embaçando a favela” (N2). Assim, encerramos a análise dos atos de fala que performatizaram o nome e identidade de gênero de Dandara. Na próxima sessão de tortura, veremos aqueles que se [re]ferem à memória de Dandara. Para tanto, serão analisadas as notícias (N5) e (N6), mais especificamente os comentários do público leitor na notícia sobre homenagens rendidas a ela.

5.3 “Sessão” 3 – “Plenário Dandara, já que é um cabaré mesmo”

Para as homenagens à Dandara (N5 e N6), salienta-se que inúmeras delas foram rendidas em todo o Brasil e no exterior. Algumas são destacadas apenas pelo Jornal O Povo e outras, além da mídia local, apresentam-se vinculados a nível nacional, como é o caso do *site* G1, que apresenta a homenagem feita pelo artista plástico maranhense Rubem Robierb. Trata-se de um monumento que simboliza as asas de uma borboleta e está exposto em uma Praça em Tribeca, no sul da ilha de Manhattan. Além de mencionar em formato de notícia, O Povo realizou também postagem no *Instagram* com foto e legenda sobre o monumento. A seguir, uma descrição do monumento feita pelo próprio artista na placa de identificação da obra:

‘Eu nomeei esta escultura de Dandara, uma mulher trans morta pela violência, uma pessoa que, assim como muitas outras da comunidade LGBTQ, sonhava em ser tratada com dignidade e respeito’, diz a descrição da obra, cravada na borboleta, que fica na 229 *Tenth Avenue*, por oferecimento da *Tagliatella Galleries* (O POVO, 27/12/2019).

Figura 10 – Escultura "Máquina de sonhos: Dandara" (2019) Artista: Rubem Robierb



Fonte: O Povo Online, 2019.)

Entretanto, não foram todas as homenagens feitas à Dandara que tiveram aceitação e foram vistas como forma de a sociedade lamentar por sua morte e fazê-la passível de luto (BUTLER, 2019). Assim como o corpo, o nome e a identidade de gênero de Dandara

estiveram expostos à violência, sua memória também passa a “embaçar” (N2) a favela, o Brasil. Em (N5), intitulada “Dandara será nome de Rua em Fortaleza”, é destacado o pioneirismo de ser a primeira rua com nome de uma travesti. A gramática da exclusão social não apenas extirpa do interior das comunidades os corpos trans, mas também impede que esse lugar seja [trans]formado por vidas trans, através de nomeações dos espaços públicos que lhes façam menção. Além de, em vida e morte, não nomear como deveria, respeitando o nome social, conforme vimos nas análises anteriores, o corpo trans é impedido de dar nome à cidade e à comunidade que também é, em sua materialidade, heteronormativa.

Outro aspecto a ser considerado é que se as ruas recebem nomes de educadoras, políticos de renome, santos, religiosos, lideranças de bairros e outros agentes sociais e até mesmo números, a política de exclusão das pessoas trans desses contextos também não permite que após sua morte estes nomes sejam lembrados, parte daí o ineditismo de ser a primeira Rua do Ceará com nome de uma travesti.

Além disso, observa-se a lógica da desigualdade associada com a construção social da cidade e do território de violência. Ferreira e Penna (2005, p. 161) conceituam que o “território da cidade se produz, produzindo e reproduzindo as formas de violência urbana e criminalidade comandadas pelo conjunto de fatores que se materializam e se realizam nas cidades”. Visto desse modo, o ato de nomear a rua pode fazer justiça à Dandara ou seguir o contínuo de violência nas reações do público leitor que entra em contato com a notícia.

O Jornal O Povo apresenta em (N5) mais uma vez a mãe de Dandara segurando sua foto em uma performance masculina (Ver FIGURA 6), além da imagem, o nome de Dandara que será o mesmo da rua, não é apresentado como aquele que a representa em sua existência ou escolha que ela fizera para ser identificada enquanto mulher trans, mas apenas como “a forma como ela gostava de ser chamada”, conforme intitulei o tópico 2, tendo em vista que foi nele em que desenvolvi mais considerações em relação à questão do nome social, pois as notícias analisadas nele foram as primeiras, na linha cronológica de publicações, que traziam a mãe de Dandara segurando a foto 3X4 e, em paralelo com outros sites, reportagens nas quais a mãe de Dandara sempre a referia com pronome masculino.

Em poucas páginas da notícia, durante 3 momentos é mencionado o pioneirismo do fato de ser a primeira Rua do Ceará identificada com o nome de uma travesti. Nessa insistência da ratificação, nota-se a fricção de contextos opostos que não permitiriam esse acontecimento. Ou seja, quanto mais a redundância do ineditismo, mais se demonstra o quanto isso soa dissidente para a construção da cidade e para a forma como o espaço público

prioriza outros corpos em sua habitação e em sua estampa de nomeação, mas é nos comentários da notícia que mais violência segue explícita sendo cometida:

Figura 11 – Comentários de internautas sobre a Rua Dandara

OPOVO online Notícias Esportes Divirta-se Vida & Arte Vídeos

Dandara será nome de rua em Fortaleza e Ceará ganhará primeira via em homenagem a uma travesti

f t

Pa Ne tos
Ficaria mais bonito se tivesse colocado no nome do plenário da Câmara dos vereadores para, " Plenário Dandara". Já é um cabaré mesmo.
Curtir · Responder · 15 sem

Fe Ca I
Muita pouca vergonha desta câmara de Vereadores de Fortaleza, que não tem o que fazer. Vocês deviam era cobrar do Prefeito Areninha para tapar os buracos nas ruas e avenidas da cidade.
Curtir · Responder · 15 sem

Jo Ca
Tudo que provém do PT significa Merdal
Curtir · Responder · 15 sem

Ma I
Não estão exagerando na apologia a cultura gay na sociedade ? Querem a todo custo dobrar os valores saldáveis e tradicionais de um povo ! Os milhares de hêteros honestos que morrem em assalto são lembrados ?
Curtir · Responder · 1 · 15 sem

Ca seiro
Nada contra vamos aproveitar e colocar tamb nome de rua do rapaz que as facções queimaram qdo estava trabalhando .
Curtir · Responder · 3 · 15 sem

f Plugin de comentários do Facebook

Fonte: O Povo Online, 2020.

Ao divulgar a notícia sobre a denominação de um logradouro público com o nome de Dandara, as reações do público leitor em alguns comentários atualizaram contextos violentos que se misturaram com revolta as condições da política atual, insatisfação com governantes, condições de infraestrutura da cidade, aversão a um partido específico, manifestação de supervalorização da matriz heteronormativa e tentativa de desvirtuar a homenagem, mencionando outros casos de violência na buscar por mensurar níveis de importância ou repercussão de casos, conforme já analisamos em tópico anterior.

Ao proferir que “Ficaria mais bonito se tivesse colocado no nome do plenário da Câmara dos vereadores para “Plenário Dandara” já *que* é um cabaré mesmo”, o internauta Panetos⁵¹ atualiza violências trazendo o contexto relacionado à prostituição, comparando-o com o trabalho dos vereadores e fazendo menção também à Dandara. Embora nenhuma das

⁵¹ Suprimi algumas sílabas dos nomes dos internautas gerando outros nomes fictícios.

notícias sobre o Caso Dandara faça menção ao trabalho dela como prostituta, Panetos a associa a essa atividade como fez os internautas que comentaram o caso de Larissa Rogrigues, exemplificado em tópicos anteriores desse trabalho. O internauta entende que nomear uma rua ou o plenário da câmara com o nome Dandara implica dizer que este será espaço de prostituição, ele o faz usando o termo “cabaré”, denominação comum no Ceará, por vezes pejorativa, para bares que têm atendimento com garotas de programa. A associação feita por Panetos, faz a junção de duas insatisfações suas com a sociedade ou com questões que ele percebe como prejudiciais às normas sociais vigentes, a prostituição e a corrupção, mas em nenhum momento demonstra revoltar-se com os casos de violência, sobretudo o que estava sendo homenageado e lembrado para que outros mais não acontecessem.

Por seu turno, Fecal aproveita para reivindicar melhoria na infraestrutura da cidade chamando a atenção do prefeito que ele nomeia como “Areninha”, certamente pelo fato de o gestor realizar obras mais voltadas a equipamentos esportivos, como o caso de areninhas de futebol (de novo o futebol!). Ao indicar que nomear uma rua com o nome de Dandara é uma “pouca vergonha”, Fecal dialoga com a percepção de Panetos sobre algo impróprio, dado à prostituição e à “imundície” (N1). Para fechar as reclamações, comparações e insatisfações com as questões políticas, Joca menciona o Partido dos Trabalhadores (PT) como responsável pelo projeto de lei que homenageia a rua com o nome de Dandara e desqualifica a ação chamando-a de “merda”.

O internauta cujo nome com sílabas suprimidas ficou identificado com Mal, profere ato de fala violento que atualiza fazendo com a linguagem aquilo que fez os criminosos que foram presos por agredirem Dandara. Ao demarcar que os valores saudáveis e tradicionais estão sendo “dobrados” pela ação de homenagear Dandara, Mal renova mais uma sessão de tortura ao patologizar a condição do corpo trans, situações também observadas e exemplificadas no capítulo 2 desta dissertação, quando apresentei a forma como a performance do corpo de Roberta Close circulou em alguns jornais cearenses.

Mal cita ainda a necessidade de lembrar de “milhares de héteros honestos que morrem em assaltos”. Ao proferir esse ato de fala, a matriz heteronormativa é acionada para justificar a incoerência do nome de uma travesti nomear a cidade, além disso, Mal recorre a outros contextos que também são de violência, como no caso de mortes por assaltos. Nota-se, portanto, diálogo comparativo desse dito-feito com os mencionados pelos agressores nas notícias analisadas no tópico anterior sobre “matar um homem que estava roubando”. Caseiro segue na mesma linha de raciocínio de Mal, buscando nomear também as ruas lembrando de um hétero “o rapaz que as facções queimaram quando estava no trabalho”.

É importante observar como todos os comentários da notícia realizam e autorizam mais violência e [re]ferem Dandara e sua memória na impossibilidade de ser homenageada. Um exemplo concreto pode ser dado no caso da quebra da placa da Rua Marielle Franco feita, pelo então deputado bolsonarista, e agora presidiário, Daniel da Silveira (PSL-RJ); trago aqui esse exemplo por ter sido Marielle também pessoa LGBTQIA+ negra e militante da luta contra a transfobia. Os comentários realizados por Panetos, Fecal, Joca, Mal e Caseiro sobre a notícia da nomeação da Rua Dandara Kettley equivalem e autorizam ações praticadas como a do presidiário Daniel da Silveira.

O que parece simbólico no ato de quebrar a placa com o nome da rua denominada por Marielle Franco, por exemplo, traduz-se pela permanência da violência contra pessoas trans, como no caso de Dandara e como lésbica, no caso de Marielle. Ainda que não tenhamos notícias desse ato de destruição da placa da Rua Dandara Ketllen, os ditos ofensivos proferidos ao final da notícia sobre a aprovação do projeto de lei do vereador Ronildo (PT) demonstram total força e motivação para se fazê-lo. São ditos ofensivos que não apenas impulsionam a quebra material de identificação de logradouros, mas que indicam a matança das pessoas trans no Ceará e no Brasil, começando por dizer quais lugares, ou não-lugares, essas pessoas devem ocupar e quem tem direito de nomear o mundo.

Em (N6) que também se [re]fere à Dandara enquanto nome de rua, há a explicação dada pela inspetora da Polícia Civil, Vitória Holanda, que esteve à frente da ideia dessa homenagem. (N6) é aberta com uma foto de Dandara expressando-se no feminino, de cabelos loiros, brincos e muito bem vestida. Se comparada às demais exposições da foto 3X4, temos em (N6) uma guinada de valorização e respeito à Dandara Mulher Trans. Além da foto, a primeira frase da notícia traz um ato de fala da inspetora proferindo: “foi para humanizar a história de Dandara”. Essa humanização é mesmo feita na própria estrutura e seleção de imagem da notícia.

A inspetora menciona que o quadrante de rua onde o crime aconteceu foi renomeado para homenagear Dandara, mas também para “combater falsas narrativas que tentam manchar a imagem da travesti como forma de minimizar a brutalidade do crime”. Vitória Holanda era amiga de infância de Dandara. Nota-se, em N6 a tentativa de desfazer o que os depoimentos de alguns dos criminosos tentaram denotar, como o fato de Dandara estar roubando no bairro ou de que o crime foi encomendado por um ex parceiro dela. “Quando a travesti é assassinada no Brasil, a gente mata ela duas vezes, uma em matéria e outra em alma” (N6). A inspetora refere-se a algumas narrativas que tentaram associar Dandara a facções criminosas no Bom Jardim.

Por fim, a análise de (N5) e (N6) nos mostra como além do corpo trans, do nome, e da identidade de gênero, a memória de Dandara também segue sendo violentada e “embaçando a favela” (N1). As narrativas fatídicas de situações de violências contra corpos *trans* não apenas descrevem a violência, mas também tem a capacidade de atualizar e dar continuidade a percursos violentos através de escolhas lexicais, modos de apresentação dos fatos, recepção e seleção de vozes para jogarem o jogo das motivações transfóbicas nas notícias.

6 CONSIDERAÇÕES PARA O FIM [DA TRANSFOBIA]

Mais que o ímpeto de verificar se a porta estava trancada quando assisti ao vídeo de Dandara sendo torturada, também eu resistia à violência que me chegava nos atos de fala de ojeriza, negação e humilhação. Resistia segurando a porte e temia por mim, pelos nossos, nossas e nossas. O funcionamento da violência linguística nas notícias sobre tranfobia e transfeminicídio envolve toda a comunidade LGBTQIA+ no clamor para que alguém nos ajude e, dentre tudo que faz a linguagem, a cada notícia replica-se o pedido de Dandara às pessoas a sua volta: “Deixa não, cara!” e mais medo e mais insegurança.

Essa pesquisa está pautada no objetivo mais amplo de compreender essa violência linguística contra corpos trans e como os noticiários do Jornal o Povo funcionam e fazem com que essa violência siga seu curso. A incompreensão que Dandara teve de como estava sendo possível toda a comunidade permitir e silenciar, enquanto ela era torturada, mostra a complacência que beira à naturalização da eliminação de nossos corpos a cada vez que a machete se repete: “Mais um travesti assassinado (sic) no Ceará” e o pedido de Dandara ecoa novamente: “Deixa não, cara!”.

Enquanto os jornais noticiam mais uma trans assassinada, a comunidade LGBTQIA+, ainda que trêmula, articula relatórios e a hora da próxima manifestação pública, na busca por manter vivas as que se foram entoando seus nomes para que, de algum modo, estejam presentes, como diz o ato de fala que circula nas redes sociais: Dandara Presente! E tantas outras Presente! É a garantia de continuidade de suas lutas por direitos, não é só presença de afetos deixados, mas de muita luta que precisa continuar pela vida de todos, todas e todes.

Em uma dessas manifestações, em frente ao palácio do Governo Estadual do Ceará, as participantes levaram um carro-de-mão coberto com a bandeira da diversidade e da luta contra a tranfobia. Mais do que percebermos a resignificação feita do implemento usado para levar Dandara ao terreno onde foi executada a tiro, o ato nos possibilita identificar que há a refacção constante e mobilizadora de tudo que não nos paralisa ante à violência, pelo contrário, que seguem em atos perlocucionários como esta pesquisa, como as asas da borboleta Dandara em Nova York, como o governador assinando, naquele mesmo dia, o direito de pessoas trans serem atendidas na delegacia da mulher já que a outra, a masculina, “não está preparada para esse tipo de denúncia (N1), bem como serem reconhecidas por seus nomes sociais nos espaços públicos e tantos outros (e)feitos do mundo na e pela linguagem.

A compreensão de tudo que teorizei e analisei até aqui não foi leve ou de fácil assimilação dentre as demandas cotidianas entre trabalho, família, as próprias notícias sobre mortes de pessoas LGBTQIA+⁵², e até uma pandemia que despencou sobre nossas cabeças. Entretanto, além de conhecer tantas outras vidas que inspiram e fazem renascer Dandara, as possibilidades de outras existências me conduziram. Essa pesquisa me permitiu encontrar tantas mulheres trans que têm estado dentro e fora da academia, lutando por [trans]formações. A professora Jaqueline Gomes de Jesus com a qual estou cursando remotamente (a palavra do momento) a disciplina de Gênero e Ensino de História na UFRRJ, no PROFHistória é das mais queridas que gostaria de destacar aqui através de algo muito interessante que ela nos disse em sua última aula.

Não sei se saberei descrever exatamente as suas palavras, mas gostaria de deixar registrado o modo como eu entendi o que ela disse, e o efeito dessas palavras também na compreensão desse trabalho. A professora mencionou que uma pessoa trans ao sofrer a ofensa de feia, ou negra ou qualquer outro ato de fala (ela não usou esse termo) transfóbico ou racista, tais ditos violentos não estão apenas na esfera do psíquico, do inconsciente ou dos afetos, como se dissesse que simplesmente não gosta do outro por causa de seus atributos físicos, sua identidade de gênero ou sua cor, mas, seguramente, encontram-se no campo do extermínio, anulação e morte.

O modo como planejam e execultam a morte de pessoas trans no Ceará não difere de todo o resto da sociedade brasileira que pratica a violência e dissimula sob justificativas de que não era bem a intenção ou que era apenas uma brincadeira, como é comum notarmos que aconteça. As repetições regradas entre o modo como as pessoas trans e travestis são exibidas e expostas ao riso do humor cearense, só para citar um exemplo, e, em contrapartida, a quantidade de transfobia e transfemicídios que o estado (não) registra, dizem e fazem muito sobre o preparo macabro da condução desses corpos à tortura e à morte.

Analisar sob a perspectiva da Pragmática Cultural (ALENCAR, 2014, 2017) me permite traçar quais são as recorrências desses atos de fala, que se encontram presentes nas notícias sobre violência transfóbica e aponta para resistências no sentido de buscar alternativas para que o espaço midiático e de construção das notícias seja ocupado por corpos trans EM VIDA, garantindo formas de registros da notícia que não passem adiante a

⁵² A última foi da adolescente trans de 16 anos, Pietra Valentina (esse é seu nome e não apenas como gostava de ser chamada!), Pietra foi morta a facadas aqui na região onde moro, Cariri. A notícia, como é regra em todas, resgata os casos dos últimos anos, foram 40 nos últimos três anos. O pedido de Dandara reverbera: “Deixa não, cara!”.

intensificação da violência, mas que zelem pelo direito de existir. A propósito, onde estão as jornalistas, redatoras, editoras, chefes de redação, âncoras e repórteres trans?

Ao conceber a linguagem como ato/ação e dentro do processo ao invés da verificação de sentenças, Austin (1962) permite que os essencialismos sejam desfeitos em favor da percepção de que as palavras não apenas descrevem o mundo e os acontecimentos, mas também os fazem na medida em que são usadas, ou seja, “a linguagem não é assim descrição do mundo, mas ação” (PINTO, 2003, p. 57). Portanto, a seleção de itens lexicais que constroem as notícias não apenas as narra, mas pode fazer tanto repercutir mais violências, como permitir que se faça frente ao extermínio de pessoas trans.

Ao longo dessa pesquisa vimos a emergência do corpo trans nas mídias, que eram performatizados entre um falso *glamour*, motivos de risos e chacotas nas expressões de cultura televisiva em épocas em que se censurava muito, mas que, na pilheria, era permitido ridicularizar o outro ou até mesmo se “travestir de mulher” ao longo de todos os dias de carnaval e somente nessa época (GREEN, 2019). Outra forma que vimos foi o questionamento desse corpo sob perspectivas clínicas e incompreensíveis sobre suas identidades, nomes, vestimentas e existências. Todos esses aspectos foram exemplificados dialogando com pesquisas diversas sobre mídia, linguagem, história e gênero com *prints* nos meios de comunicação como jornal impresso, televisão e jornais *online* por meio das notícias.

Significação, violência e a constituição do corpo trans foram abordados por meio das discussões teóricas que elencaram a pragmática considerando o contexto de produção de notícias no espaço urbano social, mas indo além do físico ao perpassar por contextos de recepção e repercussão, atualizando violências e os sentidos de corpos trans violentados em contextos *ad infinitum* (ALENCAR; FERREIRA, 2012) nos quais se engendram as narrativas e, no caso da prática redacional de notícias vão adquirindo modos próprios de redigir e distribuir a descrição dos fatos cotidianos, delineados por aspectos históricos, sociais e políticos que atravessam as empresas de imprensa como é o caso do Jornal O Povo, destaque na mídia cearense e nacional.

As narrativas fazem parte da constituição humana e são mediadas na e pela linguagem. As narrativas de nós mesmos encontram-se imersas em tempos e contextos que não apenas nos descrevem, mas nos marcam e nos constituem no mundo. Sejam estas fatídicas ou fictícias, têm como fim obter experiências temporais organizadamente distribuídas em tempo e espaço. No caso das notícias sobre pessoas trans no Ceará, para além de uma percepção discursiva de suas características linguísticas e movimentos retóricos enquanto gênero textual, essa análise buscou identificar o conjunto de possíveis regras, o que

se constitui em uma Pragmática da Tortura Transfóbica, a qual é dividida por sessões no momento do crime, mas que, no entanto, vem de sessões que deram início na família, na escola, na igreja, no bairro e que mobiliza as regras da Gramática da Culpabilização desses corpos trans, ao apontar que são os que atrapalham, embaçam e entulham os espaços. A violência segue seu curso ao se deparar com um público leitor que também entende tal corpo como corrupto, prostituto, são passíveis de luto ou de choro.

Assim, forças econômicas e políticas se tencionam e dinamizam o jogo de linguagem notícias, engendrando uma Pragmática Cultural que se regula por: apagar corpos e nomes quando mencionam nomes civis de pessoas trans, quando colocam familiares para fazê-lo ou mostram fotografias antigas dessas pessoas em expressão de gênero masculina. Outra regra se dá no fechamento de espaço para que a militância da comunidade LGBTQIA+ traga suas vozes de forma mais contundentes e até mesmo pedagógicas mostrando de que modo suas identidades deverão ser mencionadas ao invés de feridas e [re]feridas.

Tal modo de agência faria com que, além do uso das notícias para elaboração de relatórios anuais sobre a matança de pessoas trans, fosse oportunizado, ao longo de suas redações e leituras, a audição das vozes de movimentos sociais, agentes de militância e modos de fazer referência a esses corpos tombados sem que sigam sendo violentados nas páginas dos jornais impressos ou *online*, nas notícias e nos comentários gerados pelo público leitor, não ficando esses momentos de falas apenas para datas pontuais em que se comemoram e relembram datas importantes, em sua maioria, que remete a alguma luta ou morte.

Apesar das discussões aqui levantadas, senti dificuldade de lidar com trechos advindos de áudios, vídeos e de outras reportagens. Em alguns momentos, pensei se não seria melhor pesquisar diretamente nos vídeos e reportagens ou notícias televisivas. Conforme mencionei em alguns momentos, o hibridismo da construção da notícia com outros recursos de mídias é muito intenso e senti que, talvez, a pesquisa não fosse conseguir atender a tudo que estava registrado na página da notícia, precisamente.

Entretanto, cabe a pesquisas futuras fazer referências a esses outros veículos de comunicação onde circulam essas notícias, como são mostradas, por quem e de que modo performatizam esses corpos, principalmente a recorrência que tem sido a morte de adolescentes trans na tenra idade. Olhar para as infâncias trans é algo urgente, além de desafiar e desarmar os argumentos CISheteronormativos da gramática de culpabilização dos corpos trans adultos. Afinal, com qual ilícito, drogas ou facções criminosas essas crianças estão envolvidas? Ou, ainda, em qual cabaré uma criança trans atende? Talvez já tenhamos

pistas dos contrargumentos sobre infância trans: “falta de surra”, “criada pela avó” ou “culpa da ideologia de gênero nas escolas”.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Claudiana Nogueira de. “Sem Terra” ou “Sem-Terra”: as construções identitárias do MST no Sertão Central do Ceará. In: SEMANA DE UMANIDADES DA UECE: MEMÓRIAS E DEVIR, 6., **Anais...** Fortaleza, Ed da UFC, 2019.
- ALENCAR, Claudiana Nogueira de. Pragmática Cultural: uma visada antropológica sobre os jogos de linguagem. In: SILVA, Danil; ALENCAR, Claudiana Nogueira de; FERREIRA, Dina Maria Martins (Orgs.). **Nova Pragmática: modos de fazer.** São Paulo: Cortez, 2014, p.78-100.
- ALENCAR, Claudiana Nogueira de; FERREIRA, Dina Maria Martins. Rajagopalan interpretando Austin: descolonialidades na nova pragmática do hemisfério sul. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (Online)**, v. 32, n. 1, p. 613-632, set./dez. 2016.
- ALONSO, Gustavo. **Simonal: Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga.** Rio de Janeiro: Record, 2011. 476p.
- ASAD, Talal. Agency and pain: An exploration. **Culture and Religion**, v. 1. n. 1, p. 29-60, 2000.
- ASAD, Talal. Reflections on blasphemy and secular criticism. In: de Vries, H. (Ed.). **Religion: Beyond a concept.** Fordham: Fordham University Press. 2008, p.580-609.
- AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words.** 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1976.
- AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer.** Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAUMAN, Richard.; BRIGGS, Charles L. Poetics and performance as critical perspectives on language and social life. In: COUPLAND, N. JAWORSKI, A (orgs.). **The new sociolinguistics reader.** New York: Palgrave Macmillan, 2010, p. 607-14.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Coleção: Sexualidade, gênero e sociedade. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2016.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura.** Tradução de Myriam Ávila, Eliana L. de Lima Reis, Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BONFIM, Marco Antonio Lima do. Dizendo e fazendo o Sem Terra assentado no MST-CE: rabiscos de uma pragmática etnográfica. **Revista Passagens**, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 93-113, 2015.
- BONFIM, Marco Antonio Lima do. **Pragmática dos corpos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Ceará.** 2016. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

BONFIM, Marco Antonio Lima do. **Queres saber como fazer identidades com palavras? Uma Análise em pragmática cultural da construção performativa do Sem Terra no MST-CE.** Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

BORBA, Rodrigo; OSTERMANN, Ana Cristina. Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. **Revista Estudos Feministas**, v.16, n. 2, p. 409-432, maio./ago, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL campeão mundial de crimes LGBT-fóbicos. **GBB-Bahia**, Salvador, 18 jan. 2018. Relatório. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2020/03/relatorio-2017>. Acesso em: 17 jun. 2020.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra:** quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". Tradução de Thomas Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

BUTLER, Judith. Criticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgressoras.** Una antología de estudios queer. Barcelona: Içaria editorial, 2002, p. 55-81.

BUTLER, Judith. **Excitable speech:** a politics of the performative. New York: Routledge, 1997.

BUTLER, Judith. **Precarious life:** the power of mourning and violence. New York: Verso, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero:** Feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDEIRA, Teresa. **City of Walls:** Crime, segregation and citizenship in São Paulo. Berkeley: University of California Press, 2000.

CARRARA, Sérgio. VIANNA, Adriana R. B. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 233-249, 1996.

CAVALCANTI, M. C. Um olhar metateórico e metametodológico em pesquisa em Linguística Aplicada: implicações éticas e políticas. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

DANDARA será nome de rua em Fortaleza e Ceará ganhará primeira via em homenagem a uma travesti. **O Povo Online**, Fortaleza, 19 dez. 2020. Notícia. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/12/09/dandara-homenageada-em-fortaleza-com-1---rua-do-ceara-com-nome-de-travesti.html>. Acesso em: 17 jun. 2020.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo. Alguns temas wittgensteinianos. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 90, p. 31- 42, Jun. 1999.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DERRIDA, Jacques. A Escritura e a Diferença. Tradução de Maria Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectivas, 2002.

DERRIDA, Jacques. A farmácia de Platão. 2. ed. Tradução de Rogério Costa. São Paulo: Iluminuras, 1997.

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001.

DOMINGUES, Petrônio José. **Uma História não contada: Negro, Racismo e Trabalho no Pós-Abolição em São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: USP. 2001

ERICKSON, F. Ethnographic description. In: AMMON, H. U; DITTMAR, N. E MATTHEIER. **Sociolinguistics: an international handbook of the science of language and society**. Berlim, New York: Walter de Gruyter, 1988.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERRAZ, Daniel de Mello; TOMAZI, Micheline Mattedi ; SESSA, Ariel . As mortes de Matheusa em uma notícia do Estadão: estudos interseccionais sobre preconceito, discriminação e violência física em relação à diversidade de gêneros. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 19, n. 1, p. 927-958, out./dez. 2019.

FERREIRA, Raimundo Ruberval. **Guerra na língua: as representações do "11 de setembro" na mídia e no discurso oficial**. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**, Rio de Janeiro: FGV, 1997. 103 p.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GRICE, Paul. Lógica e Conversação. In: DASCAL, Marcelo (Orgs.). **Fundamentos Metodológicos da Linguística**. Campinas: Unicamp, 1982.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Souza (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, p. 455-489. 2010.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2014.

HANKS, William F. **Língua como prática social**: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2008.

HOMOFOBIA: Médica transexual é agredida após batida de carro. **Correio24**, Salvador, 16 ago. 2011. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/homofobia-medica-transexual-e-agredida-apos-batida-de-carro/>. Acesso em: 17 jul. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de . **Homofobia**: Identificar e Prevenir. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In: **Anais** do VI Congresso Internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da ABEH. Brasília: ABEH. Salvador: UFBA. 2012. p. 1-15.

JUSTIÇA determina condução coercitiva de testemunhas do caso Dandara. **O Povo Online**, Fortaleza, 23 out. 2018. Notícia. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/10/julgamento-de-mais-um-acusado-pelo-homicidio-de-dandara-ocorre-nesta-t.html>. Acesso em: 17 jun. 2020.

KULICK, Dom. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008. 280p.

LEITE JÚNIOR, Jorge. **Nossos corpos também mudam**: a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. São Paulo: Annablume, 2011.

LIMA, Fernando Henrique. **A construção do preconceito no sujeito portador de HIV**: o poder do discurso midiático na representação do estigma social. 2015. Tese de Doutorado (Doutorado em Linguística Aplicada). Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (POSLA), UECE, Fortaleza, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 7-34.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e a teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LOVE, Brenda. **Enciclopédia de Práticas Sexuais**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1997.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Adriana Regina Dantas. **A violência linguística virtual contra a mulher: ideologia e estratégias de (im)polidez em blogs**. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (POSLA), UECE, Fortaleza, 2013.

MBEMBE, Achille. **Políticas de Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MELO, Glenda Cristina Valim de; MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Ordens de Indexicalidades Mobilizadas nas Performances Discursivas de um Garoto de Programa: ser negro e homoerótico. **Linguagem em (Dis)curso** (Online), v. 14, n. 1, p. 653-673, 2014.

MELO, Iran Ferreira. **Ativismo LGBT na imprensa brasileira: análise crítica da representação de atores sociais na Folha de S. Paulo**. 2013. Tese de Doutorado (Doutorado em Letras). USP, São Paulo, 2013

MEY, Jacob L. **Whose Language? A study in linguistic pragmatics**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1985.

MEY, Jacob. **As vozes da sociedade: seminários de pragmática**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume Editora/FAPESP, 2012.

MISKOLCI, Richard. Origens históricas da Teoria *Queer*. In: MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

MOVIMENTO LGBT realiza ato “contra a barbárie transfóbica”. **Brasil247**, Brasília, 6 mar. 2017. Geral. Disponível em: <https://www.brasil247.com/geral/movimento-lgbt-realiza-ato-contra-a-barbarie-transfobica>. Acesso em: 3 jul. 2020.

MOITA LOPES, Luiz. Paulo da (org). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOTTA, L. G. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). **Metodologia da pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 144-167.

MULHER Trans cearense é morta a pauladas em bairro nobre de São Paulo. **O Povo Online**, Fortaleza, 6 maio 2019. Notícia. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2019/05/06/mulher-trans-cearense-e-morta-a-pauladas-em-bairro-nobre-de-sao-paulo.html>. Acesso em: 16 jun. 2020.

NUNES, Márcia V. **Imprensa e Poder: o I e II Veterados (1963/1966 e 1979/1982)** no jornal O Povo. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1994.

OLIVEIRA, Dijaci David de; GERALDES, Elen Cristina; LIMA, Ricardo Barbosa de (Orgs.). **Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

PENNAFORTE, R. **Estudante da Uerj desaparecido foi executado, diz polícia**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 6 maio 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2N6EJEJ>. Acesso em: 19 dez. 2020.

PINTO, Joana Plaza. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. **DELTA**, v.23, n.1, p. 1-26, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502007000100001&script=sci_arttext. Acesso em: 10 out. 2020.

PINTO, Joana Plaza. Linguagem, feminismo e efeitos de corpo. In: SILVA, Daniel Nascimento e; FERREIRA, Dina Maria Martins; ALENCAR, Claudiana Nogueira de. (Orgs.). **Nova Pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014, p. 207-230.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. v. 2, p. 55-79.

PINTO, Joana. Identidade performativa. **Estilizações de gênero em discurso sobre Linguagem**. 2002. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2002.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Nova Pragmática: fases e feições de um fazer**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil; FERREIRA, Dina Marias Martins (Orgs.). **Políticas em linguagem: perspectivas identitárias**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Karla Cristina dos. **A problemática da ofensa no ato de insultar**. Campinas, 2012. Tese (Doutorado em Linguística) – Coordenadoria de Pós-graduação em Letras, Universidade de Campinas, São Paulo, 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 16. ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo. Cultrix, 1991.

SEM mesma repercussão do caso Dandara, família da travesti espancada na av. José Bastos passa por dificuldades. **O Povo Online**, Fortaleza, 7 mar. 2017. Notícia. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/03/familia-da-travesti-espancada-na-av-jose-bastos-passa-por-dificuldade.html>. Acesso em: 22 abr. 2019.

SILVA, Danilo da Conceição Pereira. **Quando dizer é violentar**: violência linguística e transfobia em comentários online. Salvador: Editora Devires, 2019.

SILVA, Daniel Nascimento; ALENCAR, Claudiana Nogueira de. A propósito da violência na linguagem. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 55, n. 2, p. 129-146, 2013.

SILVA, Daniel Nascimento. **Pragmática da Violência**: o Nordeste na mídia brasileira. 2010. 192f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, 2010.

SILVA, Daniel Nascimento; FERREIRA, Dina Maria Martins; ALENCAR, Claudiana Nogueira de (Orgs.). **A nova pragmática**: Modos de fazer. São Paulo: Cortez, 2014.

SODRE, Muniz. **Sociedade, mídia e violência**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2006.

STOLER, Ann Laura. **Race and the education of desire**: Foucault's History of sexuality and the Colonial Order of Things. Durham/London: Duke University Press, 1995.

THOMPSON, John Brookshire. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era da comunicação de massa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

THOMPSON, John Brookshire. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

TRAVESTI é morta a tiros enquanto tomava banho em residência na Grande Fortaleza. **G1Ceará**, Fortaleza, 20 set. 2019. Notícia. Disponível em <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/09/20/travesti-e-morta-a-tiros-enquanto-tomava-banho-em-residencia-na-grande-fortaleza.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2020.

TRAVESTI tem pênis cortado e atirado em fossa em AL. **Terra**, 17 ago. 2013. Notícia. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/travesti-tem-penis-cortado-e-atirado-em-fossa-em-al,d42e079738e80410VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>. Acesso em: 17 jun. 2020.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

VAN DIJK, Teuan. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis**: carne, tinta e papel. 2. ed. Curitiba: Appris, 2019.

FERREIRA, Elias; GUASCH, Oscar. A invenção do estigma do travesti no Brasil (1970-1980). **História, histórias**, vol. 1, n. 5, p. 39-51, 2015.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero**

inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.

WEEDWOOD, Bárbara. **História concisa da Linguística.** São Paulo: Parábola, 2002.

WILSON, Victoria. MARTELOTTA, Mário Eduardo. CEZARIO, Maria Maura. **Linguística:** fundamentos. Rio de Janeiro: CCAA, 2016.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas.** Tradução de José Carlos Bruni São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2000.

ANEXOS

ANEXO A – NOTÍCIA 1 (N1)

Travesti é espancada até a morte no Bom Jardim

O caso aconteceu pouco depois de Hérica Izidório, outra travesti, ser espancada na avenida José Bastos



NULL

[FOTO1]

“Suba, suba! Não vai subir, não?!”, bradam agressivamente três homens, em vídeo, enquanto Dandara, sentada ao chão, mal consegue se mover. Ela chora. Um dos homens tira do pé o chinelo e o utiliza para bater na cabeça dela. Chama Dandara de “viado ‘fêi’”. Chutes e tapas vêm de todo lado em direção ao único alvo. A travesti sangra e tenta subir no carrinho de mão enferrujado apontado por seus algozes. Não consegue.

“Sobe logo! A ‘mundiça’ tá de calcinha e tudo”, zomba outro que filma, antes de um quarto garoto aparecer e chutar diretamente o crânio de Dandara. Depois disso, as agressões miram só ali: na cabeça loura-avermelhada que resulta da mistura de cabelo e sangue. Ela tenta levantar. Um quinto homem surge com um pedaço de madeira quase do próprio tamanho e o utiliza para bater repetidas vezes nela, que já não se sustenta. Juntos, os cinco levantam Dandara e a jogam no carrinho. Levam sabe lá para onde. É encerrado com um minuto e 20 segundos o vídeo da tortura.

Circulando em páginas da internet, o assassinato da travesti Dandara dos Santos, 42, agredida até a morte no último dia 15 de fevereiro, no bairro Bom Jardim, em Fortaleza, choca por inúmeros motivos, mas, principalmente, pelo ódio dos agressores e pela banalidade como tiram a vida de alguém que não consideram como igual.

O POVO Online opta por não divulgar o vídeo devido a violência contida nele.

Investigação

Em nota, a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) informou que as investigações sobre o crime estão a cargo do 32º Distrito Policial e “estão bem adiantadas”. Contudo, não detalhou a situação do inquérito “para não comprometer o trabalho”.

Coordenador especial de políticas públicas para LGBT, Narciso Júnior chegou a dizer para O POVO Online que “salvo engano, um dos rapazes (envolvidos no crime) já estaria preso”. Ele deu garantia de ter mais informações sobre as investigações na próxima segunda-feira, 6.

Para a escritora e pesquisadora de gênero e sexualidade Helena Vieira, histórias que envolvem agressões contra travestis como Dandara têm múltiplos contextos. “Às vezes violência puramente de ordem transfóbica. Mas, mesmo

<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/03/travesti-e-espancada-ate-a-morte-no-bom-jardim.html>

4/5

18/01/2021

Travesti é espancada até a morte no Bom Jardim Notícias de Fortaleza

em situações de prostituição, drogas, entre outros, a marca do ódio é grande. Sempre inclui tortura, espancamento, esquitejamento”, pontuou.

Hérica Izidório

Poucos dias antes de Dandara ser morta, no último 12 de fevereiro, [a travesti Hérica Izidório, 24, foi espancada na avenida José Bastos, na volta de uma festa de Pré-Carnaval](#), e encaminhada para o Instituto Doutor José Frota (IJF), onde foi diagnosticada com traumatismo craniano. Segundo o hospital, Hérica continua internada na Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

No início da tarde, ao telefone com uma assistente social do IJF, o coordenador do Centro de Referência LGBT de Fortaleza, Téo Cândido, soube que Hérica havia tido melhora em seu estado de saúde e aguardava leito para ser transferida para a enfermaria. “Todo dia eu vou lá, minha mãe tá muito arrasada”, compartilhou a irmã da vítima, Patrícia Castro de Oliveira.

Téo, que está em busca de articular assistência social para a família de Hérica, disse que agressões transfóbicas ocorrem cotidianamente em Fortaleza. “Muitas vezes não denunciam por, historicamente, não serem reconhecidos como sujeitos de direitos. Nem sabem que podem reclamar. Muitas travestis não denunciam com medo de serem violentadas novamente. As delegacias não estão preparadas para receber essas denúncias”, concluiu o coordenador.

Sobre o caso de Hérica, a SSPDS se limitou a dizer que o inquérito está em andamento pelo 3º Distrito Policial. Segundo a pesquisadora Helena Vieira, que também é assessora parlamentar, o deputado estadual Renato Roseno (Psol) chegou a enviar ofício para a pasta solicitando celeridade no processo.

[Facebook](#)[Twitter](#)[WhatsApp](#)

ANEXO B – NOTÍCIA 2 (N2)

Morte de Dandara: foram pelo menos três sessões de tortura Notícias de Fortaleza

O POVO

R\$ 3,00 - FORTALEZA - CE - SÁBADO - 4 DE MARÇO DE 2017 - ANO XC, Nº 29.841 - 89 ANOS - WWW.OPOVO.COM.BR

CRIME DE ÓDIO CONTRA DANDARA

Morte brutal de travesti causa comoção e revolta

Dandara dos Santos, de 42 anos, foi agredida até a morte. O crime ganhou visibilidade e grande repercussão 16 dias depois, porque foi filmado pelos agressores e teve imagens compartilhadas nas redes sociais. Até agora, ninguém está preso **Cotidiano, Página 4**

[FOTO1] A transfobia foi um dos traços que mais repercutiu quando o episódio da tortura e morte de Dandara dos Santos virou manchete no O POVO e as imagens do vídeo, gravada por um dos acusados, viralizaram no Brasil e fora do País.

Como na legislação brasileira não existe a tipificação (previsão) para o crime de homofobia e transfobia, os discursos dos acusados durante a sessão de espancamento serão usados pelo advogado Hélio Leitão, da família de Dandara dos Santos, para demarcar ainda uma motivação de ódio e preconceito contra a orientação sexual da vítima.

O vídeo, que foi analisado pela Perícia Forense do Ceará (Pefoce), é um indicio de que Dandara teria sido submetida a pelo menos três sessões de tortura.

[SAIBAMAIS]Quando um homem inicia uma das filmagens, que irá durar 48 segundos, Dandara está sozinha, já bastante machucada e sangrando. Ela está sentada numa área cimentada do calçamento e com uma camisa amarela na mão, usada para enxugar o sangue da testa, nariz, boca e rosto.

Nesse momento, a vítima inicia um diálogo entrecortado com quem filma e com alguém que está próximo a ele. Dandara permanece sendo observada e está sozinha na cena. Há sangue no chão, no seu lado direito e numa pedra de calçamento atrás dela.

Aqui, é possível escutar gritos, supostamente de pessoas diferentes, que incitam por mais espancamento. Ela pede para não apanhar mais.

Eis o diálogo extraído do vídeo:

Dandara: ...42 anos já, 42... (balbucia para alguém que não aparece no vídeo).

Voz 1: ... E aí, Lorin? (grita)

Voz 2: Quebra ali!

Voz 3: Ele (Dandara) tá perdendo sangue, ele...

Voz 2: Qual foi?

Voz 4: Teve foi sorte da negada não ter matado.

Outras vozes: Vai... (inaudível)

Dandara: ... Se minha mãe soubesse e meu pai... (é interrompida por alguém está vindo em direção dela)

Voz 2: O que é? (alguém grita em tom ameaçador, se aproxima e bate com uma madeira ou chute nas costas dela)

Dandara: ... Não... Minha mãe e meu pai... Não, não, por favor. Não me bata mais não, por favor... ai, ai, ai...

Voz 2: Você vai morrer, safado.

Dandara: ... ai, ai, por favor, cara... (ela dirige o olhar para alguém quem está a sua frente, mas o vídeo não mostra quem)... Deixa não, cara...

Voz 5: Então, né, cai logo fora. Que a negada vai... Booora, véi...

Voz 6: ... A negada vai te matar se tu num sair fora daqui... (Há outras vozes ao fundo).

Após a chegada do carro de mão, uma nova sessão de tortura é iniciada. Em princípio, por três homens e, depois, por mais três. Eles acertam Dandara com chutes, chineladas e pauladas na cabeça e nas costas. Eles a jogam no carro de mão e se afastam da área do vídeo. Depois, ela é morta a tiros.

Voz 1: ...Sobe, sobe, tem um carro ali pra socorrer... Pra levar onde tu quiser ir... (Dandara tenta se levantar, não consegue e cai sentada).

Voz 1: ...Vai, vai... Tu tá embaçando aqui, a favela, baitola...

Voz 2: ...A imundiça tá de calcinha e tudo, a pirangage... (nesse momento, o homem que está de relógio dá um chute na cara de Dandara que vai ao chão. Outros chegam e também a chutam e dão pauladas. Até a levarem no carro de mão).

Fim do segundo vídeo.

[FOTO2]SAIBA MAIS

Dez perguntas sobre o Caso Dandara dos Santos:

1. Quantas pessoas teriam participado do crime contra Dandara dos Santos em 15 de fevereiro de 2017?

- Doze, sendo sete adultos e cinco adolescentes. Pelo menos seis adultos foram indiciados por homicídio triplamente qualificado pelo delegado Bruno Ronchi Vieira, do 32º Distrito Policial (Bom Jardim). O sétimo seria o responsável pela filmagem. Deve responder por outro crime.

- Cinco adolescentes são apontados pela delegada Arlete Silveira, da Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), na cena do crime.

2. Quantos estão presos ou internados?

- Dos sete adultos, quatro estão presos e três sendo procurados pela polícia. Eles serão processados na 1ª Vara do Juri de Fortaleza.

- Dos cinco adolescentes envolvidos, quatro foram apreendidos e estão internados, inicialmente por 45 dias na DCA. Serão acompanhados por uma das varas da Infância e da Juventude.

3. Qual o crime cometido pelos sete adultos indiciados pela Polícia Civil e o ato infracional produzido por cinco adolescentes contra Dandara?

- Os adultos teriam cometido um homicídio doloso triplamente qualificado. Artigo 121, parágrafo 2º, inciso I, II e IV do Código Penal Brasileiro.

- Já os adolescentes cometeram ato infracional compatível com crime de homicídio.

4. Quais as qualificadoras?

- O crime se deu por motivo torpe e, também, fútil. Além dos 12 envolvidos terem usado da tortura para eliminar a vítima. Murros, tapas, pedradas, chineladas, pauladas e tiros impossibilitaram a defesa de Dandara.

5. Caso sejam condenados, qual a pena para os adultos e as medidas socioeducativa para os adolescentes?

- De acordo com o Código Penal Brasileiro, varia 12 a 30 anos de prisão por homicídio triplamente qualificado para os adultos, desde que sejam denunciados pelo Ministério Público e condenados por um júri popular. Podendo ser aumentado em mais 1/3 da pena pelo dolo (intenção de matar) e qualificadoras. Também poderão ter a pena acrescida de 1 a 4 anos de prisão por corrupção dos cinco menores. Crime previsto no Artigo 244-B, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

- Os cinco adolescentes, como são inimputáveis, não podem ser “processados” pela 1ª Vara do Juri. Eles responderão por atos infracionais em uma das varas da Infância e da Juventude. Segundo o ECA, poderão ser internados por até três anos.

6. Qual a conduta individualizada de cada investigado?

- Francisco José Moreira de Oliveira Júnior, 21, conhecido por Chupa Cabra. Ele, segundo a investigação, é um dos mais violentos e seria autor dos dois disparos contra Dandara. Provavelmente, será denunciado pelo Ministério Público por homicídio doloso, triplamente qualificado. E por corrupção de menores. Está preso.

- Rafael Alves da Silva Paiva, 18. Participou do espancamento e da tortura. Está preso.

- Júnior César Braga da Costa, 19. Espancou e tortura Dandara. Está preso.

- Jean Victor de Oliveira, 19. Espancou e tortura Dandara. Está sendo procurado.

- Isaías da Silva Camurça, 25, conhecido por Zazá. Segundo a Polícia Civil, seria traficante de drogas no Bom Jardim. Já responde por outro homicídio, crime de trânsito e delito contra a administração pública. Está preso.

- “Bin”. Seria o apelido de outro adulto indiciado por homicídio doloso, triplamente qualificado e por corrupção de menores. O POVO não conseguiu confirmar a identificação do sétimo homem. Está sendo procurado pela polícia.

- Dos cinco adolescentes, com idade entre 16 e 17 anos, quatro foram apreendidos pela Delegacia da Criança e do Adolescente. Eles participaram do espancamento de Dandara.

7. Existiu crime de transfobia contra Dandara?

- Não. Porque nem a transfobia nem a homofobia são crimes tipificados no Código Penal Brasileiro. Nesse caso, poderão ser considerados os discursos de preconceito e ódio contra a orientação sexual de Dandara dos Santos que se reconhecia travesti.

8. O que aponta para o flagrante de preconceito contra a orientação sexual de Dandara dos Santos?

- Os diálogos gravados com aparelho celular, que compõem a cena do crime, postados em formato de vídeo na Internet.

9. Quem gravou a cena do crime responde por homicídio também?

- Não. Poderá responder se a Perícia Forense identificar fala dele incitando a execução de Dandara. Por ter filmado, provavelmente, responderá por delito de menor monta em Juizado Especial.

10. A família de Dandara dos Santos poderá ser indenizada pelo Governo do Ceará?

- Sim. Na área criminal, o Código de Processo Penal (CPP) prevê uma indenização que deverá ser paga pelos acusados se forem condenados. O valor será fixado pelo juiz segundo o artigo 387, inciso IV, do CPP.

- Na área cível, o Estado também poderá ser condenado a pagar uma indenização à mãe de Dandara. Caso fique comprovada a omissão de socorro. Se ficar comprovado que houve demora na chegada da polícia e isso contribuiu para o homicídio.

[Facebook](#) [Twitter](#) [WhatsApp](#)

ANEXO C – NOTÍCIA 3 (N3)

Primeiro réu ouvido em julgamento confessa crime e pede perdão à família de Dandara

Dandara foi assassinada por um grupo de oito homens e quatro adolescentes no bairro Bom Jardim. Caso ganhou repercussão internacional



NULL

Atualizado às 12h20min

O réu Francisco José Monteiro de Oliveira Junior, de 22 anos, confessou ter disparado dois tiros em Dandara dos Santos. Primeiro a ser ouvido, o réu pediu perdão à família da vítima e diz que acreditava que Dandara já estava morta quando atirou. Segundo réu diz que não acreditava que a travesti seria morta na ação.

[FOTO1]

"Eu não sei quem é a mãe, não sei quem é a família, mas queria pedir perdão a todos eles. Eu fiz isso porque me deixei levar pelo mundo, mas hoje estou buscando ao senhor. Deus colocou essa palavra em meu coração e a intenção de pedir perdão a todos", afirmou.

José Monteiro afirma que só estudou até a terceira série do ensino fundamental, sabe ler, mas não sabe escrever. Ele disse ainda que estava saindo de casa para jogar futebol quando viu quatro dos acusando passando. Eles teriam dito que iriam matar um homem que foi encontrado roubando.

[SAIBAMAIS]Ele diz ainda que quando chegou ao local do crime os suspeitos de espancamento já haviam ido embora, mas populares testemunharam a ação criminosa. Um adolescente que estava no local deu um tiro na cabeça de Dandara, enquanto ele assumiu os outros dois disparos.

O réu afirmou ainda que quando chegou ao local do crime, Dandara já estava deitada no chão com uma poça de sangue e uma pedra ao lado do corpo dela. Levantando a tese de que ele poderia não saber se ela estava morta, o promotor Marcus Renan questionou se ele chegou a observar o puso de Dandara para saber se ela estava morta, e ele negou. O advogado Pedro Henrique Bezerra Santos defendeu que Dandara não esboçou nenhuma reação após os tiros. José Monteiro já tinha antecedente por receptação e porte ilegal de arma.

Segundo réu diz que agiu por "revolta"

Com salão do júri lotado, o segundo réu, Jean Victor Silva Oliveira, começou a ser ouvido às 11h15min e terminou às 12 horas. Jean, de 20 anos, é visto em um dos vídeos que viralizou na época do crime atingindo Dandara com um

18/01/2021

Primeiro réu ouvido em julgamento confessa crime e pede perdão à família de DandaraNotícias de Fortaleza

pedaço de madeira.

Sem antecedentes criminais, ele afirmou que estava trabalhando com o pai, em uma construção, quando soube que um suspeito de roubo seria linxado. O réu disse ainda não acreditar que Dandara seria morta e só agiu por revolta com suposto roubo que ela teria cometido.

Terceiro réu diz que agiu por impulso

Rafael Alves da Silva Paiva, de 19 anos, começou o depoimento às 12h7min. Ele afirma que a denúncia tinha informações verdadeiras e falsas e que estava capinando um terreno quando viu o tumulto.

O réu afirma que chutou Dandara por impulso, sem intenção de matar, e que se deixou "levar pela multidão". Rafael passou pela Delegacia da Criança e do Adolescente, ainda na adolescência, por ato infracional de receptação após ser flagrada com uma moto roubada.

Ainda durante o depoimento, ele afirmou que não teria preconceito e que tem primos travestis e lésbicas, com quem estaria na hora da sua prisão. Rafael Alves disse não saber como agiram os outros agressores.

%2b LEIA TAMBÉM: [Réu no caso Dandara diz que esse não é o exemplo que quer passar para o filho](#)

Com informações do repórter especial Thiago Paiva

ANEXO D – NOTÍCIA 4 (N4)

Justiça determina condução coercitiva de testemunhas a julgamento do caso Dandara

Três das cinco testemunhas não compareceram e julgamento está atrasado



NULL (Foto:)

Atualizada às 11h41min

[FOTO1]

Júlio César Braga da Costa, um dos acusados pelo espancamento e homicídio de Dandara dos Santos, em fevereiro de 2017, será julgado nesta terça-feira, 23. Ele será o sexto acusado a responder em tribunal. Cinco pessoas já foram condenadas pelo assassinato da travesti. Júlio estava preso aguardando pelo julgamento e chegou a entrar com um recurso contra a decisão de pronúncia, mas perdeu na Justiça e será submetido a júri popular.

O início do julgamento está atrasado. Três das cinco testemunhas não compareceram e, no fim da manhã, foi determinada pela Justiça a condução coercitiva delas. Chegou a ser cogitado o adiamento. Agora, a expectativa é de que o julgamento ocorra, mas não tem previsão de início. Ele só ocorrerá se as testemunhas forem localizadas. Segundo a defesa, é imprescindível a presença dessas pessoas nesse julgamento.

O promotor de justiça Marcus Renan Palácio, responsável pela denúncia, relata que Júlio César foi responsável por dar dois chutes na face de Dandara quando a vítima já estava "prostrada" no chão, após espancamento. Ele ainda ajudou os demais acusados a colocar a mulher em um carrinho de mão para levá-la ao local onde seria executada com um tiro na testa.

[SAIBAMAIS]"O Ministério Público não tem a menor dúvida que ele, como os demais, será condenado", diz Palácio. Ao crime cometido por Júlio serão adicionadas três qualificadoras: meio cruel, motivo torpe e recurso que impossibilitou defesa da vítima. Para o promotor, ele deve cumprir de 14 a 18 anos de pena.

Afirmando haver um mandante do assassinato, que seria o ex-companheiro de Dandara, a defesa do réu pede para que Júlio não seja condenado pelo homicídio, somente pelas lesões corporais gravíssimas. O advogado Sérgio Barbosa reconhece que o acusado aparece em vídeo do momento agredindo Dandara, mas defende que a execução dela aconteceu horas depois, em local que Júlio não se encontrava.

Sobre as alegações da defesa, Palácio responde que argumentos são "pífios, frágeis e insubsistentes". O promotor diz que "não há exagero" na condenação de um crime "dessa barbárie".

Deiane Souza, ativista dos direitos LGBT e coordenadora executiva da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual da Prefeitura de Fortaleza, presente no local do julgamento, pede para que o ódio contra travestis e transexuais não seja naturalizado. Ela aproveita para cobrar que outros casos, com menos repercussão midiática, também sejam julgados.

Redação O POVO Online
Com informações do repórter Rubens Rodrigues

Compartilhar

ANEXO E – NOTÍCIA 5 (N5)

Dandara será nome de rua em Fortaleza e Ceará ganhará primeira via em homenagem a uma travesti

O projeto que regulamenta a nomeação de uma rua em Fortaleza em homenagem a Dandara dos Santos foi aprovado nesta quarta-feira, 9, pela Câmara Municipal de Fortaleza

Por ALAN MAGNO



Dandara Kettleley, assassinada em 2017 em Fortaleza, será homenageada com nome de rua no bairro Bom Jardim, primeira rua do Ceará com nome de uma travesti (Foto: MARIANA PARENTE/O POVO em 06/03/2017)

Dandara dos Santos, travesti, vítima de transfobia e morta brutalmente no ano de 2015 em Fortaleza, será homenageada com o nome de uma rua no bairro onde foi assassinada, no Bom Jardim. O projeto que regulamenta a homenagem foi aprovado nesta quarta-feira, 9, pela Câmara Municipal de Fortaleza. Quase quatro anos após perder a vida, Dandara será a primeira travesti a dar nome a uma rua no estado do Ceará.

O vereador Ronivaldo (PT) é o autor da proposta 64/2019 que regulamenta a nomeação da rua como Dandara Kettleley, em referência a forma como ela gostava de ser chamada. Ronivaldo destaca o simbolismo da nomeação da rua como uma ato de justiça.

“Nos sentimos na obrigação de registrar na memória da cidade seu nome, para que nunca esqueçamos o direito à dignidade e o respeito que devemos ter com essa população, que é negligenciada pelo poder público”, declarou o vereador.

A proposta, além de prestar homenagem a Dandara, é também “conscientizar sobre a necessidade de políticas públicas que promovam a proteção e a cidadania de todas e todos”, conforme reforçou o Legislativo municipal na reunião que aprovou o novo nome do logradouro.

Nas justificativas dos votos a favor do projeto, Dandara chegou a ser mencionada como um símbolo de resistência e luta contra a intolerância e o desrespeito sofridos por mulheres trans e demais LGBTQI+.

Mitchele Meira, integrante da Liga Brasileira de Lésbicas e do Fórum Cearense LGBT, ao comentar sobre a homenagem, frisa que a necessidade de que o caso seja constantemente lembrado para que “não aconteçam novas atrocidades”. Mitchele pontua ainda que a rua passará a ser símbolo da resistência contra o genocídio trans e agradeceu a iniciativa. Em 2017, o dia da morte de Dandara foi instaurado em todo o Ceará como o Dia Estadual de Combate à Transfobia.

A nomeação da rua ganha um fundo ainda mais simbólico quando comparado ao índice de violência contra pessoas trans do Ceará. Estado é apontado como o segundo mais perigoso para trans e travestis em todo o Brasil, de acordo com relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

Entre 1º de janeiro e 31 de outubro de 2020, em todo território cearense, foram registrados 19 assassinatos de pessoas trans. Ceará fica atrás apenas de São Paulo, onde, no mesmo período, tiveram 21 registros de assassinatos travestis e transexuais.

A morte da travesti ocorreu no dia 15 de fevereiro de 2017, após ser brutalmente espancada com socos, chutes, pedradas e pauladas por um grupo de doze homens, incluindo quatro adolescentes. Eles ainda arrastaram o corpo de Dandara pela rua e então realizaram uma série de disparos de arma de fogo contra ela, que constantemente pedia ajuda. Apenas seis envolvidos se tomaram réus do assassinato.

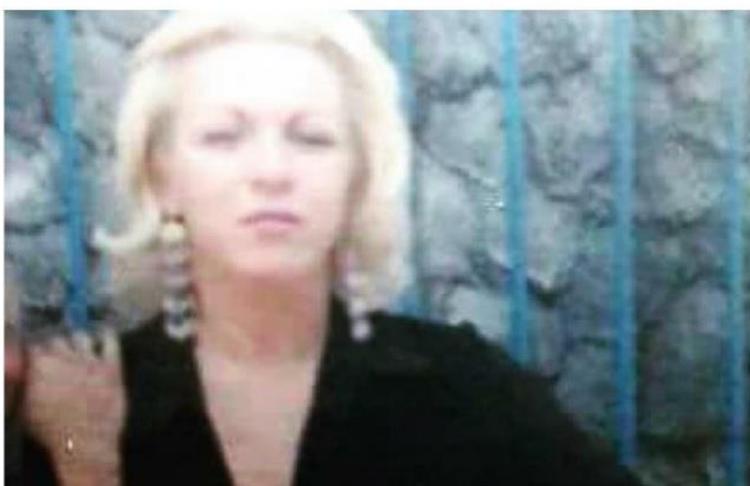
O inquérito final da Polícia Civil do Ceará concluiu que o crime teve participação de 12 pessoas, sendo oito adultos, identificados como: Francisco José Monteiro de Oliveira Júnior, Jean Victor da Silva Oliveira, Rafael Alves da Silva Paiva, Júlio Cesar Braga da Costa, Isaías da Silva Camurça, Jonatha Willyan Sousa da Silva, Francisco Wellington Teles e Francisco Gabriel Campos dos Reis; e quatro adolescentes, que chegaram a ser apreendidos. [O último adulto foragido foi preso em fevereiro de 2019.](#)

ANEXO F – NOTÍCIA 6 (N6)

Inspetora conta como surgiu a ideia de homenagear Dandara com nome de via em Fortaleza

Vitória Holanda, inspetora da Polícia Civil do Ceará, era amiga de infância de Dandara e conta que a ideia de renomear rua com nome da travesti é também um protesto contra intolerância

Por ALAN MAGNO
07:39 | 11/12/2020



Em Fortaleza, rua no Bom Jardim, onde Dandara dos Santos foi morta será renomeada para homenagear a travesti que será primeira do Ceará com uma via em seu nome (Foto: Arquivo Pessoal)

“Foi para humanizar a história de Dandara”, conta a inspetora da Polícia Civil, Vitória Holanda, que idealizou a nomeação de uma rua em homenagem à Dandara dos Santos, **travesti brutalmente assassinada em fevereiro de 2017, em Fortaleza**. Amiga de infância de Dandara, ela revelou com exclusividade ao **O POVO** como foi a concepção da homenagem.

A ideia de renomear o quadrante do bairro Bom Jardim, onde o crime ocorreu, com o nome de Dandara Ketteley. Para a policial, é um ato de protesto contra a transfobia e também simbólico para combater as falsas narrativas que, segundo ela, tentam manchar a imagem da travesti como forma de minimizar a brutalidade do crime sofrido pela amiga.

“Quando uma travesti é assassinada no Brasil, a gente mata ela duas vezes, uma em matéria e outra em alma”, comentou a inspetora sobre os boatos que tentam ligar Dandara ao tráfico de drogas e de integrar facções criminosas na região do grande Bom Jardim.

“Foi para combater esse pensamento preconceituoso, mentiroso e agressivo das pessoas quando falam da Dandara”, frisou Vitória, **que também escreveu o livro “Casulo Dandara”, onde conta a história da amiga, enquanto pessoa, com problemas, sonhos e desejos. A história acompanha Dandara desde a infância até ter a vida interrompida pela transfobia.**

Rua Dandara Ketteley: a primeira do CE a receber o nome de uma travesti

Demorou um ano e meio para que a ideia de Vitória virasse realidade, mas a data não poderia ser mais apropriada. Dandara completa 46 anos no dia 13 de dezembro, quatro dias após ganhar rua em seu nome. O processo foi mais longo do que o esperado, mas ainda assim o caminho mais breve.

“Quando eu escrevi o livro, já tinha isso em mente. Que era preciso termos algo simbólico aqui, homenageando Dandara, simbolizando a não violência. Que mulheres trans, travestis e LGBTQI+ são seres humanos, que têm direitos e precisam ser respeitados”, lembrou Vitória. Ela conta que como forma de acelerar o processo, buscou contato com o vereador Ronivaldo Maia (PT), para que ele pudesse protocolar o projeto e solicitar votação na Câmara Municipal.

A rua onde Dandara foi assassinada no grande Bom Jardim, se chamava Manoel Galdino, porém, conforme Vitória, por se tratar de uma via muito extensa, a alteração iria requerer uma consulta a todos os moradores. Assim, optou-se por mudar apenas a região na qual Dandara foi assassinada.

LEIA TAMBÉM | [Um ano após morte de Dandara, assassinatos de travestis e transexuais crescem 10% no Ceará](#)

Com a alteração, o trecho de quatro quarteirões da rua Manoel Galdino, entre a rua B e a rua Sargento João Pinheiro, passa a se chamar Dandara Kettley. “Me sinto de alma lavada e honrada ao dizer que Dandara se foi, mas deixa um legado de combate à transfobia”, comenta Vitória ao celebrar a mudança.

Para o futuro, a inspetora e amiga de Dandara deseja “conscientização” e espera que os avanços nas garantias dos direitos da população LGBTQI+ continuem ocorrendo. “Que as pessoas passem a compreender que LGBTQI+fobia é crime e que nós não vamos mais tolerar o intolerável, que é justamente essa violência absurda”, explicou ao reconhecer a criação da rua Dandara como um marco na luta das pessoas trans.

Quem foi Dandara Kettley dos Santos?

"Dandara não é nada do que as pessoas comentam. Dandara é uma pessoa humilde, trabalhadora e acima de tudo humana", assim Vitória comenta sobre as memórias vivas da amiga. "Dandara teve infância, teve amigos, tinha famílias, tinha projetos, sonhos. Era uma pessoa sensível, amante dos animais, vivia adotando gatos de rua, fazia bazar para ajudar a família", comenta a inspetora ao descrever a travesti que foi vítima de transfobia.

Para definir Dandara, Vitória não demorou para encontrar as palavras certas, relembrando da infância e adolescência no Conjunto Ceará: "Era uma estrela no bairro, todos a conheciam e gostavam ela". Além do legado de resistência, um histórico de boas ações fortalecem a vida de Dandara: da idosa que ela ajudava com as sacolas pesadas, às crianças que ela buscava na escola como um favor para as amigas.

Fazia até faxina sem cobrar nada na casa das colegas. "Me paguem quando puder", dizia ela, segundo a inspetora. A alma alegre e feliz, que por vezes serviu de colo para Vitória e tantas outras pessoas em um momento de aflição. A inspetora completa, em uma fala acelerada pela emoção: "A mudança no nome da rua é um ato simbólico, é justiça".

O assassinato de Dandara

O crime contra Dandara foi gravado e, 16 dias depois do ocorrido, divulgado nas redes sociais. O ataque de um grupo de 12 homens contra ela teve repercussão nacional e internacional, gerando debates sobre a necessidade da intervenção do Estado diante das estatísticas de assassinatos e demais crimes violentos contra pessoas trans.

A morte da travesti ocorreu no dia 15 de fevereiro de 2017, após ela ser brutalmente espancada com socos, chutes, pedradas e pauladas por um grupo de doze homens, incluindo quatro adolescentes. Eles ainda arrastaram o corpo de Dandara pela rua e então realizaram uma série de disparos de arma de fogo contra ela, que constantemente pedia ajuda. Apenas seis envolvidos se tornaram réus do assassinato.

O inquérito final da Polícia Civil do Ceará concluiu que o crime teve participação de 12 pessoas, sendo oito adultos, identificados como: Francisco José Monteiro de Oliveira Júnior, Jean Victor da Silva Oliveira, Rafael Alves da Silva Paiva, Júlio Cesar Braga da Costa, Isaías da Silva Camurça, Jonatha Willyan Sousa da Silva, Francisco Wellington Teles e Francisco Gabriel Campos dos Reis; e quatro adolescentes, que chegaram a ser apreendidos. **O último adulto foragido foi preso em fevereiro de 2019.** A inspetora Vitória Holanda, amiga de Dandara, participou de todo o processo de investigação e prisão dos acusados.